

Concorrência Pública nº___/20__

ANEXO 02
MINUTA DE CONTRATO

ÍNDICE

CAPÍTULO I. DISPOSIÇÕES GERAIS	8
Cláusula 1. DEFINIÇÕES	8
Cláusula 2. ANEXOS.....	22
Cláusula 3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS ..	23
Cláusula 4. INTERPRETAÇÃO.....	23
CAPÍTULO II. CONCESSÃO	25
Cláusula 5. OBJETO DA CONCESSÃO	25
Cláusula 6. CONCESSÃO DE USO DAS ÁREAS PÚBLICAS DISPONÍVEIS PARA EVENTUAL IMPLEMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS E INVESTIMENTOS ADICIONAIS	26
Cláusula 7. DEVER DE PRESERVAÇÃO DA ATUALIDADE NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OBJETO DA CONCESSÃO.....	27
Cláusula 8. PRAZO DA CONCESSÃO	29
Cláusula 9. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES AO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA CONCESSÃO	29
Cláusula 10. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	31
CAPÍTULO III. RECEITAS E PAGAMENTOS.....	32
Cláusula 11. RECEITAS DECORRENTES DA EXPLORAÇÃO DAS ATIVIDADES	32
Cláusula 12. RECEITAS ACESSÓRIAS	33
Cláusula 13. OUTORGA FIXA.....	38
Cláusula 14. ÔNUS VARIÁVEL e ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO.....	39
Cláusula 15. FINANCIAMENTO	40
CAPÍTULO IV. BENS VINCULADOS À CONCESSÃO.....	42
Cláusula 16. BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO.....	42
Cláusula 17. DAS RESTRIÇÕES À ALIENAÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO	45
Cláusula 18. DA REVERSIBILIDADE DOS BENS	47
Cláusula 19. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS BENS AO TÉRMINO DA CONCESSÃO	50
Cláusula 20. TRANSIÇÃO	56
CAPÍTULO V. CONCESSIONÁRIA.....	58
Cláusula 21. ESTRUTURA SOCIETÁRIA DA CONCESSIONÁRIA.....	58
Cláusula 22. DO PROGRAMA DE CONFORMIDADE (COMPLIANCE)	58
Cláusula 23. DO ESTATUTO SOCIAL DA SPE.....	63
Cláusula 24. CAPITAL SOCIAL	64
Cláusula 25. DA ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DA CONCESSIONÁRIA	66

Cláusula 26. DOS ATOS DEPENDENTES DE ANUÊNCIA PRÉVIA OU COMUNICAÇÃO AO PODER CONCEDENTE	71
CAPÍTULO VI. OBRAS E PROJETOS.....	77
Cláusula 27. DAS OBRAS MÍNIMAS DA CONCESSÃO.....	77
Cláusula 28. DAS CONDIÇÕES PARA O INÍCIO DAS OBRAS	78
Cláusula 29. DO PLANEJAMENTO, DAS OBRAS E DOS PROJETOS	79
Cláusula 30. OBRIGAÇÕES RELATIVAS AOS INVESTIMENTOS	80
Cláusula 31. CRONOGRAMA DAS OBRAS E INVESTIMENTOS.....	85
Cláusula 32. DAS LICENÇAS.....	86
CAPÍTULO VII. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ÁREAS EXPLORADAS 88	
Cláusula 33. DA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	88
CAPÍTULO VIII. OBRIGAÇÕES DAS PARTES	92
Cláusula 34. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE	92
Cláusula 35. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA	94
Cláusula 36. DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR	103
Cláusula 37. PUBLICIDADE	104
CAPÍTULO IX. USUÁRIOS	106
Cláusula 38. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS	106
Cláusula 39. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO E OUVIDORIA.....	108
CAPÍTULO X. RISCOS DA CONCESSÃO, EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REVISÕES CONTRATUAIS	109
Cláusula 40. ALOCAÇÃO DE RISCOS DA CONCESSÃO	109
Cláusula 41. DOS RISCOS EXCLUSIVOS DA CONCESSIONÁRIA	109
Cláusula 42. DOS RISCOS EXCLUSIVOS DO PODER CONCEDENTE	119
Cláusula 43. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	122
Cláusula 44. PROCEDIMENTO DO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO	125
CAPÍTULO XI. GARANTIAS E SEGUROS.....	133
Cláusula 45. GARANTIA DE EXECUÇÃO.....	133
Cláusula 46. SEGUROS.....	139
CAPÍTULO XII. FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO	146
Cláusula 47. FISCALIZAÇÃO	146
CAPÍTULO XIII. RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS.....	153
Cláusula 48. RESPONSABILIDADE GERAL.....	153
Cláusula 49. CONTRATOS COM TERCEIROS.....	153
Cláusula 50. DA SUBCONTRATAÇÃO	155
Cláusula 51. DA SUBCONCESSÃO.....	156
CAPÍTULO XIV. INTERVENÇÃO.....	157

Cláusula 52.	INTERVENÇÃO	157
CAPÍTULO XV. EXTINÇÃO DA CONCESSÃO		161
Cláusula 53.	CASOS DE EXTINÇÃO	161
Cláusula 54.	ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL.....	162
Cláusula 55.	ENCAMPAÇÃO	164
Cláusula 56.	CADUCIDADE	168
Cláusula 57.	RESCISÃO	175
Cláusula 58.	FALÊNCIA E EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	176
Cláusula 59.	ANULAÇÃO DA CONCESSÃO.....	177
CAPÍTULO XVI. SANÇÕES E PENALIDADES		179
Cláusula 60.	SANÇÕES E PENALIDADES	179
Cláusula 61.	DO PROCEDIMENTO	183
CAPÍTULO XVII. INTERVENIENTES-ANUENTES.....		186
Cláusula 62.	RESPONSABILIDADE	186
CAPÍTULO XVIII. MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS..		187
Cláusula 63.	DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS CONTRATUAIS.....	187
Cláusula 64.	ARBITRAGEM	191
Cláusula 65.	FORO	196
CAPÍTULO XIX. DISPOSIÇÕES DIVERSAS.....		197
Cláusula 66.	COMUNICAÇÕES	197
Cláusula 67.	CONTAGEM DE PRAZOS.....	198
Cláusula 68.	EXERCÍCIO DE DIREITOS.....	198
Cláusula 69.	INVALIDADE PARCIAL.....	198

CONTRATO ARTESP Nº ____ / 2 0 1 8

Aos [•] dias do mês de [•] de 20____, de um lado, na qualidade de PODER CONCEDENTE, o Estado de São Paulo, por meio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, autarquia de regime especial, vinculada à Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo, conforme Decreto nº 63.384 de 09 de maio de 2018, representada pelo Diretor Geral, _____, portador do RG nº _____, e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, e de outro, na qualidade de CONCESSIONÁRIA, a [Contratada], com sede na [•], representada na forma de seus atos constitutivos por seu [Nome e cargo do Representante da Contratada] e seu [Nome e cargo do Representante da Contratada], com a interveniência/anuência da [•], doravante denominada [•], sediada à [•], e CONSIDERANDO QUE:

A. O Complexo Rodoviário Rodoanel Mário Covas (SP 021) consiste em eixo rodoviário que interliga os principais corredores de acesso à região metropolitana de São Paulo compostos pelas rodovias Bandeirantes, Anhanguera, Castello Branco, Raposo Tavares, Régis Bittencourt, Imigrantes, Anchieta, Ayrton Senna, Dutra e Fernão Dias;

B. O atual cronograma prevê que as obras civis do trecho norte do Complexo Rodoviário Rodoanel Mário Covas serão concluídas em duas fases, sendo a primeira em [•]/[•]/[•] e a segunda em [•]/[•]/[•], perfazendo [•] km de extensão total sem a oferta de Área de Descanso para caminhoneiros e Postos de Abastecimento e Serviços;

C. O Poder Concedente decidiu conceder à iniciativa privada a outorga da concessão onerosa de obra no Rodoanel Mário Covas, conforme ANEXO 01 (Termo de Referência) do CONTRATO, nas quais se impõe a realização de INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS para dotar o Complexo Rodoviário Rodoanel Mário Covas de infraestrutura de apoio aos seus USUÁRIOS com a implantação de Área de Descanso para caminhoneiros e Postos de Abastecimento e Serviços;

D. O Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização – CDPED, criado pela Lei nº 9.361, de 5 de julho de 1996, em reunião ordinária, ocorrida em [•] de [•] de [•], aprovou o modelo de CONCESSÃO, bem como autorizou a realização de Audiência Pública;

E. O projeto foi apresentado à sociedade em Audiência Pública realizada no dia 18 de dezembro de 2018, no município de São Paulo, previamente comunicada por publicação no DOE/SP de 07/12/18, por divulgação nos sítios eletrônicos www.parcerias.sp.gov.br e www.artesp.sp.gov.br, bem como em jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, na edição do jornal Estado

de São Paulo do dia 07 de dezembro de 2018. A gravação do áudio da audiência pública está disponível no sítio www.artesp.sp.gov.br;

F. O Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - CDPED, na 235ª reunião extraordinária realizada no dia 06/08/18, autorizou a divulgação dos elementos pertinentes em Consulta Pública, conforme publicação no DOE/SP de 06 de setembro de 2018;

G. As minutas de EDITAL DE LICITAÇÃO e CONTRATO foram submetidas à consulta pública, com aviso publicado no DOE, no dia [•]/[•]/[•], e disponibilizadas a todos os interessados no sítio eletrônico www.artesp.sp.gov.br, durante o período de [•] de [•] de [•] à [•] de [•] de [•];

H. Após a análise de todas as contribuições recebidas em sede de Audiência e Consulta Pública, os ajustes necessários foram realizados e as contribuições pertinentes foram inseridas nos documentos finais e aprovadas pelo Conselho Diretor da ARTESP em sua [•] Reunião realizada em [•]/[•]/[•];

I. A presente Licitação está em consonância com o disposto no Decreto nº [•], de [•] de [•] de [•], publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de [•] de [•] de [•], o qual tornou sem efeito o Decreto Estadual nº 55.498/2010 e deu providências correlatas para autorização de acessos na Rodovia SP 021 a áreas destinadas à implantação e exploração de áreas de descanso para caminhoneiros e postos de abastecimento e de serviços;

J. A outorga da CONCESSÃO onerosa de obra no Rodoanel Mário Covas foi aprovada pelo Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização em [•] de [•] de [•], no âmbito de sua [•] Reunião Ordinária;

K. Foi celebrado Termo de Cooperação nº [•] de 2018, nos termos do quanto previsto no Decreto Estadual 59.215/2013, art.4º, entre a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e o Departamento de Estradas de Rodagem - DER titular das áreas públicas que eventualmente serão cedidas a título oneroso, para a implantação de INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS E INVESTIMENTOS ADICIONAIS;

L. A CONCESSÃO foi definitivamente aprovada pelo Secretário de Logística e Transportes, no uso das competências que lhe foram outorgadas por meio do [•], bem como pelo [•];

M. Nos termos do artigo 19, inciso V da Constituição do Estado de São Paulo, segundo o qual compete à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo dispor, com a sanção do Governador, sobre a autorização para a cessão ou CONCESSÃO de uso de bens imóveis do Estado para particulares, foi

sancionada a Lei Estadual n.º [•]/[•], por meio da qual foi autorizada a cessão onerosa de uso e exploração das ÁREAS PÚBLICAS.

N. Motivada nas decisões retro mencionadas, a ARTESP, no exercício das competências outorgadas pela Lei Complementar nº 914, de 14 de janeiro de 2002, e reproduzidas no Decreto nº [•].[•], de [•] de [•] de [•], bem como no Decreto nº [•].[•], de [•] de [•] de [•], realizou regular licitação na modalidade de Concorrência Nacional, tendo seu resultado sido homologado por ato publicado no D.O.E de [•] e seu objeto adjudicado ao [LICITANTE VENCEDOR], por ato publicado no D.O.E, edição de [•];

O. Como condição para a assinatura do presente CONTRATO a LICITANTE VENCEDORA constituiu uma SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE e atendeu, devida e tempestivamente, às demais obrigações necessárias;

CONSIDERANDO, por fim, que foram cumpridas todas as condições precedentes à assinatura do CONTRATO, previstas no EDITAL.

P. As PARTES **RESOLVEM**, de comum acordo, firmar o presente CONTRATO, para realização do OBJETO da CONCESSÃO, que será regido pelas cláusulas e condições aqui previstas, por seus ANEXOS, pelas disposições constantes do EDITAL da CONCORRÊNCIA n.º ____/20__ e de seus anexos, pela PROPOSTA da CONCESSIONÁRIA, integrantes deste instrumento, e pela Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; da Lei Estadual n.º 7.835, de 08 de maio de 1992; da Lei Estadual n.º 9.361 de 5 de julho de 1.996; da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993; e, no que couber, da Lei Estadual n.º 6.544, de 22 de novembro de 1989, e consoante o Decreto Estadual n.º _____, de ____ de _____ de 20____, bem como demais normas que regem a matéria.

CAPÍTULO I. DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1. DEFINIÇÕES

- 1.1. Para os fins deste CONTRATO, salvo quando houver disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões listadas abaixo, quando utilizados neste CONTRATO e seus ANEXOS e redigidos em letras maiúsculas, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados:

ACESSO	Via que permite a passagem de veículos da rodovia para as Áreas de Descanso para Caminhoneiros com Posto de Abastecimento e de Serviços e vice-versa.
ADJUDICATÁRIA	Licitante que se sagrou vencedora da LICITAÇÃO, à qual foi adjudicado o objeto da CONCESSÃO.
ADMINISTRAÇÃO	Órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opera e atua concretamente.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.
ANEXOS	Anexos ao CONTRATO, relacionados na Cláusula 2 deste CONTRATO.
ÁREAS A DESAPROPRIAR	Áreas indicadas pela LICITANTE de acordo com o ANEXO 27, com vistas exclusivamente à

	implementação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventualmente INVESTIMENTOS ADICIONAIS e que deverão ser objeto de processo de desapropriação.
ÁREAS A TRANSFERIR	Áreas de titularidade da CONCESSIONÁRIA, indicadas pela LICITANTE conforme ANEXO 28, para a implementação de INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventualmente INVESTIMENTOS ADICIONAIS e que deverão ser transferidas gratuitamente ao PODER CONCEDENTE quando da assinatura do CONTRATO.
ÁREAS EXPLORADAS	Conjunto de áreas exploradas pela CONCESSIONÁRIA formado pelas ÁREAS A DESAPROPRIAR e/ou ÁREAS A TRANSFERIR e/ou ÁREAS PÚBLICAS e, eventualmente, pelas ÁREAS PRIVADAS adjacentes.
ÁREAS PRIVADAS	Áreas privadas, indicada pela LICITANTE conforme ANEXO 29, adjacentes às áreas onde serão implementados os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventualmente INVESTIMENTOS ADICIONAIS, que poderão ser opcionalmente exploradas pela CONCESSIONÁRIA, para a implementação dos INVESTIMENTOS ASSOCIADOS.
ÁREAS PÚBLICAS	Áreas para eventual implementação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventualmente INVESTIMENTOS ADICIONAIS, conforme descrito no ANEXO 26 do Edital.
ATIVIDADES	Todas as OBRAS e serviços descritas no item 1 do EDITAL, que, em conjunto, constituem o objeto da CONCESSÃO.

BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO	São os bens diretamente afetos ou associados à execução das ATIVIDADES objeto do EDITAL, exceto aqueles relacionados aos INVESTIMENTOS ASSOCIADOS.
BENS PRIVADOS	Bens de propriedade da CONCESSIONÁRIA, que, não sendo imprescindíveis à continuidade da execução das ATIVIDADES objeto do EDITAL, não são considerados BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO.
BENS REVERSÍVEIS	São os bens vinculados à CONCESSÃO, adquiridos, construídos ou incorporados pela CONCESSIONÁRIA durante o prazo da CONCESSÃO, indispensáveis à implementação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventualmente INVESTIMENTOS ADICIONAIS nas ÁREAS A DESAPROPRIAR e/ou ÁREAS A TRANSFERIR e/ou ÁREAS PÚBLICAS, que serão revertidos e/ou devolvidos ao PODER CONCEDENTE, por ocasião do término do CONTRATO, de modo a permitir a continuidade da respectiva exploração.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CDPED	Conselho do Programa Estadual de Desestatização criado pelo artigo 4º da Lei Estadual n.º 9.361, de 05 de junho de 1996.
COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO	Comissão instituída pelo PODER CONCEDENTE com a finalidade de acompanhar a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas prévias à devolução de todos os BENS REVERSÍVEIS e retomada das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE.

CONCESSÃO	Concessão comum de obra pública, conforme previsão do artigo 2º, inciso II, da Lei Estadual nº 7.835/1992, para a execução das ATIVIDADES, outorgada à CONCESSIONÁRIA pelo prazo e condições previstos no CONTRATO.
CONCESSIONÁRIA	Responsável pela execução das ATIVIDADES após a celebração do CONTRATO, devendo assumir a forma de SPE, a ser constituída sob a forma de sociedade anônima, de acordo com as regras previstas no CONTRATO, com a finalidade de executar as ATIVIDADES.
CONSÓRCIO	Associação de empresas e/ou entidades brasileiras ou estrangeiras, fundos de investimentos, entidades de previdência privada e instituições financeiras com o objetivo de participar da LICITAÇÃO e, em sendo vencedora do certame, constituir-se em SPE, segundo as leis brasileiras.
CONTRATO	Presente instrumento que formaliza os termos e condições da CONCESSÃO, contendo os ANEXOS mencionados na Cláusula 2 e a PROPOSTA da CONCESSIONÁRIA, sendo regido também pelas disposições constantes do EDITAL da CONCORRÊNCIA n.º __/20__ e seus anexos.
CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO	Cronograma integrante do PLANO DE INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO, a ser apresentado pela ADJUDICATÁRIA, como condição de assinatura do CONTRATO, contendo o detalhamento, por meio de marcos iniciais, intermediários e finais, para cada um dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

DATA DE ASSINATURA	Data de assinatura deste CONTRATO pelos representantes do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA, independente de publicação do extrato do CONTRATO no DOE.
DOE/SP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
EDITAL DE LICITAÇÃO	Edital de Licitação da Concorrência nº ____/2018, que disciplina e regula o procedimento da LICITAÇÃO
ESTADO	Estado de São Paulo.
EVENTO DE DESEQUILÍBRIO	Evento, ato ou fato, que desencadeia o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, e que enseje o direito à recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro na exata medida do desequilíbrio, correspondente ao prejuízo efetivamente comprovado.
EVTE	Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico – Financeira (ANEXO 30) do Edital, que apresenta os valores e anos contratuais dos investimentos que comporão o PLANO DE INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO, e que servirá de base para a elaboração do CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA e suas consequências, nos termos deste CONTRATO.
FATURAMENTO BRUTO	Conjunto de todas as receitas auferidas pela CONCESSIONÁRIA na exploração do objeto da CONCESSÃO, inclusive com a comercialização de “naming rights”, excetuadas, exclusivamente, as receitas financeiras.

FINANCIADOR	Toda e qualquer instituição financeira, banco de fomento ou agência multilateral de crédito, que conceda financiamento à CONCESSIONÁRIA para a execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, e/ou qualquer agente fiduciário ou representante agindo em nome dos mesmos.
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
GARANTIA DE EXECUÇÃO	Garantia para assegurar a plena execução do CONTRATO, a ser contratada pela CONCESSIONÁRIA, nos termos e condições previstos no CONTRATO.
GARANTIA DE PROPOSTA	Garantia fornecida pela LICITANTE para participar da LICITAÇÃO, de modo a assegurar a manutenção da PROPOSTA apresentada, em todos os seus termos, respeitado o disposto no EDITAL.
GRUPO ECONÔMICO	Compõem o grupo econômico da LICITANTE ou da CONCESSIONÁRIA as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes, do Código Civil e do artigo 278, da Lei Federal n.º 6.404/1976, e as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, gestores ou acionistas (com mais de 10% de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.

INFRAESTRUTURA A SER IMPLANTADA	Conjunto de bens imóveis e equipamentos a serem implantados pela CONCESSIONÁRIA, de acordo com as regras do EDITAL e do CONTRATO.
INTERFERÊNCIAS	Instalações de utilidades públicas ou privadas de infraestrutura urbana, aéreas, superficiais ou subterrâneas, que possam vir a interferir ou sofrer interferência direta ou indireta com as atividades a cargo da CONCESSIONÁRIA.
INVENTÁRIO DOS BENS REVERSÍVEIS	Inventário dos BENS REVERSÍVEIS a serem mantidos pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO em consonância com todos os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e INVESTIMENTOS ADICIONAIS, os quais deverão ser realizados por meio de vídeo registro, conforme especificações do ANEXO 01 (TERMO DE REFERÊNCIA) do Edital.
INVESTIMENTOS ADICIONAIS	Investimentos que poderão ser implementados, nos termos do ANEXO 01, opcionalmente pela CONCESSIONÁRIA, exceto nos últimos 5 anos da CONCESSÃO, nas ÁREAS A DESAPROPRIAR e/ou ÁREAS A TRANSFERIR e/ou ÁREAS PÚBLICAS, necessariamente contíguas e lindeiras ao Rodoanel Mário Covas (SP 021), sendo 1 (um) em cada trecho, que contemplam: (a) implantação de dispositivo em nível que permita aos usuários, de ambos os sentidos da rodovia (pista interna e externa), acesso ao INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO; <u>ou</u> (b) implantação de mais 1 (uma) área de descanso para caminhoneiros com postos de abastecimento e serviços, com área, edificação e estrutura, em pista oposta ao INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO, que

	representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) do estabelecido para os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.
INVESTIMENTOS ASSOCIADOS	Investimentos associados aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e INVESTIMENTOS ADICIONAIS, com vistas a implementar NEGÓCIOS ASSOCIADOS, que poderão ser realizados opcionalmente pela CONCESSIONÁRIA, exceto nos últimos 5 anos da CONCESSÃO, nas ÁREAS PRIVADAS, nos termos do CONTRATO e do ANEXO 01 do EDITAL.
INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS	São os investimentos, 1 (um) em cada trecho, a serem implementados obrigatoriamente pela CONCESSIONÁRIA nas ÁREAS A DESAPROPRIAR e/ou ÁREAS A TRANSFERIR e/ou ÁREAS PÚBLICAS, necessariamente contíguas e lindeiras ao Rodoanel Mário Covas (SP 021) , os quais estão previstos no ANEXO 01 do CONTRATO.
INVESTIMENTO ESTIMADO MÍNIMO	R\$ [•] ([•] de reais), calculado com base nos custos estimados necessários para a implantação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS mínimos previstos no ANEXO 01 do CONTRATO.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPC	Índice de Preços ao Consumidor divulgado Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
JUNTA TÉCNICA	Junta a ser constituída para a solução amigável de eventuais divergências/conflito de interesse de natureza técnica, nos termos da cláusula 63.

LICITAÇÃO	Procedimento administrativo pelo qual a ADMINISTRAÇÃO seleciona a PROPOSTA mais vantajosa para consecução do objeto do CONTRATO.
LICITANTE	Pessoa jurídica que concorre à LICITAÇÃO, isoladamente ou reunida em CONSÓRCIO.
LICITANTE VENCEDORA	LICITANTE julgada vencedora por ter apresentado a PROPOSTA melhor classificada e atender a todas as condições do EDITAL, à qual será adjudicado o objeto da LICITAÇÃO.
LOTES	Lotes 1 e 2, para cada qual será celebrado 1 (um) CONTRATO DE CONCESSÃO.
LOTE 1	Lote composto pelas ÁREAS A DESAPROPRIAR e/ou ÁREAS A TRANSFERIR e/ou ÁREAS PÚBLICAS (Trecho Norte no Km 156, pista interna, e Trecho Oeste no Km 9+800, pista externa, descritas no ANEXO 26 do Edital), situadas obrigatoriamente no Trecho Norte e Trecho Oeste do Rodoanel. Deverá ser implementado 1 (um) INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO por trecho, sendo obrigatoriamente 1 (um) na pista interna e 1 (um) na pista externa.
LOTE 2	Lote composto pelas ÁREAS A DESAPROPRIAR e/ou ÁREAS A TRANSFERIR e/ou ÁREAS PÚBLICAS (Trecho Sul no Km 38+500, pista interna, e Trecho Leste no Km 108, pista externa, descritas no ANEXO 26 do Edital), situadas obrigatoriamente no Trecho Sul e Trecho Leste do Rodoanel. Deverá ser implementado 1 (um) INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO por trecho,

	sendo obrigatoriamente 1 (um) na pista interna e 1 (um) na pista externa.
MARCOS CONTRATUAIS	Conjunto de eventos iniciais, intermediários e finais, previstos no ANEXO 01 do Edital para o cumprimento dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.
NTN-B	Notas do Tesouro Nacional Série B
NEGÓCIOS ADICIONAIS	Empreendimentos Comerciais, relacionados aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, geradores da RECEITA PRINCIPAL, a serem opcionalmente implementados e explorados pela CONCESSIONÁRIA conforme estabelecido no Edital e seus Anexos.
NEGÓCIOS ASSOCIADOS	Empreendimentos Comerciais não obrigatórios, geradores de RECEITAS ACESSÓRIAS implantados pela CONCESSIONÁRIA.
NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITA	Compreendem os NEGÓCIOS OBRIGATÓRIOS, NEGÓCIOS ADICIONAIS e os NEGÓCIOS ASSOCIADOS.
NEGÓCIOS OBRIGATÓRIOS	Empreendimentos Comerciais, relacionados aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, geradores da RECEITA PRINCIPAL, a serem obrigatoriamente implementados e explorados pela CONCESSIONÁRIA conforme estabelecido no Edital e seus Anexos.
ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO	Valor correspondente a 1,5% (um vírgula cinco por cento) do FATURAMENTO BRUTO mensal auferido pela CONCESSIONÁRIA, excetuada a receita decorrente da comercialização de combustíveis, a ser pago mensalmente à ARTESP em função das atividades de sua competência realizadas.

ÔNUS VARIÁVEL	Valor mensal variável a ser pago pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, correspondente a 1,5% (um vírgula cinco por cento) de seu FATURAMENTO BRUTO, excetuada a receita decorrente da exploração de comercialização de combustíveis.
OPERAÇÃO COMERCIAL	Etapas da CONCESSÃO a partir da qual a CONCESSIONÁRIA passa a poder receber RECEITAS, conforme os termos do CONTRATO.
OUTORGA FIXA	Valor que a CONCESSIONÁRIA pagará ao PODER CONCEDENTE, de acordo com o oferecido em sua PROPOSTA COMERCIAL, respeitado o valor mínimo de R\$ [•] ([•] de reais) na data base [•] de [•] para o LOTE 1 e R\$ [•] ([•] de reais) na data base [•] de [•] para o LOTE 2, sem prejuízo do pagamento do ÔNUS VARIÁVEL, e nos termos do item 12.1 do EDITAL.
PARTES	PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA.
PARTES RELACIONADAS	Entidades, físicas ou jurídicas, com as quais a LICITANTE, ou qualquer de seus membros, tenha possibilidade de contratar ou transacionar em condições que não sejam as de comutatividade e independência que caracterizam as transações com terceiros alheios à companhia, ao seu controle gerencial ou a qualquer outra área de influência.
PLANO DE GARANTIAS	Documento apresentado pela CONCESSIONÁRIA como condição para assinatura do CONTRATO, contendo a relação de todas as garantias que deverão, obrigatoriamente, ser prestadas pela CONCESSIONÁRIA, como forma de assegurar, incondicionalmente, o cumprimento das

	obrigações assumidas no âmbito do escopo do CONTRATO DE CONCESSÃO, e que será passível de revisão, conforme o regramento do CONTRATO.
PLANO DE INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO	Documento apresentando pela CONCESSIONÁRIA, como condição para a assinatura do CONTRATO, relacionando os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e o respectivo CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, que deverá ser elaborado conforme as especificações do ANEXO 01 e ANEXO 30 (EVTE).
PLANO DE SEGUROS	Documento que deverá ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA e contemplará todos os seguros a serem mantidos pela CONCESSIONÁRIA para a execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO.
PODER CONCEDENTE	Estado de São Paulo, representado pela ARTESP.
PROPOSTA	Conjunto de documentos entregues pela LICITANTE para participação na LICITAÇÃO.
PROPOSTA COMERCIAL	Proposta financeira referente ao valor da OUTORGA FIXA a ser paga pela CONCESSIONÁRIA, ofertada pelo LICITANTE, de acordo com o modelo constante no ANEXO 10 do Edital.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	Documentação necessária à comprovação de habilitação técnica para contratação com a administração pública.
RECEITAS	Recursos auferidos pela CONCESSIONÁRIA decorrentes da exploração de NEGÓCIOS

	GERADORES DE RECEITAS nas ÁREAS EXPLORADAS, observando a legislação aplicável.
RECEITAS ACESSÓRIAS	Compreendem todas as receitas auferidas nas áreas exploradas, excluída a RECEITA PRINCIPAL e a RECEITA FINANCEIRA.
RECEITA FINANCEIRA	Os juros e valores recebidos, os descontos obtidos, o lucro na operação de reporte e o prêmio de resgate de títulos de qualquer natureza, fundos ou debêntures e os rendimentos nominais relativos a quaisquer aplicações financeiras, auferidos pela Concessionária no período de apuração.
RECEITA PRINCIPAL	Receita decorrente da exploração dos NEGÓCIOS OBRIGATÓRIOS E NEGÓCIOS ADICIONAIS.
SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO	Sistema informatizado, implementado e mantido pela CONCESSIONÁRIA, durante toda vigência da CONCESSÃO, após a aprovação do PODER CONCEDENTE, apto a demonstrar todas as informações previstas no ANEXO 01 (Termo de Referência) do CONTRATO e necessárias ao acompanhamento e fiscalização da CONCESSÃO por parte do PODER CONCEDENTE, dentre as quais, o número de usuários, os valores arrecadados pela CONCESSIONÁRIA a título de RECEITA PRINCIPAL e de RECEITAS ACESSÓRIAS.
SPE	Sociedade de Propósito Específico, sob a natureza de sociedade anônima, em conformidade com a lei brasileira, a ser constituída pelo LICITANTE vencedor da LICITAÇÃO, com a finalidade específica de execução das ATIVIDADES objeto da presente CONCESSÃO.

SLT	Secretaria de Logística e Transportes.
SUBCONTRATAÇÃO	Contratação de terceiro à conta e risco da CONCESSIONÁRIA para execução de serviços afetos à CONCESSÃO.
SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA	Hipótese facultada ao LICITANTE para a comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA para a realização de investimentos, mediante a celebração de contrato com entidade que detenha a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA pertinente ao empreendimento, conforme requisitos definidos neste EDITAL.
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados.
TERMO DE CESSÃO DE USO DE ÁREA PÚBLICA.	Termo celebrado entre o proprietário da área pública com vistas à transferência do direito de posse à CONCESSIONÁRIA à título oneroso segundo condições contidas no ANEXO 03 do CONTRATO.
TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO	Documento emitido quando da extinção da CONCESSÃO, sendo cumpridas todas as condições determinadas no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, ou adimplidas as eventuais indenizações.
TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO	Documento a ser emitido pelo PODER CONCEDENTE que retratará a situação dos BENS REVERSÍVEIS, constando os termos da sua aceitação, a eventual necessidade de correções ou substituições, sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento à CONCESSIONÁRIA.
TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO	Ocorrência de alguma das situações previstas no artigo 254-A, §1º, da Lei Federal n.º 6.404/1976.

TRIBUNAL ARBITRAL	Tribunal arbitral designado para solução das controvérsias sujeitas à arbitragem, nos termos e condições previstos neste CONTRATO.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ [•] ([•] de reais) na data base [•] de [•] para o LOTE 1 e R\$ [•] ([•] de reais) na data base [•] de [•] para o LOTE 2, calculado com base nos custos estimados necessários para a implantação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS mínimos, previstos no ANEXO 01, e na OUTORGA FIXA MÍNIMA dos respectivos LOTES;
VISITA TÉCNICA	Visita agendada às áreas públicas disponíveis para eventual implementação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.
USUÁRIOS	Pessoas naturais que se utilizem das ATIVIDADES executadas pela CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 2. ANEXOS

2.1. Integram este CONTRATO os seguintes ANEXOS:

Nº	ASSUNTO DOS ANEXOS
1	TERMO DE REFERÊNCIA
2	PENALIDADES
3	CONDIÇÕES GERAIS PARA UTILIZAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS
4	ATOS CONSTITUTIVOS DA SPE
5	CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO DA CONCESSÃO

Cláusula 3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

3.1. Este CONTRATO é regido pelas regras estabelecidas neste CONTRATO e em seus ANEXOS, pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, pela Lei Estadual nº 7.835, de 08 de maio de 1992, pela Lei Estadual nº 9.361, de 05 de junho de 1996 e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, pelo Decreto Estadual nº _____, de ____ de _____ de 20____, bem como as demais normas vigentes e aplicáveis ao presente caso.

Cláusula 4. INTERPRETAÇÃO

4.1. Para os fins deste CONTRATO, salvo nos casos em que haja expressa disposição em contrário:

- (i) As definições deste CONTRATO, expressas na Cláusula 1, têm os significados atribuídos naquela cláusula, seja no plural ou no singular;
- (ii) Todas as referências neste CONTRATO para designar cláusulas, subcláusulas ou demais subdivisões referem-se às cláusulas, subcláusulas ou demais subdivisões do corpo deste CONTRATO, salvo quando expressamente dispuser de maneira diversa;
- (iii) Os pronomes de ambos os gêneros deverão considerar, conforme o caso, as demais formas pronominais;

- (iv) Todas as referências ao presente CONTRATO ou a qualquer outro documento relacionado à CONCESSÃO deverão considerar eventuais alterações e/ou aditivos que venham a ser celebrados entre as PARTES;
- (v) Toda a referência feita à legislação e aos regulamentos deverá ser compreendida como referência à legislação e aos regulamentos vigentes à época do caso concreto e a ele aplicáveis, de qualquer esfera da federação e consideradas suas alterações;
- (vi) A utilização neste CONTRATO dos termos “incluindo” ou “inclusive” significa “incluindo, mas não se limitando” ou “inclusive, mas sem se limitar a”; e
- (vii) Os títulos das cláusulas deste CONTRATO e dos ANEXOS não devem ser usados na sua aplicação ou interpretação.

4.2. Controvérsias que porventura existam na aplicação e/ou na interpretação dos dispositivos e/ou documentos relacionados à CONCESSÃO, resolver-se-ão da seguinte forma:

- (i) Considerar-se-á, em primeiro lugar, a redação deste CONTRATO, que prevalecerá sobre todos os demais documentos da relação contratual, incluindo o EDITAL e os ANEXOS;
- (ii) Em caso de divergências entre o EDITAL e os seus ANEXOS, prevalecerá o EDITAL;
- (iii) Em caso de divergências entre os ANEXOS, prevalecerão os ANEXOS elaborados pelo PODER CONCEDENTE;

- 4.3. A superação de quaisquer prazos estabelecidos, neste CONTRATO, para a prática de atos por parte do PODER CONCEDENTE, ou de qualquer outro órgão ou entidade do ESTADO, caso não seja objeto de prorrogação, não implicará aceitação tácita ou concordância com qualquer espécie de pleito, servindo apenas para constituir o responsável em mora, permitindo que a CONCESSIONÁRIA adote os mecanismos de solução de controvérsias previstos no CAPÍTULO XVIII.

CAPÍTULO II. CONCESSÃO

Cláusula 5. OBJETO DA CONCESSÃO

- 5.1. Constitui objeto da CONCESSÃO:

5.1.1. Implementação de INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, 1 (um) em cada trecho, pela CONCESSIONÁRIA, os quais estão previstos no ANEXO 01 do CONTRATO, que contemplam: Áreas de Descanso para Caminhoneiros, Postos de Abastecimento e Serviços, com a necessária construção de ACESSO, devidamente autorizado para cada trecho do Rodoanel Mário Covas (SP 021), exclusivo para o modelo de CONCESSÃO;

5.1.2. Realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, nos termos do ANEXO 01, com vistas à exploração de NEGÓCIOS ADICIONAIS, que poderão ser implementados opcionalmente pela CONCESSIONÁRIA, exceto nos últimos 5 anos da CONCESSÃO, sendo 1 (um) em cada trecho, e que contemplam: (a) implantação de dispositivo em nível que permita aos usuários, de ambos os sentidos da rodovia (pista interna e externa), acesso

ao INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO; ou (b) implantação de mais 1 (uma) área de descanso para caminhoneiros com postos de abastecimento e serviços, com área, edificação e estrutura, em pista oposta ao INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO, que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) do estabelecido para os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS;

5.1.3. Realização de INVESTIMENTOS ASSOCIADOS, com vistas à exploração de NEGÓCIOS ASSOCIADOS, geradores de RECEITAS ACESSÓRIAS, que poderão ser implementados opcionalmente pela CONCESSIONÁRIA, exceto nos últimos 5 anos da CONCESSÃO, exclusivamente em ÁREAS PRIVADAS, nos termos do CONTRATO e do ANEXO 01 do CONTRATO;

5.1.4. A exploração de outras RECEITAS ACESSÓRIAS, a partir da DATA DE ASSINATURA, na forma e nas condições previstas na Cláusula 12 deste CONTRATO;

5.2. Todas as ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO serão realizadas em conformidade com as normas e especificações constantes deste CONTRATO, de seus ANEXOS e das demais normas pertinentes, obedecendo aos procedimentos operacionais estabelecidos pela ARTESP e demais regulamentos aplicáveis.

5.3. Constitui pressuposto da CONCESSÃO a adequada qualidade na execução e exploração das OBRAS, observados os parâmetros desse CONTRATO, as normas expedidas pela ARTESP e a legislação aplicável.

Cláusula 6. CONCESSÃO DE USO DAS ÁREAS PÚBLICAS DISPONÍVEIS PARA EVENTUAL IMPLEMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS E INVESTIMENTOS ADICIONAIS

- 6.1. As ÁREAS PÚBLICAS que venham a ser utilizadas para a execução das OBRAS, conforme listagem constante do ANEXO 26 (ÁREAS PÚBLICAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS E EVENTUALMENTE INVESTIMENTOS ADICIONAIS), serão transferidas para a CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas no ANEXO 03 do CONTRATO.

Cláusula 7. DEVER DE PRESERVAÇÃO DA ATUALIDADE NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OBJETO DA CONCESSÃO

- 7.1. A CONCESSIONÁRIA deverá observar a atualidade na execução das OBRAS e demais ATIVIDADES objeto do CONTRATO, caracterizada pela necessária preservação da modernidade dos equipamentos, das instalações e das técnicas de execução, com a absorção dos avanços tecnológicos advindos ao longo do prazo da CONCESSÃO que agreguem valor e/ou que representem benefícios e qualidade às ATIVIDADES objeto do CONTRATO.
- 7.2. Entende-se por atualidade o direito dos USUÁRIOS a usufruir das ATIVIDADES executadas pela CONCESSIONÁRIA por meio de equipamentos e instalações modernas, que, permanentemente e ao longo da CONCESSÃO, acompanhem o desenvolvimento tecnológico, notadamente no que se refere à sustentabilidade ambiental dos equipamentos utilizados, e que assegurem a perfeita execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO.
- 7.3. As despesas da CONCESSIONÁRIA que tenham sido realizadas com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade das ATIVIDADES objeto

do CONTRATO, bem como aquelas efetuadas para atender às obrigações previstas no CONTRATO, deverão estar amortizadas dentro do prazo da CONCESSÃO, não fazendo a CONCESSIONÁRIA jus a qualquer direito de indenização ou reequilíbrio econômico-financeiro, quando da extinção do contrato em decorrência do decurso de seu prazo de vigência.

7.4. A CONCESSIONÁRIA deverá empregar, durante o prazo da CONCESSÃO, padrões de desempenho motivados pelo surgimento de inovações tecnológicas ou pela adequação a padrões internacionais.

7.5. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar, independentemente de determinação do PODER CONCEDENTE, todas as medidas necessárias para o cumprimento de suas obrigações contratuais.

7.6. O PODER CONCEDENTE, em decorrência de sua competência para fiscalizar a CONCESSÃO, poderá exigir a implantação de medidas pela CONCESSIONÁRIA visando ao cumprimento de obrigações previstas neste CONTRATO ou nos ANEXOS ou, ainda, de legislação ou de regulamentação vigente ou superveniente à DATA DE ASSINATURA deste CONTRATO, não ensejando qualquer direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

7.7. As exigências relacionadas à implantação de medidas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 7.6, deverão ser compatíveis com o objeto deste CONTRATO, facultando-se à CONCESSIONÁRIA a propositura de solução alternativa à medida exigida pelo PODER CONCEDENTE, que atenda às mesmas finalidades perseguidas pelo PODER CONCEDENTE.

7.8. Quaisquer divergências da CONCESSIONÁRIA quanto à(s) medidas(s) indicada(s) pelo PODER CONCEDENTE, deverão ser dirimidas de acordo com os mecanismos de solução de controvérsias previstos no CAPÍTULO XVIII, sem prejuízo do imediato cumprimento da determinação do PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula 7.6, exceto quando verificada situação que se amolde aos termos da Cláusula 7.7.

7.9. Para fins do cumprimento desta Cláusula, o PODER CONCEDENTE solicitará a manifestação prévia da CONCESSIONÁRIA com relação às alterações nos parâmetros de atualidade e qualidade por ele pretendidas.

Cláusula 8. PRAZO DA CONCESSÃO

8.1. O prazo da CONCESSÃO é de 30 (trinta) anos, contados da data da assinatura do CONTRATO, e se encerrará com a formalização do respectivo TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO.

8.2. O presente CONTRATO poderá ser prorrogado, excepcionalmente e a exclusivo critério do PODER CONCEDENTE, desde que, preservado o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, conforme CAPÍTULO X, limitada a prorrogação, nesta hipótese, ao prazo adicional de [•] ([•]) anos.

Cláusula 9. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES AO INÍCIO DA VIGÊNCIA DA CONCESSÃO

9.1. Como requisito para a assinatura do CONTRATO e, consequentemente, para o início da OPERAÇÃO COMERCIAL e da vigência da CONCESSÃO:

- (i) Deverá a CONCESSIONÁRIA comprovar a constituição da SPE, nos termos do item 17 do EDITAL e no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por ato motivado e justificado do PODER CONCEDENTE, contados da assinatura do CONTRATO, apresentar o respectivo instrumento de constituição, com a correspondente certidão da JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo) e inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);

9.2. Os atos constitutivos da SPE passarão a figurar como ANEXO deste CONTRATO, devendo sua sede e seu foro serem no Estado de São Paulo.

9.3. Após a formalização da constituição da SPE, esta deverá celebrar termo aditivo a este CONTRATO, subrogando-se na posição contratual da CONCESSIONÁRIA ou, se o caso, do CONSÓRCIO e das pessoas jurídicas que o compõem, passando a figurar, consequentemente, para todos os fins previstos neste CONTRATO, na condição de CONCESSIONÁRIA.

9.3.1. Na assinatura do termo aditivo a que se refere a Cláusula 9.3, os acionistas diretos da SPE deverão figurar como intervenientes/anuentes, assumindo a responsabilidade solidária, prevista na cláusula 62.

9.3.2. O CONSÓRCIO, se existente, se extinguirá após a formalização da SPE, mediante expressa anuência do PODER CONCEDENTE.

- 9.4. Caberá à SPE a execução de todas as obrigações contratuais a ela atribuídas pelo CONTRATO, às quais estará também vinculada, podendo subcontratar terceiros conforme o regramento previsto neste CONTRATO.

Cláusula 10. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

- 10.1. O valor estimado do CONTRATO é de R\$ [•] ([•] de reais) na data base [•] de [•] para o LOTE 1 e R\$ [•] ([•] de reais) na data base [•] de [•] para o LOTE 2, calculado com base nos custos estimados necessários para a implantação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS mínimos, previstos no ANEXO 01 do CONTRATO, e na OUTORGA FIXA MÍNIMA dos respectivos LOTES.
- 10.2. O valor estimado do CONTRATO possui fins meramente referenciais, não podendo ser tomado, por qualquer das PARTES, como base para a realização de recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou para qualquer outro fim que implique a utilização do valor estimado do CONTRATO como parâmetro para indenizações, ressarcimentos e afins.

CAPÍTULO III. RECEITAS E PAGAMENTOS

Cláusula 11. RECEITAS DECORRENTES DA EXPLORAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 11.1. A CONCESSIONÁRIA poderá obter RECEITAS, diretamente dos USUÁRIOS ou de terceiros por ela contratados, a partir da exploração das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, observando-se as demais limitações previstas no CONTRATO.
- 11.2. É de competência exclusiva da CONCESSIONÁRIA a definição dos valores e condições de exploração das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO, bem como eventuais reajustes, respeitadas as demais condições previstas no CONTRATO e a legislação nacional.
- 11.3. Para fins deste CONTRATO, as RECEITAS são consideradas aleatórias, e de risco exclusivo da CONCESSIONÁRIA, de modo que a CONCESSIONÁRIA não fará jus ao reequilíbrio econômico-financeiro, tampouco a quaisquer indenizações pelos investimentos realizados, ainda que o PODER CONCEDENTE tenha manifestado ciência e/ou aprovação quanto a qualquer proposta de exploração apresentada pela CONCESSIONÁRIA.
- 11.4. As RECEITAS a serem auferidas pela CONCESSIONÁRIA poderão incluir, sem a elas se limitar:

11.4.1. RECEITA PRINCIPAL: Receita decorrente da exploração dos NEGÓCIOS OBRIGATÓRIOS e NEGÓCIOS ADICIONAIS;

11.4.2. RECEITAS ACESSÓRIAS: compreendem todas as receitas auferidas pela CONCESSIONÁRIA nas ÁREAS EXPLORADAS, excluía a RECEITA PRINCIPAL (decorrente da exploração dos NEGÓCIOS OBRIGATÓRIOS e NEGÓCIOS ADICIONAIS) e a RECEITA FINANCEIRA.

Cláusula 12.RECEITAS ACESSÓRIAS

12.1. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar atividades econômicas que gerem RECEITAS ACESSÓRIAS, por subsidiárias integrais, ou mediante a celebração de contratos com terceiros, em regime de direito privado e observando as normas e regulações aplicáveis.

(i) A CONCESSIONÁRIA somente poderá exercer atividade econômica que gere RECEITAS ACESSÓRIAS, mediante celebração de contratos com terceiros, ou por meio de subsidiárias integrais, adotando contabilidade separada para cada uma das atividades exploradas por suas subsidiárias integrais, segundo as normas contábeis vigentes, permitindo ainda que o PODER CONCEDENTE também realize auditorias destas subsidiárias integrais sempre que entender necessário.

(ii) Fica vedada a participação de subsidiária integral da CONCESSIONÁRIA em outras sociedades.

12.2. Constituem fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS o seguinte rol exemplificativo:

- (i) Cobrança por publicidade permitida em lei, na forma regulamentada pelo Poder Público; indenizações e penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros, exceto aquelas de natureza reparatória;
- (ii) Receitas decorrentes da exploração dos NEGÓCIOS ASSOCIADOS pela CONCESSIONÁRIA;
- (iii) Cessão, por qualquer meio contratual, da posse e/ou do uso de espaços comerciais implantados na área sob gestão da CONCESSIONÁRIA, admitindo-se a sublocação ou subcessão;

12.3. Toda e qualquer RECEITA ACESSÓRIA integrará o FATURAMENTO BRUTO da CONCESSIONÁRIA, que servirá como base de cálculo para incidência do percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento) referente à ÔNUS VARIÁVEL pago ao PODER CONCEDENTE, bem como o percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento) devido à ARTESP em função do desempenho das atividades de fiscalização.

12.4. Caso terceiros interessados desejem explorar quaisquer atividades que gerem RECEITAS ACESSÓRIAS, deverão firmar CONTRATO com a CONCESSIONÁRIA, o qual será regido pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e a CONTRATANTE e/ou o PODER CONCEDENTE.

12.5. A exploração dos NEGÓCIOS ASSOCIADOS que geram RECEITAS ACESSÓRIAS estará condicionada à autorização da CONTRATANTE, cuja

avaliação compreenderá não apenas a compatibilidade com a lei, mas também com o estabelecido no EDITAL e CONTRATO.

12.5.1. Caso a CONTRATANTE expressamente aceite a exploração do NEGÓCIO ASSOCIADO, mediante gestão da CONCESSIONÁRIA, aquele poderá ser explorado nos termos e condições definidos nesta Cláusula e no que demais aplicável deste CONTRATO.

12.5.2. Caso a CONTRATANTE rejeite a proposta de exploração do NEGÓCIO ASSOCIADO, deverá fazê-lo de maneira fundamentada.

12.5.2.1. A CONCESSIONÁRIA poderá apresentar proposta alternativa, abrangendo as considerações da CONTRATANTE.

12.6. Todos os NEGÓCIOS ASSOCIADOS cuja exploração estiver permitida nos termos deste CONTRATO deverão ser explorados de maneira economicamente viável, com qualidade e eficiência.

12.7. Não serão consideradas RECEITAS ACESSÓRIAS aquelas decorrentes de aplicações no mercado financeiro, valores recebidos de seguros e por penalidades pecuniárias previstas nos contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros.

12.8. Visando à exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS, a CONCESSIONÁRIA poderá explorar ATIVIDADES ou serviços alternativos, complementares ou acessórios, desde que:

- (i) sua exploração não comprometa a consecução do objeto da CONCESSÃO, nem os requisitos estabelecidos, as diretrizes definidas e os padrões de qualidade estabelecidos neste CONTRATO e seus ANEXOS;
- (ii) o fluxo e a segurança dos USUÁRIOS tenham prioridade sobre as ATIVIDADES ou serviços complementares e alternativos, ou sobre os projetos ou empreendimentos associados;

12.8.1. É vedada a exploração de atividades ou veiculação de publicidade que infrinjam a legislação em vigor, atentem contra a moral e os bons costumes, tenham cunho político-partidário, religioso, que aludem a qualquer espécie de injúria, discriminação ou preconceito, de qualquer ordem, incluindo preconceitos de raça, cor, credo, gênero, sexualidade, social ou de natureza xenófoba, ou que possam prejudicar as ATIVIDADES objeto do CONTRATO ou a imagem do PODER CONCEDENTE perante os USUÁRIOS.

12.9. O início do desenvolvimento de RECEITAS ACESSÓRIAS deverá ser previamente comunicado ao PODER CONCEDENTE, encaminhando cópia dos contratos e outros documentos pertinentes. Os documentos deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- (i) Prazo de vigência do contrato, o qual não poderá ter prazo superior ao da vigência da CONCESSÃO;
- (ii) Valor a ser auferido pela CONCESSIONÁRIA, com indicação da fonte de exploração, por ano ou por ato, quando este for pontual;

- (iii) Descrição do objeto do contrato e do modelo de negócio visando à exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS; e
- (iv) Cronograma de implantação.

12.10. A CONCESSIONÁRIA poderá realizar a exploração comercial de imagem institucional dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO para fins de exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS.

12.11. A exploração de publicidade relacionada a bebidas alcoólicas deverá observar a regulamentação do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária - CONAR com relação ao assunto.

12.12. O desempenho de ATIVIDADES diversas do objeto da CONCESSÃO não poderá acarretar prejuízo à normal execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO.

12.13. A CONCESSIONÁRIA deverá contabilizar separadamente o montante recebido a título de RECEITAS ACESSÓRIAS, encaminhando ao PODER CONCEDENTE, mensalmente, relatório que contemple detalhamento dos valores arrecadados, cópia das faturas e instrumentos congêneres, e demais informações necessárias ao acompanhamento da exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS.

12.14. Nenhum contrato celebrado entre a CONCESSIONÁRIA e particulares referentes à exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS poderá ultrapassar o prazo do CONTRATO.

12.15. No exercício do quanto previsto nesta Cláusula, a CONCESSIONÁRIA responsabilizar-se-á por todas e quaisquer infrações legais ou ofensas a regulamentação específica perante terceiros e todos os órgãos competentes de fiscalização e regulação, excluindo o PODER CONCEDENTE de qualquer demanda a respeito.

Cláusula 13. OUTORGA FIXA

13.1. A CONTRATADA pagará ao PODER CONCEDENTE, pela CONCESSÃO, o valor correspondente à OUTORGA FIXA constante da PROPOSTA COMERCIAL do LICITANTE, equivalente a R\$ _____ (_____).

13.2. O valor correspondente à OUTORGA FIXA será corrigido anualmente, a partir da data da apresentação da PROPOSTA COMERCIAL, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ou por outro que vier a substituí-lo.

13.3. O valor da OUTORGA FIXA deverá ser pago ao PODER CONCEDENTE da seguinte forma:

- i) parcela única, correspondente a 100% (cem por cento) do valor da OUTORGA FIXA, como condição para assinatura do CONTRATO,

paga em..... conforme depósito efetuado no Banco do Brasil
S/A, na conta nº da agência

Cláusula 14. ÔNUS VARIÁVEL e ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO

14.1. A CONTRATADA além da outorga fixa, deverá pagar mensalmente a partir da data de assinatura do CONTRATO:

14.2. ÔNUS VARIÁVEL, ao PODER CONCEDENTE, correspondente a 1,5% (um vírgula cinco por cento) do seu FATURAMENTO BRUTO, excetuada a receita decorrente da exploração de comercialização de combustíveis, durante todo o prazo da CONCESSÃO.

14.3. ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO, à CONTRATANTE, correspondente a 1,5% (um vírgula cinco por cento) do seu FATURAMENTO BRUTO, excetuada a receita decorrente da exploração de comercialização de combustíveis, durante todo o prazo da CONCESSÃO.

14.4. O PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer momento, realizar investigações e diligências, além de requisitar documentos, para apurar a conformidade dos valores informados pela CONCESSIONÁRIA.

14.5. A ausência de pagamento do valor incontroverso a ÔNUS VARIÁVEL ou do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO, no último dia útil do mês posterior à apuração do FATURAMENTO BRUTO, caracterizará falta grave e poderá ensejar a intervenção na CONCESSIONÁRIA, além das penalidades

elencadas no ANEXO 02 do CONTRATO e da incidência de correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata die, podendo o PODER CONCEDENTE executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO.

Cláusula 15. FINANCIAMENTO

15.1. A CONCESSIONÁRIA é a única e exclusiva responsável pela obtenção dos financiamentos necessários ao normal desenvolvimento das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, de modo a cumprir, cabal e tempestivamente, todas as obrigações assumidas neste CONTRATO.

15.2. A CONCESSIONÁRIA poderá oferecer direitos emergentes do CONTRATO, como garantia de financiamentos obtidos para os investimentos necessários, nos termos dos artigos 29 e 30 da Lei Estadual n.º 7.835/1992, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, observados os artigos 28 e 28-A da Lei n.º 8.987/1995, mediante anuência prévia do PODER CONCEDENTE.

15.3. As ações ou direitos correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA não poderão ser dadas em garantia de financiamentos sem prévia e expressa autorização pelo PODER CONCEDENTE.

15.4. As garantias previstas nas Cláusulas 15.2 e 15.3, com a anuência prévia do PODER CONCEDENTE, poderão ser ofertadas em contratos que tenham natureza acessória ou complementar aos contratos de financiamento, quando destinados a assegurar a financiabilidade da própria

CONCESSÃO ou a mitigar riscos assumidos pela CONCESSIONÁRIA, a exemplo de contratos destinados à concessão de garantias reais ou fidejussórias, à captação de recursos financeiros em mercado, à obtenção de seguros ou à proteção da CONCESSIONÁRIA contra a variação de preço de um ativo (hedge).

15.5. Consideram-se direitos emergentes do CONTRATO todos e quaisquer direitos, receitas e recebíveis da CONCESSÃO, incluindo a RECEITA PRINCIPAL e as RECEITAS ACESSÓRIAS.

15.6. Os contratos de financiamento da CONCESSIONÁRIA poderão outorgar aos FINANCIADORES, de acordo com as regras de direito privado aplicáveis, o direito de assumir o controle da CONCESSIONÁRIA em caso de inadimplemento contratual, pela CONCESSIONÁRIA, dos referidos contratos de financiamento ou deste CONTRATO.

15.7. Os FINANCIADORES ficarão dispensados de demonstrar idoneidade financeira, desde que estejam devidamente autorizados a atuar como instituição financeira no Brasil, caso ocorra a transferência da CONCESSÃO como medida de compensação e ressarcimento ao inadimplemento contratual da CONCESSIONÁRIA.

CAPÍTULO IV. BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

Cláusula 16.BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO

16.1. São considerados BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO todos os bens diretamente afetos ou associados à execução das ATIVIDADES objeto do EDITAL, exceto aqueles relacionados aos INVESTIMENTOS ASSOCIADOS, incluindo:

- (i) As áreas indicadas no ANEXO 01 (TERMO DE REFERÊNCIA), ANEXO 26 (ÁREAS PÚBLICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS E EVENTUALMENTE INVESTIMENTOS ADICIONAIS), ANEXO 27 (ÁREAS A DESAPROPRIAR (A SER INDICADA PELA LICITANTE) PARA IMPLEMENTAÇÃO DE INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS E EVENTUALMENTE INVESTIMENTOS ADICIONAIS) e ANEXO 28 (ÁREAS A TRANSFERIR (A SER INDICADA PELA LICITANTE) PARA IMPLEMENTAÇÃO DE INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS E EVENTUALMENTE INVESTIMENTOS ADICIONAIS) do EDITAL para os LOTES 1 e 2.
- (ii) Todos os bens imóveis e equipamentos que venham a ser construídos, implantados, ampliados ou adquiridos pela CONCESSIONÁRIA, ao longo de todo o prazo da CONCESSÃO, por acessão física ou intelectual, assim como todas as benfeitorias, que sejam utilizados/vinculados à CONCESSÃO;

- (iii) Todos os bens móveis necessários à continuidade da execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO.

16.2. A posse, guarda, manutenção e vigilância dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO são de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA.

16.3. No prazo de ([•]) [•] meses, contados do início da OPERAÇÃO COMERCIAL, nos termos do ANEXO 01, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE o INVENTÁRIO de todos os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, o qual deverá ser mantido atualizado pela CONCESSIONÁRIA durante todo o prazo da CONCESSÃO, com as informações pertinentes, sob pena das penalidades cabíveis.

16.3.1. É de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a manutenção do INVENTÁRIO em condições atuais, sendo certo que qualquer ato que possa caracterizar a tentativa ou a consumação de fraude, mediante dolo ou culpa, na caracterização dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, será considerada infração sujeita às penalidades descritas no CAPÍTULO XVI.

16.4. Os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO deverão ser devidamente registrados na contabilidade da CONCESSIONÁRIA, de modo a permitir a sua fácil identificação pelo PODER CONCEDENTE, incluindo sua distinção em relação aos BENS PRIVADOS.

16.5. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em plenas condições de uso, conservação e segurança, às suas expensas, os BENS INTEGRANTES

da CONCESSÃO, durante a vigência do CONTRATO, efetuando, para tanto, as reparações, renovações e adaptações necessárias para o bom desempenho das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, nos termos previstos neste CONTRATO.

16.6. Fica expressamente autorizada à CONCESSIONÁRIA a proposição, em nome próprio, de medidas judiciais para assegurar ou recuperar a posse dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO.

16.7. Os investimentos da CONCESSIONÁRIA que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO e dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO deverão estar amortizados dentro do prazo da CONCESSÃO.

16.8. Os investimentos assumidos pela CONCESSIONÁRIA no âmbito da execução deste CONTRATO visando à aquisição, implantação, reforma, adequação, conservação ou quaisquer outros tipos de investimentos em BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO serão considerados devidamente amortizados e depreciados quando da extinção do prazo de vigência da CONCESSÃO, não cabendo, portanto, qualquer indenização pelo PODER CONCEDENTE ao final do prazo de vigência do CONTRATO.

16.8.1. Na hipótese de extinção antecipada do CONTRATO, a amortização dos investimentos da CONTRATADA será calculada segundo o método da linha reta (amortização constante), considerando-se como premissa a amortização integral dos investimentos ao final da CONCESSÃO.

16.9. A CONTRATADA somente poderá alienar os bens móveis que integram a CONCESSÃO se proceder a sua imediata substituição por outros com condições de operacionalidade e funcionamento idênticas ou superiores às dos substituídos.

16.9.1. Qualquer alienação ou aquisição de bens móveis que a CONTRATADA pretenda realizar, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses do prazo da CONCESSÃO, deverá ser prévia e expressamente autorizada pelo CONTRATANTE.

16.9.2. O CONTRATANTE se pronunciará, por escrito, no prazo máximo de [•] ([•]) dias, sobre a solicitação da CONTRATADA, entendendo-se, no silêncio do CONTRATANTE, ter sido conferida a autorização solicitada.

16.10. Não será permitido a realização de ampliações relacionados aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e INVESTIMENTOS ADICIONAIS nos últimos 24 (vinte e quatro) meses da CONCESSÃO.

Cláusula 17.DAS RESTRIÇÕES À ALIENAÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO

17.1. Depende de anuência prévia do PODER CONCEDENTE, observadas as limitações da Cláusula 18, a alienação, constituição de ônus ou transferência, de qualquer natureza, dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, pela CONCESSIONÁRIA a terceiros.

17.2. A alienação, a constituição de ônus, ou a transferência de BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO a terceiros, somente será autorizada pelo

PODER CONCEDENTE quando, cumulativamente, presentes os seguintes requisitos:

- (i) Prova de não comprometimento da continuidade e qualidade, bem como do potencial de exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO; e
- (ii) Obrigação da CONCESSIONÁRIA em realizar, quando necessário à continuidade da exploração e adequada conservação dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, a imediata substituição dos bens a serem alienados ou transferidos, por bens novos, de funcionalidade semelhante e tecnologia igual ou superior.

17.3. O PODER CONCEDENTE emitirá sua decisão sobre a alienação, a constituição de ônus ou a transferência, de qualquer natureza, dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, pela CONCESSIONÁRIA a terceiros, em prazo compatível com a complexidade da situação, não podendo ultrapassar 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da solicitação de anuência prévia encaminhada pela CONCESSIONÁRIA.

17.4. O PODER CONCEDENTE poderá, ao longo da vigência do CONTRATO, comunicar à CONCESSIONÁRIA situações nas quais é dispensada a anuência prévia de que trata esta cláusula, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos nesta comunicação.

17.5. Os demais bens empregados ou utilizados pela CONCESSIONÁRIA que não constem do INVENTÁRIO previsto na Cláusula 16.3 e que não se qualifiquem como BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO serão considerados BENS PRIVADOS e poderão ser livremente utilizados e transferidos pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo da observância das disposições deste CONTRATO.

17.6. Todos os negócios jurídicos da CONCESSIONÁRIA com terceiros que envolvam os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO deverão mencionar expressamente sua vinculação à CONCESSÃO.

17.7. Os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, incluindo os bens imóveis adquiridos pela CONCESSIONÁRIA, por qualquer forma, para a realização dos serviços, afetados à operação, serão considerados bens fora de comércio, não podendo ser, a nenhum título, cedidos, alienados, onerados, arrendados, dados em comodato ou garantia, ou de qualquer outro modo ser permitida a sua ocupação, arrestados, penhorados ou qualquer providência dessa mesma natureza, exceto nas hipóteses previstas neste CONTRATO.

Cláusula 18.DA REVERSIBILIDADE DOS BENS

18.1. Extinta a CONCESSÃO, retornam ao PODER CONCEDENTE os BENS REVERSÍVEIS, bem como todos os direitos e os privilégios vinculados à CONCESSÃO, incluindo todas as benfeitorias, quer se qualifiquem como necessárias, úteis ou voluptuárias, que tenham sido realizadas nos BENS REVERSÍVEIS, transferidos ou disponibilizados, à CONCESSIONÁRIA, ou por esta construídos/implantados e adquiridos, no âmbito da CONCESSÃO, independentemente de quaisquer notificações ou formalidades, nos termos do ANEXO 06 do CONTRATO.

18.2. BENS REVERSÍVEIS são todos aqueles vinculados à CONCESSÃO, desapropriados, construídos, adquiridos, produzidos/fabricados e implantados pela CONCESSIONÁRIA, incluindo, mas não se limitando, a edificações/instalações, sistemas, bens e direitos necessários à manutenção e exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, bem como os

disponibilizados pelo PODER CONCEDENTE, e, eventualmente, por seus agentes, que se façam necessários à manutenção e exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO.

18.3. Ressalvada expressa previsão neste CONTRATO em sentido contrário, a reversão será gratuita e automática, com os bens em condições adequadas de operação, utilização e manutenção, bem como livres de quaisquer ônus, encargos, valor residual, tributo, obrigação, gravame ou cobrança de qualquer valor pela CONCESSIONÁRIA, com as características e requisitos técnicos que permitam a plena manutenção e exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO após a extinção da CONCESSÃO, em iguais condições em relação àquelas prestadas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 18.6 e ANEXO 06 do CONTRATO.

18.3.1. Todas as informações sobre os BENS REVERSÍVEIS, incluindo descrição, estado de conservação e vida útil remanescente, deverão constar do INVENTÁRIO DE BENS REVERSÍVEIS a ser mantido pela CONCESSIONÁRIA ao longo de toda a CONCESSÃO e entregue, ao final, ao PODER CONCEDENTE.

18.3.2. No caso de desconformidade entre o INVENTÁRIO DE BENS REVERSÍVEIS e a efetiva situação dos BENS REVERSÍVEIS, deverá a CONCESSIONÁRIA, se tal diferença estiver em detrimento do PODER CONCEDENTE, tomar todas as medidas cabíveis, inclusive com a aquisição de novos bens ou realização de obras, para que entregue os BENS REVERSÍVEIS nas mesmas condições do INVENTÁRIO DE BENS REVERSÍVEIS.

- 18.4. A CONCESSIONÁRIA terá direito à indenização correspondente à parcela dos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizada ou depreciada, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade das ÁREAS EXPLORADAS, nos casos de extinção antecipada do CONTRATO.
- 18.5. Caso a reversão dos BENS REVERSÍVEIS não ocorra nas condições ora estabelecidas, a CONCESSIONÁRIA indenizará o PODER CONCEDENTE, devendo a indenização ser calculada nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo das sanções cabíveis e execução de eventuais SEGUROS e GARANTIAS.
- 18.6. Os bens revertidos ao PODER CONCEDENTE deverão estar em adequadas condições de conservação e funcionamento, para permitir a continuidade da exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, nos termos do ANEXO 06.
- 18.6.1. Eventual custo com estes investimentos deverá ser amortizado e depreciado antes do término da vigência do CONTRATO, não tendo a CONTRATADA direito a indenização a respeito.
- 18.7. Na hipótese de extinção antecipada do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO e investimentos realizados na CONCESSÃO, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a manutenção e a atualidade dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, observada a disciplina estabelecida neste CONTRATO.

18.8. Todas as informações sobre os BENS REVERSÍVEIS, incluindo descrição, estado de conservação e vida útil remanescente, deverão constar do INVENTÁRIO dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO a ser mantido pela CONCESSIONÁRIA ao longo de toda a CONCESSÃO, renovando-se, no mínimo, anualmente, e entregue, ao final, ao PODER CONCEDENTE.

18.9. Durante o procedimento de extinção da CONCESSÃO e de transição contratual, o PODER CONCEDENTE procederá à vistoria dos BENS REVERSÍVEIS, da qual participará um representante da CONCESSIONÁRIA, destinada a verificar o estado de conservação e manutenção dos bens.

Cláusula 19.DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS BENS AO TÉRMINO DA CONCESSÃO

19.1. No caso de extinção da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá transferir ao PODER CONCEDENTE, ou a quem este indicar, todos os BENS REVERSÍVEIS, em perfeito estado de uso, conservação e funcionamento.

19.2. Visando assegurar a continuidade na manutenção e exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, as PARTES empreenderão seus melhores esforços para averiguar as possibilidades de subrogação, pelo PODER CONCEDENTE ou por futura concessionária, nos contratos vigentes de interesse da CONCESSÃO, que tenham sido celebrados pela CONCESSIONÁRIA.

19.3. No prazo de 24 (vinte e quatro) meses antes do término da CONCESSÃO, ou, imediatamente, no caso de extinção antecipada do CONTRATO, para assegurar a continuidade na manutenção e exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, será constituída COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO, a ser composta pelo PODER CONCEDENTE, pela CONCESSIONÁRIA, e pelo futuro operador dos serviços objeto deste CONTRATO, caso já contratado e não venha a ser o próprio PODER CONCEDENTE, para estabelecer um PROGRAMA DE DESMOBILIZAÇÃO OPERACIONAL, a fim de definir regras e procedimentos para a assunção da manutenção e da exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE ou pela futura concessionária.

19.4. O PROGRAMA DE DESMOBILIZAÇÃO OPERACIONAL de que trata a Cláusula 19.3 deverá detalhar a forma adotada pela CONCESSIONÁRIA para a manutenção e exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, incluindo os BENS REVERSÍVEIS, com laudos e relatórios técnicos, emitidos por profissional habilitado.

19.5. A COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO poderá realizar as vistorias que julgar necessárias à plena execução de suas atividades, de forma a garantir a transição contratual sem qualquer prejuízo à manutenção e exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, além de acompanhar a execução de laudos e relatórios técnicos.

19.6. Após as vistorias confirmatórias, incluindo os laudos e relatórios técnicos do estado de conservação e manutenção dos BENS REVERSÍVEIS, caberá à COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO relatar ao PODER CONCEDENTE, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias antes do término do prazo de vigência contratual, ou, em até 60 (sessenta) dias, no

caso de extinção antecipada da CONCESSÃO, a situação dos BENS REVERSÍVEIS, opinando quanto à possibilidade de lavratura do TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, bem como quanto a eventuais necessidades de correções ou de substituições.

- 19.6.1. As conclusões alcançadas pela COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO possuem caráter meramente informativo e opinativo, não vinculando o PODER CONCEDENTE para a lavratura do TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO.
- 19.6.2. A CONCESSIONÁRIA e o futuro responsável pela exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, se privado, vinculam-se às conclusões alcançadas pela COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO, salvo no que disser respeito às ressalvas expressamente apontadas pelo respectivo representante, no relatório final da COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO.
- 19.6.3. O TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, a ser lavrado pelo PODER CONCEDENTE, retratará a situação dos BENS REVERSÍVEIS, constando os termos da sua aceitação, bem como a eventual necessidade de correções ou substituições, sob responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA.
- 19.6.4. Na hipótese de eventuais correções ou de substituições a serem feitas pela CONCESSIONÁRIA, o TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO deverá indicar, de forma motivada, o prazo para sua execução.
- 19.6.5. As correções e as substituições realizadas pela CONCESSIONÁRIA com o objetivo de retornar os BENS REVERSÍVEIS às condições de usabilidade, atualização e

manutenção, conforme obrigação constante da Cláusula 19.1, não gerarão direito a indenização ou compensação em seu favor.

19.6.6. A não realização das correções e das substituições previstas no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO implicará na fixação de indenização a favor do PODER CONCEDENTE, em valor correspondente aos serviços não realizados, além da aplicação das sanções previstas neste CONTRATO em razão do inadimplemento contratual.

19.7. O PODER CONCEDENTE poderá determinar, no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, o dever da CONCESSIONÁRIA realizar treinamento de pessoal indicado pelo PODER CONCEDENTE, efetuar a entrega da documentação técnica e administrativa relacionada aos BENS REVERSÍVEIS, bem como repassar orientações operacionais relativas aos bens explorados ou mantidos pela CONCESSIONÁRIA, que ainda não tiverem sido entregues ou repassados pela CONCESSIONARIA.

19.8. Caberá à CONCESSIONÁRIA retirar e dar destinação adequada, no prazo fixado no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, todos os bens utilizados na CONCESSÃO que não forem qualificados como BENS REVERSÍVEIS.

19.9. No prazo máximo de até 60 (sessenta) dias anteriores ao marco previsto para o término do CONTRATO, verificado o integral cumprimento das determinações do TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, exceto as eventuais impossibilidades devidamente justificadas, e comprovadas as condições para o recebimento dos bens nele inventariados de forma que fique garantida a continuidade da exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, deverá ser dado início às tratativas para assunção das

ATIVIDADES pelo PODER CONCEDENTE, ou a quem este indicar, a título de transição, devendo a CONCESSIONÁRIA se manter na manutenção e exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO até a lavratura do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, liberando, assim, a CONCESSIONÁRIA de suas obrigações.

19.10. Findo o prazo de vigência do CONTRATO, e desde que cumpridas todas as condições determinadas no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO ou adimplidas as eventuais indenizações, será lavrado o TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO.

19.11. O PODER CONCEDENTE incluirá no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO e no TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, as subrogações ocorridas nos termos da Cláusula 19.2, nos contratos relativos a ATIVIDADES inerentes, acessórias ou complementares ao objeto da CONCESSÃO, bem como nos contratos de fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros, cabendo à CONCESSIONÁRIA, quando possível, prever tal possibilidade em tais ajustes e tomar as providências necessárias para aditar os contratos indicados, em iguais condições às praticadas pela CONCESSIONÁRIA.

19.11.1. Não se aplica às disposições da cláusula 19.11., aos contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros que envolvem os INVESTIMENTOS ASSOCIADOS.

19.12. A CONCESSIONÁRIA será inteira e exclusivamente responsável pelo encerramento de quaisquer contratos de que seja parte ao final da vigência da CONCESSÃO, salvo com relação aos contratos subrogados pelo PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula 19.2, não assumindo o PODER CONCEDENTE qualquer responsabilidade ou ônus quanto aos mesmos e não sendo devida nenhuma indenização à CONCESSIONÁRIA.

- 19.13. A CONCESSIONÁRIA, desde 6 (seis) meses antes do término da vigência contratual, ou a partir da extinção da CONCESSÃO operada por outra causa, não poderá realizar dissolução, partilha do patrimônio ou distribuir valores a qualquer título entre os acionistas da SPE, antes que o PODER CONCEDENTE, por meio do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, ateste que os bens revertidos encontram-se em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos e que esteja plenamente assegurado o pagamento das importâncias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou qualquer outro título.
- 19.14. Quando da emissão do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, será liberada a integralidade da GARANTIA DE EXECUÇÃO do CONTRATO, descontadas as eventuais multas aplicadas, bem como quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE.
- 19.15. Eventuais indenizações devidas pelo PODER CONCEDENTE quando da extinção da CONCESSÃO não impedirão a retomada da CONCESSÃO.
- 19.16. A lavratura do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO não exclui a responsabilidade civil e a ético-profissional pela prestação dos serviços objeto deste CONTRATO, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

Cláusula 20. TRANSIÇÃO

20.1. Sem prejuízo de outras disposições previstas no CONTRATO, são obrigações da CONCESSIONÁRIA, para a boa operacionalização da transição dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO ao PODER CONCEDENTE, ao órgão ou ente do ESTADO ou a eventual futuro concessionário:

- (i) disponibilizar documentos e contratos relativos ao objeto da CONCESSÃO;
- (ii) disponibilizar demais informações sobre a manutenção e exploração comercial dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO;
- (iii) cooperar com o PODER CONCEDENTE ou com eventual futuro concessionário para a transmissão adequada dos conhecimentos e informações;
- (iv) permitir o acompanhamento das atividades regulares da CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE e por eventual futuro concessionário;
- (v) promover o treinamento do pessoal do PODER CONCEDENTE, do órgão ou ente do ESTADO ou de eventual futuro concessionário relativamente à manutenção e exploração dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO;

- (vi) colaborar com o PODER CONCEDENTE, com o órgão ou ente do ESTADO ou com o eventual futuro concessionário na elaboração de eventuais relatórios requeridos para o processo de transição;
- (vii) indicar profissionais das áreas de conhecimento relevantes para transição operacional durante assunção dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE, pelo órgão ou ente do ESTADO ou por eventual futuro concessionário;
- (viii) disponibilizar espaço físico para acomodação dos grupos de trabalho do futuro concessionário, nesse período;
- (ix) auxiliar no planejamento do quadro de funcionários do futuro concessionário; e
- (x) interagir com o PODER CONCEDENTE, com o órgão ou ente do ESTADO ou com o futuro concessionário e demais atores e agentes indicados pelo PODER CONCEDENTE.

CAPÍTULO V. CONCESSIONÁRIA

Cláusula 21. ESTRUTURA SOCIETÁRIA DA CONCESSIONÁRIA

21.1. A CONCESSIONÁRIA deverá estar constituída em forma de SPE, sob a forma de sociedade por ações, de acordo com a lei brasileira, como condição para a assinatura do CONTRATO, com finalidades únicas de executar as ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO e de explorar as RECEITAS ACESSÓRIAS, com proibição expressa de praticar quaisquer atos estranhos ao seu objeto social.

Cláusula 22. DO PROGRAMA DE CONFORMIDADE (COMPLIANCE)

22.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, no prazo de 360 dias a partir da assinatura do CONTRATO, implementar e manter programa de conformidade (compliance) em seu âmbito, consistente em mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, tudo em prestígio à Lei Federal n.º 12.846/13 (Lei Anticorrupção).

22.1.1. O programa de conformidade deverá prever um setor responsável pela aplicação, gerenciamento e fiscalização das atividades nele prevista, o qual deverá ser dotado de autonomia, independência e imparcialidade para coordenar as atividades de controle, devendo também ser dotado de recursos materiais, humanos e financeiros suficientes para o seu regular funcionamento.

22.1.2. O programa de conformidade deverá conter no mínimo o seguinte conteúdo:

- (i) Código de ética e de conduta, representando o comportamento esperado de todos os seus funcionários e dirigentes da instituição;
- (ii) O objetivo e o escopo do programa de conformidade;
- (iii) A divisão clara das responsabilidades das pessoas envolvidas na função de conformidade, de modo a evitar possíveis conflitos de interesses com outras áreas da instituição;
- (iv) O livre acesso dos responsáveis por atividades relacionadas à função de conformidade às informações necessárias para o exercício de suas atribuições;
- (v) Mecanismos para detecção de irregularidades;
- (vi) Canais de denúncia de fácil acesso para o público interno e externo;
- (vii) Canais de comunicação com a alta direção da instituição, incluindo Conselhos, de forma a facilitar o relato dos resultados decorrentes das atividades relacionadas à função de

conformidade, de possíveis irregularidades ou falhas identificadas;

- (viii) Integração do setor responsável pelo programa de conformidade com outras áreas correlacionadas, tais como departamento jurídico, auditoria interna, ouvidoria, departamento contábil e de recursos humanos;
- (ix) Segregação do setor responsável pelo programa de conformidade em relação ao setor responsável pela auditoria interna;
- (x) Regras de conduta para situações que apresentem significativo risco de ocorrência de fraudes e corrupção, tais como participação em licitação, execução e fiscalização de contratos administrativos, doações e patrocínios de qualquer espécie, obtenção de autorizações e licenças, fiscalizações, contratação de ex-agentes públicos, oferecimento de brindes e presentes a agentes públicos, etc;
- (xi) Esclarecimentos sobre a existência e a utilização de canais de denúncias e de orientações sobre questões de integridade;
- (xii) Estabelecimento da proibição de retaliação a denunciante de boa-fé e os mecanismos para protegê-los;

- (xiii) Dever de treinamento periódico dos funcionários a respeito dos objetivos do programa de conformidade, o qual poderá ser ministrado pelos funcionários da instituição;
- (xiv) Previsão de medidas disciplinares na hipótese de violação das regras de conformidade e integridade, as quais devem ser proporcionais à violação e ao nível de responsabilidade dos envolvidos;
- (xv) Dever de comprometimento da alta direção da instituição, incluídos eventuais Conselhos, quanto aos objetivos do Programa de Conformidade;
- (xvi) Realização de análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade;
- (xvii) Previsão de controles internos que assegurem a confiabilidade de relatórios e demonstrações, de qualquer tipo, inclusive contábeis;
- (xviii) Dever de o setor responsável pelo programa de conformidade elaborar relatório, com periodicidade mínima anual, contendo o sumário dos resultados das atividades relacionadas à função de conformidade, suas principais conclusões, recomendações e providências tomadas pela administração da instituição;

- (xix) Dever de o setor responsável pelo programa de conformidade relatar sistemática e tempestivamente os resultados de suas atividades à alta direção da instituição.

22.1.3. O Código de ética e de conduta deverá ser escrito de forma clara e concisa, devendo ser de fácil consulta ao público interno e externo, além de conter, no mínimo, o seguinte conteúdo:

- (i) Os princípios e os valores adotados pela instituição relacionados a questões de ética e integridade;
- (ii) As políticas da instituição para prevenir fraudes e ilícitos, em especial as que regulam o relacionamento entre setor público e privado;
- (iii) Vedações expressas da prática das seguintes condutas por parte dos integrantes da instituição:
 - a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, nacional ou estrangeiro, ou a pessoa a ele relacionada;
 - b) Praticar fraudes em licitações e contratos com a Administração Pública;
 - c) Oferecimento de vantagem indevida a licitante concorrente;
 - d) Prática de qualquer ação ou omissão que possa caracterizar embaraço à ação de autoridades fiscalizatórias;
 - e) Previsão de medidas disciplinares para casos de transgressões às normas e às políticas da instituição.

22.1.4. O programa de integridade e os códigos de conduta deverão ser atualizados periodicamente, a cada, no máximo, 3 anos, visando garantir a sua efetividade.

22.1.5. O programa de integridade CONCESSIONÁRIA deverá ser aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

Cláusula 23.DO ESTATUTO SOCIAL DA SPE

23.1. O Estatuto Social da SPE deverá contemplar Cláusula que:

- (i) Vede alteração do seu objeto social, salvo para incluir ATIVIDADES que envolvam a exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS;
- (ii) Submeta à prévia autorização do PODER CONCEDENTE os atos descritos na Cláusula 26 do CONTRATO;
- (iii) Garanta ao interventor nomeado pelo PODER CONCEDENTE o poder de decisão em caso de intervenção, nos termos do CAPÍTULO XIV;
- (iv) Submeta à prévia autorização do PODER CONCEDENTE a contratação de empréstimos ou obrigações, cujos prazos de amortização excedam o termo final do CONTRATO.

23.2. Salvo aquelas alterações de natureza eminentemente formal e/ou procedimental, que deverão ser objeto de simples comunicação posterior ao PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá submeter à prévia aprovação do PODER CONCEDENTE qualquer modificação em seu estatuto, durante todo o período da CONCESSÃO, observado o disposto na Cláusula 23.1.

23.3. O exercício financeiro da CONCESSIONÁRIA coincidirá com o ano civil.

23.4. A participação de capitais não nacionais na CONCESSIONÁRIA obedecerá à legislação brasileira em vigor.

Cláusula 24. CAPITAL SOCIAL

24.1. O capital social subscrito mínimo da SPE será de R\$ [] ([]).

24.2. A CONCESSIONÁRIA deverá integralizar totalmente o capital social subscrito no prazo máximo de [] ([]) meses, a partir da sua constituição, conforme cronograma a seguir:

CRONOGRAMA: INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL (em moeda corrente nacional)		
CONDIÇÕES DE INTEGRALIZAÇÃO	VALOR DA PARCELA	PERCENTUAL

No ato de constituição da SPE (antes da assinatura do contrato de concessão)	R\$ [.]	[.]%
Até o [.]º mês de assinatura do contrato de concessão	R\$ [.]	[.]%
Até o [.]º mês de assinatura do contrato de concessão	R\$ [.]	[.]%
Até o [.]º mês de assinatura do contrato de concessão	R\$ [.]	[.]%
Até o [.]º mês de assinatura do contrato de concessão	R\$ [.]	[.]%
TOTAL	R\$ [.]	100%

24.3. Enquanto não estiver completa a integralização, nos termos da Cláusula 24.2, os acionistas da SPE são solidariamente responsáveis, independentemente da proporção das ações subscritas por cada um, perante o PODER CONCEDENTE, por obrigações da CONCESSIONÁRIA nos termos deste CONTRATO, até o limite do valor da parcela faltante para integralização, conforme disposto no CAPÍTULO XVII.

24.4. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter o PODER CONCEDENTE permanentemente informado sobre o cumprimento, pelos acionistas da SPE, da integralização do capital social, podendo o PODER CONCEDENTE realizar diligências e auditorias para a verificação da situação.

24.5. A SPE não poderá, durante o prazo da CONCESSÃO, reduzir seu capital social abaixo do valor mínimo estabelecido na Cláusula 24.1, devidamente corrigido pelo IPCA, sem a prévia e expressa anuência do PODER CONCEDENTE.

24.6. O capital social da CONCESSIONÁRIA poderá ser aumentado a qualquer tempo, conforme a necessidade de aportes adicionais para o desenvolvimento de ATIVIDADES inerentes, acessórias ou complementares ao objeto deste CONTRATO, bem como a implementação de projetos associados e a consecução das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO.

Cláusula 25.DA ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DA CONCESSIONÁRIA

25.1. A CONCESSIONÁRIA deverá obter prévia anuência do PODER CONCEDENTE para qualquer modificação de sua composição societária que implique TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO direto, nos termos deste CONTRATO e do artigo 27 da Lei Federal nº 8.987/1995.

25.1.1. A anuência prévia exigida na Cláusula 25.1 abrange os atos que impliquem em TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO direto da CONCESSIONÁRIA, mesmo quando o controle indireto permaneça com o mesmo GRUPO ECONÔMICO.

25.1.2. Entende-se, para fins deste CONTRATO, por detentor direto do poder de controle da CONCESSIONÁRIA, a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, integrante da estrutura acionária direta da CONCESSIONÁRIA, que atenda às condições indicadas nas alíneas do artigo 116 da Lei Federal n.º 6.404/1976.

25.1.3. A anuência prévia do PODER CONCEDENTE, para a hipótese de transferência indireta do controle acionário da

CONCESSIONÁRIA, assim entendida a TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO dos acionistas controladores diretos da SPE, somente será exigida quando utilizada na LICITAÇÃO, pela CONCESSIONÁRIA a faculdade prevista no item 13.7.5. do EDITAL, hipótese na qual será aferida, tão-somente, a persistência das condições de qualificação técnica necessárias à exploração e manutenção dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO.

25.2. Desde que possam, em bloco ou isoladamente, caracterizar modificação direta ou indireta do controle acionário, estão compreendidos, exemplificadamente, como ato(s) sujeito(s) à prévia anuência do PODER CONCEDENTE:

- (i) Celebração ou alteração de acordo de acionistas;
- (ii) Emissão de valores mobiliários conversíveis em ações; e
- (iii) Instituição de garantia e direitos a terceiros sobre ações.

25.3. Não estão sujeitos à anuência prévia do PODER CONCEDENTE os atos de modificação da estrutura acionária da CONCESSIONÁRIA nas hipóteses em que as empresas originalmente detentoras do controle direto da CONCESSIONÁRIA permaneçam com posição acionária suficiente para prosseguir no exercício do poder de controle da companhia, sem a participação de terceiros que não compunham, previamente ao ato, o bloco de controle da CONCESSIONÁRIA.

25.4. São igualmente sujeitos à anuência prévia do PODER CONCEDENTE os atos que impliquem em alteração do controle acionário da CONCESSIONÁRIA, ainda que o controle indireto permaneça com o mesmo GRUPO ECONÔMICO.

25.5. Para obter a anuência do PODER CONCEDENTE, para os fins previstos nas Cláusulas 25.1 e 25.2, o pretendente deverá:

- (i) Atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal que foram exigidas na LICITAÇÃO, e que sejam necessárias à continuidade na execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO; e
- (ii) Comprometer-se a cumprir todas as cláusulas contratuais, bem como as estipuladas pelo EDITAL e seus Anexos.

25.6. O atendimento às condições de qualificação econômico-financeira previstas no EDITAL, nas alterações do controle acionário da CONCESSIONÁRIA, será exigido apenas até o cumprimento integral do cronograma de integralização do capital social da SPE.

25.7. Para os casos de TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO sujeitos a anuência prévia, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE notificação de alteração, solicitando a transferência almejada e apresentando, no mínimo, as seguintes informações:

- (i) Explicação da operação societária almejada e da estrutura societária proposta para o momento posterior à transferência de controle;
- (ii) Justificativa para a realização da alteração pretendida;
- (iii) Indicação e qualificação das sociedades que passarão a figurar como controladoras ou integrar o bloco de controle da SPE, apresentando, ainda, a relação dos integrantes da administração da SPE e seus controladores, bem como eventual acordo de acionistas;
- (iv) Demonstração da composição da CONCESSIONÁRIA após a operação almejada;
- (v) Demonstração do atendimento aos requisitos previstos na Cláusula 25.5;
- (vi) Documentos relacionados à operação almejada, tais como cópia de atas de reunião de membros ou acionistas da CONCESSIONÁRIA, correspondências, relatórios de auditoria e demonstrações financeiras;
- (vii) Compromisso de todos os envolvidos de que a operação ficará suspensa até que obtida a aprovação nos órgãos competentes.

25.8. A TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO da CONCESSIONÁRIA somente será autorizada pelo PODER CONCEDENTE

quando a transferência não prejudicar, nem tampouco colocar em risco, a execução do CONTRATO.

25.9. O PODER CONCEDENTE examinará o pedido de anuência prévia, nos casos exigidos nesta Cláusula, no prazo de até 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, caso necessário, podendo, a seu critério, solicitar esclarecimentos e documentos adicionais à CONCESSIONÁRIA e/ou aos FINANCIADORES, convocar os membros ou acionistas controladores da CONCESSIONÁRIA, e promover quaisquer diligências que considerar adequadas.

25.10. A anuência prévia para a TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO da CONCESSIONÁRIA, caso seja concedida pelo PODER CONCEDENTE, será formalizada, por escrito, indicando as condições e requisitos para sua realização.

25.11. A realização das operações alcançadas por esta Cláusula 25, sem a obtenção da anuência do PODER CONCEDENTE, previamente à formalização da operação, importará na aplicação das sanções previstas neste CONTRATO, podendo o PODER CONCEDENTE, adicionalmente à aplicação das penalidades:

- (i) Determinar, quando possível a anuência, que a proponente apresente a documentação pertinente e solucione eventuais pendências, ainda que extemporaneamente;
- (ii) Determinar que a CONCESSIONÁRIA retorne ao status quo ante, quer mediante atuação da própria CONCESSIONÁRIA, desfazendo

a alteração societária ou praticando atos societários que impliquem em retorno do capital acionário à empresa originalmente detentora das ações, quer, de outro lado, por ato do próprio PODER CONCEDENTE, buscando a anulação da alteração societária realizada ao arrepio da lei e do estatuto social da própria CONCESSIONÁRIA, observando-se o disposto no artigo 35, inciso I, da Lei Federal nº 8.934/1994; e

- (iii) Em não sendo possível a superação do vício na alteração da composição acionária da CONCESSIONÁRIA ou de seus controladores, a decretação da caducidade da concessão, com as consequências previstas na cláusula 56.

Cláusula 26.DOS ATOS DEPENDENTES DE ANUÊNCIA PRÉVIA OU COMUNICAÇÃO AO PODER CONCEDENTE

26.1. Hipóteses que demandam anuência prévia do PODER CONCEDENTE

26.1.1. Dependem de prévia anuência do PODER CONCEDENTE, sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste CONTRATO e na legislação e regulação aplicável, os seguintes atos eventualmente praticados pela CONCESSIONÁRIA, sob pena de aplicação das sanções previstas neste CONTRATO, inclusive podendo ensejar a decretação da caducidade da CONCESSÃO:

- (i) alteração do Estatuto Social da SPE, salvo aquelas de natureza eminentemente formal e/ou procedimental, que deverão ser

objeto de simples comunicação posterior ao PODER CONCEDENTE;

- (ii) fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer forma de reestruturação societária que implique TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO da SPE, nos termos da Cláusula 25;
- (iii) alienação do controle ou transferência da SPE, operacionalizada pelos FINANCIADORES e/ou garantidores, para fins de reestruturação financeira da CONCESSIONÁRIA;
- (iv) criação de subsidiárias, inclusive para exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS;
- (v) redução do capital social da SPE;
- (vi) alienação, constituição de ônus ou transferência, de qualquer natureza, dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, pela CONCESSIONÁRIA a terceiros, inclusive seus FINANCIADORES ou garantidores;
- (vii) oferecimento, pela CONCESSIONÁRIA, de créditos e receitas a que fizer jus em decorrência deste CONTRATO, como garantia de financiamentos;

(viii) dação de ações ou direitos correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA em garantia de financiamentos; e

(ix) subcontratação ou terceirização de serviços, observados os termos da cláusula 50.

26.1.2. Os procedimentos de anuência prévia relacionados às hipóteses previstas na Cláusula 26.1.1 observarão as seguintes regras, salvo quando houver procedimento específico já disciplinado neste CONTRATO para algumas dessas hipóteses:

26.1.3. O pleito de anuência prévia deverá ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA com antecedência suficiente para permitir a devida análise e manifestação do PODER CONCEDENTE em tempo hábil e razoável, considerando o cuidado com o não comprometimento da(s) operação(ões) intentada(s) pela CONCESSIONÁRIA que dependa(m) de autorização do PODER CONCEDENTE.

26.1.4. O pleito de anuência prévia a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA deverá ser acompanhado da documentação pertinente para caracterização e explicação da operação pretendida, e de outros documentos que venham a ser eventualmente exigidos pelo PODER CONCEDENTE, especialmente aqueles que sejam necessários à demonstração dos seguintes aspectos: (i) prova de não comprometimento da continuidade na execução das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO; e (ii) prova de não

comprometimento da qualidade na execução das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO.

26.1.5. O PODER CONCEDENTE terá 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do pleito de anuência prévia apresentado pela CONCESSIONÁRIA para apresentar resposta escrita ao pedido, podendo conceder a anuência, rejeitar o pedido ou formular exigências para concedê-la.

26.1.6. Caso o PODER CONCEDENTE rejeite o pedido ou exija complementações, deverá fazê-lo de maneira fundamentada, podendo apresentar proposta alternativa para que a operação pretendida seja acatada.

26.2. Operações e situações que devem ser comunicadas ao PODER CONCEDENTE

26.2.1. Deverão ser comunicados ao PODER CONCEDENTE, em até 05 (cinco) dias depois de consumados, sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste CONTRATO e na legislação e regulação aplicável, os seguintes atos e operações eventualmente praticados pela CONCESSIONÁRIA, sob pena de aplicação das sanções previstas neste CONTRATO:

- (i) alterações na composição acionária da SPE que não impliquem TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO, mas que impliquem transferência de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das ações com direito a voto na SPE;
- (ii) alterações na composição acionária da SPE que não impliquem TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO, mas que

impliquem transferência de, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto da SPE detidas por um único acionista;

(iii) alterações nos acordos de voto aplicáveis a eventual bloco de controle da SPE, desde que não impliquem TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO;

(iv) perda de qualquer condição essencial à execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO pela CONCESSIONÁRIA;

(v) aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA, por qualquer órgão ou entidade que tenha competência para tanto, especialmente quanto à inadimplência em relação às obrigações tributárias, previdenciárias, ambientais, de segurança e medicina do trabalho, ou aplicadas por qualquer órgão com competência para regular e fiscalizar as atividades da CONCESSIONÁRIA, ou ainda de caráter ambiental;

(vi) requerimento de Recuperação Judicial da CONCESSIONÁRIA ou de qualquer de seus membros ou acionistas;

(vii) contratação ou alteração na cobertura de seguros, na seguradora contratada e/ou nas garantias contratadas pela CONCESSIONÁRIA e relacionados ao presente CONTRATO;

- (viii) contratação de qualquer financiamento, emissão de títulos e valores mobiliários, toda e qualquer operação de dívida contratada pela SPE, contratação de seguros e garantias.

CAPÍTULO VI. OBRAS E PROJETOS

Cláusula 27.DAS OBRAS MÍNIMAS DA CONCESSÃO

27.1. A CONCESSIONÁRIA está obrigada a executar, com as especificações e prazos previstos no ANEXO 01 (TERMO DE REFERÊNCIA), os seguintes investimentos:

27.1.1. INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS: Áreas de Descanso para Caminhoneiros, Postos de Abastecimento e Serviços, com a necessária construção de ACESSO, devidamente autorizado para cada trecho do Rodoanel, exclusivo para o modelo de CONCESSÃO;

27.1.1.1. O descumprimento, pela CONTRATADA, de quaisquer dos prazos previstos no ANEXO 01 do CONTRATO importará na aplicação de penalidades previstas no ANEXO 02 do CONTRATO.

27.2. Facultativamente, a CONCESSIONÁRIA poderá implementar INVESTIMENTOS ASSOCIADOS, com vistas à exploração de NEGÓCIOS ASSOCIADOS, geradores de RECEITAS ACESSÓRIAS, exclusivamente em ÁREAS PRIVADAS, nos termos do CONTRATO e do ANEXO 01.

27.2.1. Não será permitido à CONCESSIONÁRIA, a implantação de INVESTIMENTOS ASSOCIADOS nos últimos 5 anos da CONCESSÃO.

27.2.2. A CONCESSIONÁRIA também poderá eventualmente, explorar outras RECEITAS ACESSÓRIAS, a partir da DATA DE ASSINATURA, na forma e nas condições previstas neste CONTRATO.

27.3. A CONCESSIONÁRIA, também facultativamente, poderá implementar, além dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, até 1 INVESTIMENTO ADICIONAL por trecho, nos termos no ANEXO 01, com vistas à exploração de NEGÓCIOS ADICIONAIS, nas ÁREAS A DESAPROPRIAR e/ou ÁREAS A TRANSFERIR e/ou ÁREAS PÚBLICAS.

27.3.1. No caso de implantação de mais 1 (uma) área de descanso para caminhoneiros com postos de abastecimento e serviços, a área, edificação e estrutura, em pista oposta ao INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO, deverá representar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do estabelecido para os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

27.3.2. No caso de implantação de dispositivo em nível, esse investimento adicional deverá permitir que os usuários, de ambos os sentidos da rodovia (pista interna e externa), tenham acesso ao INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO.

27.3.3. Não será permitido à CONCESSIONÁRIA, a implantação de INVESTIMENTOS ADICIONAIS nos últimos 5 anos da CONCESSÃO.

Cláusula 28.DAS CONDIÇÕES PARA O INÍCIO DAS OBRAS

28.1. Como condição para o início das OBRAS, deverá a CONCESSIONÁRIA apresentar ao PODER CONCEDENTE, todas as exigências previstas no ANEXO 01 para a sua não objeção, tais como:

- (i) Projeto funcional aprovado;
- (ii) Projeto executivo aprovado;
- (iii) Cronograma das OBRAS, do tipo Gantt, e eventuais readaptações propostas, apresentando todas as etapas de implantação das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO;
- (iv) Licença de Instalação e plano de mitigação dos impactos ambientais provocados pela OBRAS, considerando a adoção obrigatório de sistema construtivo ambientalmente sustentável;

28.2. Todas as OBRAS deverão necessariamente observar a legislação garantidora da acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

28.3. O PODER CONCEDENTE dará a sua não objeção aos documentos apresentados pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 28.1, como requisito necessário ao início das OBRAS.

Cláusula 29.DO PLANEJAMENTO, DAS OBRAS E DOS PROJETOS

- 29.1. Na elaboração dos projetos necessários, quaisquer que sejam, a CONTRATADA obriga-se a observar a melhor técnica disponível, utilizando apenas profissionais habilitados de reconhecida competência.
- 29.2. A CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, acompanhar a elaboração dos projetos e estudos e terá o direito de vetar pontos do projeto que estejam em desacordo com os requisitos técnicos mínimos previstos no ANEXO 01 do CONTRATO.
- 29.3. O conhecimento, pela CONTRATANTE dos projetos ou estudos apresentados pela CONTRATADA, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela adequação e qualidade dos investimentos realizados, assim como pelo cumprimento das obrigações contratuais.
- 29.4. As obras serão executadas em conformidade com o estabelecido no ANEXO 01, de acordo com a legislação e normas técnicas vigentes, em especial com a legislação sobre parâmetros urbanísticos, código de obras, normas técnicas sobre acessibilidade, segurança contra incêndio e gestão de resíduos.

Cláusula 30. OBRIGAÇÕES RELATIVAS AOS INVESTIMENTOS

- 30.1. A CONTRATADA obriga-se a:
- (i) Apresentar PLANO DE INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO o qual contém CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO e apresentação do detalhamento, por meio de marcos iniciais, intermediários e finais,

para cada um dos investimentos apresentados no ANEXO 23 do EDITAL.

- (ii) Apresentar plano de investimentos (contendo PROJETO BÁSICO, PROJETO EXECUTIVO e CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO) para implementação de eventuais INVESTIMENTOS ADICIONAIS.
- (iii) Apresentar plano de investimentos (contendo PROJETO BÁSICO, PROJETO EXECUTIVO e CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO) para implementação de eventuais INVESTIMENTOS ASSOCIADOS em ÁREAS PRIVADAS pela CONCESSIONÁRIA, o qual deverá ser aprovado pela CONTRATANTE. A aprovação não implica qualquer responsabilidade para a CONTRATANTE, nem exime a CONCESSIONÁRIA, total ou parcialmente, das suas obrigações decorrentes deste CONTRATO ou das disposições legais ou regulamentares pertinentes, permanecendo responsável pelas eventuais imperfeições do projeto.
- (iv) Cumprir tempestivamente todos os MARCOS CONTRATUAIS relacionados aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, indicados no ANEXO 01, sob pena de incidência das penalidades previstas neste CONTRATO, especialmente no ANEXO 02 do CONTRATO e demais consequências cabíveis.
- (v) Responsabilizar-se integralmente pelas obras e/ou serviços porventura executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação ou omissão, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inclusive aqueles que

acarretem infiltrações de qualquer espécie ou natureza, que deverão ser demolidos e/ou refeitos, sem ônus para a CONTRATANTE.

- (vi) Responsabilizar-se pelos serviços de proteção provisórios, necessários à execução do objeto deste contrato, bem como pelas despesas provenientes do uso de equipamentos.
- (vii) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de acidentes do trabalho, não cobertas pelo seguro.
- (viii) Reparar ou reconstruir partes da obra danificadas por incêndio ou qualquer sinistro ocorrido na obra, independentemente da cobertura seguro, no prazo determinado pela CONTRATANTE, contado a partir da notificação expedida para tanto.
- (ix) Manter vigilância constante e permanente sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade por quaisquer perdas e/ou danos que eventualmente venham a ocorrer.
- (x) Fornecer à CONTRATANTE os dados técnicos de seu interesse e todos os elementos e informações necessárias, quando por este solicitado.
- (xi) Cumprir as posturas do Município e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços.

- (xii) Cumprir e fazer com que todo o pessoal em serviço no canteiro de obras observe os regulamentos disciplinares, de segurança e de higiene existentes no local de trabalho, devendo observar as exigências emanadas da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e, principalmente, as contidas na legislação em vigor.
- (xiii) Assegurar livre acesso à fiscalização da CONTRATANTE e demais órgãos fiscalizadores aos locais de trabalho e atender a eventuais exigências solicitadas, no prazo por ele estabelecido, bem como fornecer as informações solicitadas.
- (xiv) Assumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto deste contrato, diretamente por seu preposto e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento feito pela CONTRATANTE.
- (xv) Preservar e manter a CONTRATANTE e demais órgãos fiscalizadores à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de quaisquer naturezas referentes ao uso das ÁREAS EXPLORADAS.
- (xvi) Manter no local de trabalho um Livro de Registro de Ocorrências para anotação de inspeções, vistorias ou quaisquer outros exames, ou atos praticados pela CONTRATANTE, notadamente quando apurarem irregularidades ou quaisquer outros tipos de ocorrências, livro este que será lacrado sempre em duas vias, uma para cada

uma das partes, sendo assinado, em cada ocorrência, pelos representantes de ambas.

(xvii) Manter as áreas de trabalhos confinadas e sinalizadas conforme as normas de segurança e orientação da CONTRATANTE, vedando o acesso a quaisquer pessoas estranhas ao seu quadro de empregados e colaboradores em geral, bem como constantemente limpas e desimpedidas, removendo o entulho, sobras e demais materiais inservíveis ou inaproveitáveis para os locais apropriados, conforme a legislação municipal e indicação da CONTRATANTE.

(xviii) Designar, desde o pedido de aprovação dos projetos e licenciamento das obras, um responsável técnico devidamente habilitado, identificado por placa que contenha seu nome, qualificação profissional e número de inscrição no órgão fiscalizador da profissão, colocada em cada um dos locais onde sejam instalados canteiros de construção.

(xix) Empregar nas obras apenas material de primeira qualidade, dentro das especificações técnicas da legislação e da ABNT, a que for mais rigorosa.

(xx) Dotar seus empregados de todos os equipamentos de segurança previsto na legislação ou recomendados pelas normas da ABNT.

30.2. A CONCESSIONÁRIA não poderá opor à CONTRATANTE quaisquer exceções ou meios de defesa para se eximir, total ou parcialmente, de suas

obrigações contratuais, com base em fatos que resultem das relações contratuais estabelecidas com eventuais subcontratados.

30.3. Os documentos pertinentes à CONCESSÃO eventualmente disponibilizados pela CONTRATANTE serão tidos como meramente referenciais pela CONTRATADA, sendo sua utilização ou alteração de integral responsabilidade da CONTRATADA, a quem caberá arcar com os custos e diligências, por conta própria, para aferir o grau de seu eventual aproveitamento.

Cláusula 31. CRONOGRAMA DAS OBRAS E INVESTIMENTOS

31.1. O prazo da execução e implementação de qualquer obra/serviço prevista no CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO somente será prorrogado, desde que devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, sem prejuízo das eventuais penalidades previstas no ANEXO 02 do CONTRATO.

31.1.1. O pedido de prorrogação deverá vir acompanhado de um novo cronograma, bem como com a comprovação quanto à impossibilidade de execução e implementação das obras.

31.2. Cumpridas todas as disposições do presente CONTRATO, e ressalvadas as exceções nele previstas, os prazos para a execução e implementação dos investimentos deverão ser atendidos integralmente pela CONTRATADA.

31.2.1. A CONTRATADA poderá antecipar os investimentos, a seu exclusivo critério, assumindo integralmente os riscos e os ônus de tal antecipação.

31.3. A CONTRATANTE não se responsabiliza por quaisquer atrasos ocorridos na execução das obras previstas CONTRATADA, quaisquer que sejam os seus motivos, ainda que da demora na obtenção de licenças ou autorizações, ou, ainda, da constatação de obstáculos geológicos ou outras condições que dificultem a execução da obra.

31.4. A CONTRATADA responderá perante terceiros por quaisquer danos emergentes e lucros cessantes decorrentes de deficiência ou omissões dos projetos, da execução das obras e da manutenção dos bens, devendo essa responsabilidade ser coberta por seguro, nos termos da cláusula 46.

31.4.1. Quando a CONTRATANTE for demandada, administrativa ou judicialmente, por fato imputável à CONTRATADA, ou relativo à obrigação por ela assumida, assegura-se, em benefício da CONTRATANTE, o direito de regresso contra a CONTRATADA.

Cláusula 32.DAS LICENÇAS

32.1. É de única e exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a obtenção, em tempo hábil, de todas as licenças e autorizações necessárias ao exercício de todas as ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, especialmente no que se refere ao atendimento da legislação ambiental.

32.2. Serão da exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o atendimento, em tempo hábil, de todas as providências exigidas pelos órgãos competentes, nos termos da legislação vigente, para a concessão das licenças necessárias ao pleno exercício de suas atividades, correndo por sua conta as despesas correspondentes.

32.3. Serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo da CONCESSÃO, a apresentação dos estudos e documentos exigidos pelas legislações municipal, estadual e federal, inclusive, ambiental, bem como a obtenção do licenciamento necessário.

32.4. A CONTRATADA assumirá o ônus integral referente às eventuais compensações ambientais exigidas pelos órgãos ambientais estaduais.

CAPÍTULO VII. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ÁREAS EXPLORADAS

Cláusula 33. DA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

33.1. Constitui obrigação da CONCESSIONÁRIA as atividades de exploração, operação e manutenção das ÁREAS EXPLORADAS e ACESSOS nos termos do ANEXO 01, para a preservação de seu constante e permanente funcionamento, atendendo às condições operacionais e de conservação mínimas, por sua conta e risco, devendo observar a legislação pertinente, as disposições deste CONTRATO e as melhores práticas reconhecidas para tais atividades.

33.2. A partir da assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá desapropriar áreas privadas e/ou transferi-las à título gratuito ao PODER CONCEDENTE caso sejam de sua propriedade.

33.2.1. Caso a CONCESSIONÁRIA opte por eventualmente utilizar ÁREAS PÚBLICAS, deverá celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO DE ÁREA PÚBLICA nos termos do ANEXO 03 do CONTRATO.

33.3. Tanto nas hipóteses previstas na cláusula 33.2., quanto na 33.2.1., a CONCESSIONÁRIA fará jus ao direito de exclusividade em relação aos ACESSOS até o fim do PRAZO DA CONCESSÃO ou a extinção do presente CONTRATO, o que ocorrer primeiro.

33.4. A CONCESSIONÁRIA poderá celebrar com terceiros, contratos que envolvam a utilização de espaços nas ÁREAS EXPLORADAS, pelo regime de direito privado, observando-se a regulação vigente, bem como:

- i. seu prazo de vigência não poderá ultrapassar o do CONTRATO de CONCESSÃO;
- ii. a remuneração será livremente pactuada entre a CONCESSIONÁRIA e a outra parte contratada, observadas eventuais restrições regulatórias; e
- iii. seus termos não poderão comprometer os padrões de segurança e de qualidade dos serviços prestados.

33.4.1. Não será permitida a veiculação de publicidade que infrinja a legislação em vigor, que atente contra a moral e os bons costumes, de cunho religioso ou político partidário.

33.4.2. Nos termos do ANEXO 01 do CONTRATO, não será permitida a implantação e exploração de serviços cuja atividade infrinja a legislação em vigor, atente contra a moral e os bons costumes, possua cunho religioso ou político partidário, residencial, educacional, de entretenimento e hospitalar.

33.4.3. Em caso de extinção antecipada da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE ou eventual novo operador poderá, independentemente de indenização, denunciar os contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA envolvendo a utilização de

espaços vinculados à CONCESSÃO, salvo se a celebração do CONTRATO tiver sido precedida de expressa aprovação do PODER CONCEDENTE ou nos casos em que o montante elevado dos investimentos a serem realizados pelo cessionário justificar a sua manutenção mesmo quando da extinção antecipada da CONCESSÃO.

33.4.4. O PODER CONCEDENTE e a CONTRATANTE terão acesso, a qualquer tempo, a todos os contratos que a CONCESSIONÁRIA celebrar para formalizar a utilização de espaços nas ÁREAS EXPLORADAS.

33.5. Em todos os contratos que a CONCESSIONÁRIA celebrar para a utilização de espaços nas ÁREAS EXPLORADAS, com o objetivo de exploração econômica, deverá constar o dever de o terceiro:

- (i) Disponibilizar, a qualquer tempo, inclusive por solicitação do PODER CONCEDENTE ou da CONTRATANTE, as demonstrações contábeis relativas à exploração realizada.
- (ii) Adotar contabilidade separada para cada uma das atividades exploradas, segundo as normas contábeis vigentes.

33.6. A CONTRATADA é responsável, direta e indiretamente, por toda e qualquer atividade, incidente, ocorrência ou evento, de qualquer natureza, ocorrido ou desenvolvido durante o uso das ÁREAS EXPLORADAS, ainda que decorrente de ato, conduta ou omissão de preposto seu, a qualquer título.

33.6.1. A CONTRATADA deverá indenizar a CONTRATANTE, o usuário ou terceiro, por qualquer dano que causar.

33.7. A CONTRATADA deverá instituir um canal de atendimento para receber e processar as críticas e sugestões dos usuários das ÁREAS EXPLORADAS ou de terceiros afetados por sua exploração.

CAPÍTULO VIII. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula 34. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

34.1. Constituem as principais obrigações do PODER CONCEDENTE e da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais obrigações expressas neste CONTRATO:

- (i) Assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, preservando seus direitos e os direitos da CONCESSIONÁRIA e dos usuários.
- (ii) Fiscalizar a boa qualidade dos Serviços.
- (iii) Comunicar à CONCESSIONÁRIA, imediatamente, quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa resultar em responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, inclusive quanto aos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo. Fica facultado à CONCESSIONÁRIA, nestes casos, valer-se de qualquer instrumento processual de intervenção de terceiros.
- (iv) Manter atualizada a situação das ÁREAS PÚBLICAS, se eventualmente utilizadas, quanto aos aspectos imobiliários, fundiários e de registro de imóveis.

- (v) Comunicar a instituição financeira ou seguradora responsável pela prestação da Garantia de Execução Contratual, bem como as entidades financiadoras da CONCESSIONÁRIA, sempre que instaurar processo para decretar a intervenção, encampação ou caducidade da CONCESSÃO.
- (vi) Colaborar, nos limites de sua atuação institucional, com as entidades financiadoras da CONCESSIONÁRIA, para contribuir com a viabilidade do financiamento dos investimentos, de forma a possibilitar a execução integral do objeto da CONCESSÃO.
- (vii) Conceder à CONCESSIONÁRIA, mediante a assinatura do CONTRATO o direito de uso e exploração das ÁREAS PÚBLICAS cedidas, transferindo-as nas condições estabelecidas no ANEXO 03 do CONTRATO, observado o direito de exclusividade com relação aos acessos.
- (viii) Envidar seus melhores esforços para colaborar com a obtenção das licenças e autorizações necessárias à CONCESSIONÁRIA, para que possa cumprir com o objeto deste CONTRATO, inclusive com a participação conjunta em reuniões e envio de manifestações eventualmente necessárias.
- (ix) Fiscalizar o funcionamento das demais atividades desempenhadas no COMPLEXO RODOVIÁRIO RODOANEL MÁRIO COVAS, sob sua conta e risco, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, conforme a necessidade, em condições adequadas, colaborando para a boa utilização das ÁREAS EXPLORADAS.

- (x) Monitorar o cumprimento dos MARCOS CONTRATUAIS pela CONCESSIONÁRIA.
- (xi) Realizar auditorias e fiscalizar o cumprimento de obrigações de natureza contábil, econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA.
- (xii) Monitorar a qualidade e desempenho da CONCESSIONÁRIA na prestação dos serviços objeto do CONTRATO.

Cláusula 35.DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

35.1. Constituem as principais obrigações da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das demais obrigações expressas neste CONTRATO, podendo seu descumprimento acarretar a sujeição às penalidades cabíveis de acordo com o regramento estabelecido pelo ANEXO 02 do CONTRATO:

- (i) Executar o objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO, conforme estabelecido no escopo deste CONTRATO, visando ao pleno atendimento dos usuários por meio dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS mediante o cumprimento das condições determinadas no ANEXO 01 e, quando for o caso, dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS E INVESTIMENTOS ASSOCIADOS nas ÁREAS PRIVADAS.

- (ii) Cooperar e apoiar o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e fiscalização da ARTESP, nos termos do Edital e seus ANEXOS.
- (iii) Cumprir e fazer cumprir integralmente o CONTRATO, em conformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes, e ainda as determinações da CONTRATANTE e dos demais entes reguladores.
- (iv) Realizar, por vias próprias ou mediante contratação de terceiros, todas as obras e demais adaptações especificadas neste CONTRATO, responsabilizando-se integralmente e impedindo que qualquer responsabilização recaia sobre a CONTRATANTE ou o PODER CONCEDENTE, especialmente no que se referir aos aspectos trabalhistas, previdenciários, de segurança, de medicina do trabalho e de cunho criminal, mesmo nos casos em que os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, INVESTIMENTOS ADICIONAIS ou INVESTIMENTOS ASSOCIADOS não sejam diretamente executados pela CONCESSIONÁRIA, observados os requisitos de tempestividade e qualidade estabelecidos neste CONTRATO.
- (v) Refazer, adequar ou corrigir, direta ou indiretamente, sem qualquer ônus ao PODER CONCEDENTE, à CONTRATANTE ou à qualidade do objeto deste CONTRATO, toda e qualquer desconformidade com os padrões de qualidade estabelecidos neste CONTRATO.
- (vi) Elaborar todos os estudos e projetos e demais documentos necessários ao cumprimento do objeto deste CONTRATO, inclusive corrigindo projetos, na hipótese descrita no item “v.” acima,

observados os prazos definidos pela CONTRATANTE e de acordo com as disposições deste CONTRATO, especialmente, o ANEXO 01 do CONTRATO.

- (vii) Elaborar e submeter à CONTRATANTE o PLANO DE SEGUROS e o PLANO DE GARANTIAS, que devem detalhar as condições dos seguros e garantias que serão contratados pela CONCESSIONÁRIA, e observar o cronograma de realização dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS previstos, de modo que assegurem, incondicionalmente, os riscos envolvidos em sua execução.
- (viii) Obter tempestiva e regularmente todas as licenças, autorizações, permissões, dentre outras exigências necessárias, incluindo, mas não se limitando, à obtenção das LICENÇAS PRÉVIAS, LICENÇAS DE INSTALAÇÃO E LICENÇAS DE OPERAÇÃO, necessárias ao desenvolvimento dos NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITAS.
- (ix) Manter, renovando sempre que necessário, por todo o prazo da CONCESSÃO, as LICENÇAS AMBIENTAIS relacionadas à exploração dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventualmente dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS e INVESTIMENTOS ASSOCIADOS.
- (x) Obter, aplicar e gerir todos os recursos financeiros necessários à execução das atividades e investimentos previstos no escopo deste CONTRATO.

- (xi) Realizar, tempestivamente, o pagamento de todas as parcelas devidas das OUTORGAS FIXA , ÔNUS VARIÁVEL e do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO.
- (xii) Recolher os tributos incidentes sobre suas atividades, bem como cumprir a legislação tributária, inclusive quando se tratar da exploração de atividades que gerem receitas acessórias, buscando meios mais eficientes, conforme os mecanismos disponíveis na legislação.
- (xiii) Responder, por si ou por seus administradores, empregados, prepostos, subcontratados, prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica relacionada à execução do objeto do CONTRATO, perante o PODER CONCEDENTE, a CONTRATANTE e os terceiros por todos e quaisquer danos causados por atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA, sempre que decorrerem da execução das obras e prestação dos serviços sob sua responsabilidade, direta ou indireta, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento do CONTRATO pela CONTRATANTE.
- (xiv) Informar ao PODER CONCEDENTE e à CONTRATANTE quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo que possa implicá-los em decorrência de questões ligadas ao CONTRATO, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;

(xv) Manter o PODER CONCEDENTE e a CONTRATANTE livres de qualquer litígio, assumindo o polo passivo de eventuais ações judiciais movidas por terceiros, decorrentes de atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA na execução do objeto deste CONTRATO.

(xvi) Ressarcir ou indenizar e manter o PODER CONCEDENTE e a CONTRATANTE indenidos em razão de qualquer demanda ou prejuízo que venham a sofrer em virtude, dentre outros:

a) De desembolsos decorrentes de determinações judiciais ou arbitrais de qualquer espécie, mesmo que acrescido de juros e encargos legais, para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à CONCESSIONÁRIA, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à CONCESSIONÁRIA, bem como a danos a usuários e órgãos de controle e fiscalização.

b) De ato praticado pela CONCESSIONÁRIA, enquanto responsável pelas atividades relacionadas ao objeto da presente concessão, seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços, terceiros com quem tenha contratado ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada.

- c) De questões de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou acidentária relacionadas aos empregados da CONCESSIONÁRIA e de terceiros contratados.
 - d) De danos ambientais causados pela CONCESSIONÁRIA na implantação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, INVESTIMENTOS ADICIONAIS e INVESTIMENTOS ASSOCIADOS e na exploração dos NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITA.
 - e) De despesas processuais, honorários de advogado e demais encargos com os quais venha a arcar em função das ocorrências descritas neste item.
- (xvii) Assegurar, a qualquer momento, o livre acesso às pessoas encarregadas pela fiscalização, ou de qualquer maneira indicadas pela CONTRATANTE, às suas instalações e aos locais onde sejam desenvolvidas atividades relacionadas ao objeto da CONCESSÃO.
- (xviii) Prestar prontamente todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE ou pelas demais autoridades, conforme prazo determinado pelo requerente.
- (xix) Observar todas as providências e obter as licenças, de autorizações ou de permissões necessárias junto às autoridades municipais, estaduais ou federais porventura envolvidas na execução do objeto da CONCESSÃO, inclusive as licenças relacionadas à legislação ambiental.

- (xx) Executar as condicionantes, os programas ambientais e as medidas mitigadoras.
- (xxi) Manter vigentes por todo o PRAZO DA CONCESSÃO os programas ambientais impostos pela autoridade ambiental em qualquer fase do licenciamento ambiental relacionado à exploração dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventualmente dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS e INVESTIMENTOS ASSOCIADOS.
- (xxii) Quando da identificação de passivos e/ou irregularidades ambientais não conhecidas pelas PARTES tomar todas as providências necessárias para demonstração e comprovação de que o fato gerador se materializou antes da celebração do CONTRATO, quando o caso.
- (xxiii) Zelar pela integridade dos BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO, tomando as providências necessárias, conforme regramento estabelecido no EDITAL e seus ANEXOS.
- (xxiv) Reparar quaisquer danos causados em vias de comunicação, tubulação de água, esgotos, redes de eletricidade, gás, telecomunicações e respectivos equipamentos, bem como em quaisquer bens de terceiros, em decorrência da execução de atividades de sua responsabilidade.

- (xxv) Realizar as atividades necessárias para a remoção das INTERFERÊNCIAS que sejam necessárias para a execução do objeto deste CONTRATO, sem prejuízo do direito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do CONTRATO, quando aplicável.
- (xxvi) Aceitar e cooperar com seus melhores esforços, de acordo com o disposto na legislação e normas aplicáveis, na utilização da faixa de domínio pelas concessionárias de rodovias, bem como por outras concessionárias, permissionárias ou autorizadas à prestação dos serviços que demandem a instalação de tubulação de água, esgotos, redes de eletricidade, gás natural ou telecomunicações.
- (xxvii) Cumprir e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, tomando as medidas necessárias à prevenção e/ou correção de eventuais danos ambientais, independentemente de o fato gerador ter se consumado antes ou após a posse dos BENS REVERSÍVEIS.
- (xxviii) Comunicar imediatamente à CONTRATANTE e adotar as providências necessárias sempre que ocorrer a descoberta de materiais ou objetos de interesse geológico ou arqueológico, bem como superveniências de caráter ambiental ou de INTERFERÊNCIAS com concessionárias de serviços públicos.
- (xxix) Manter atualizado o INVENTÁRIO DE BENS REVERSÍVEIS da CONCESSÃO durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, com as informações pertinentes.

- (xxx) Realizar todas as atividades e investimentos necessários ao perfeito cumprimento dos MARCOS CONTRATUAIS, observadas as disposições deste CONTRATO.
- (xxxi) Manutenção preventiva e corretiva dos acessos explorados mediante o direito de exclusividade e nos termos do EDITAL e seus ANEXOS.
- (xxxii) Adotar as melhores práticas definidas pela Lei Federal nº 12.846/2014, inclusive implementando os mecanismos de integridade na forma descrita artigos 41 e 42 do Decreto Federal nº 8420/2015 e no Decreto Estadual nº 60.106/2015 ou outra lei ou regramento que os substituam ou alterem.
- (xxxiii) Manter a limpeza das ÁREAS EXPLORADAS, inclusive providenciando a remoção de cargas derramadas, conforme EDITAL e ANEXOS.
- (xxxiv) A responsabilidade da CONCESSIONÁRIA perdurará mesmo depois de encerrado o CONTRATO, podendo, tanto o PODER CONCEDENTE, como a CONTRATANTE, pleitear o ressarcimento por eventuais prejuízos decorrentes das obrigações previstas neste CONTRATO.
- (xxxv) Manter, durante a execução do CONTRATO, no que for aplicável, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

(xxxvi) Celebrar e fazer cumprir Termos de Ajustamento de Conduta, de qualquer natureza, ao longo da vigência da CONCESSÃO.

Cláusula 36.DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

36.1. Considera-se caso fortuito ou força maior, com as consequências estabelecidas neste CONTRATO, o evento assim definido na forma da lei civil e que tenha impacto direto sobre o desenvolvimento das ATIVIDADES da CONCESSÃO.

36.2. O descumprimento de obrigações contratuais comprovadamente decorrentes de caso fortuito ou de força maior não será passível de penalização.

36.3. Um evento caracterizado como caso fortuito ou de força maior não será considerado, para os efeitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, se, ao tempo de sua ocorrência, corresponder a um risco segurável no Brasil, há pelo menos 2 (dois) anos, até o limite da média dos valores de apólices normalmente praticados no mercado, por pelo menos duas empresas do ramo, independentemente de a CONCESSIONÁRIA as ter contratado ou do seguro ser exigível nos termos da cláusula 46.

36.4. Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, cujas consequências não forem seguráveis no Brasil, há pelo menos 2 (dois) anos, até o limite da média dos valores de apólices normalmente praticados no mercado, por pelo menos 2 (duas) empresas do ramo, as PARTES acordarão se haverá lugar

a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou, excepcionalmente, a extinção da CONCESSÃO.

36.5. A PARTE que tiver o cumprimento de suas obrigações afetado por caso fortuito ou força maior deverá comunicar a outra PARTE da ocorrência do evento, em até 48 horas.

36.6. Salvo se o PODER CONCEDENTE der outras instruções por escrito, a CONCESSIONÁRIA continuará cumprindo suas obrigações decorrentes do CONTRATO, na medida do razoavelmente possível, e procurará, por todos os meios disponíveis, cumprir aquelas obrigações não impedidas pelo evento de força maior ou caso fortuito, cabendo ao PODER CONCEDENTE da mesma forma cumprir as suas obrigações não impedidas pelo evento de força maior ou caso fortuito.

36.7. As PARTES se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos decorrentes dos eventos de força maior ou caso fortuito.

Cláusula 37. PUBLICIDADE

37.1. A CONCESSIONÁRIA não deverá, sem o consentimento prévio, por escrito, do PODER CONCEDENTE, divulgar desenhos, projetos, modelos, ou informações relativas à CONCESSÃO.

37.1.1. Qualquer divulgação, pela CONCESSIONÁRIA, de documentos e informações mencionados na Cláusula 37.1,

quando autorizada pelo PODER CONCEDENTE, deverá ser feita confidencialmente e limitar-se ao estritamente necessário.

37.2. A CONCESSIONÁRIA não deverá, sem prévio consentimento, por escrito, do PODER CONCEDENTE, fazer uso de qualquer documento ou informação relacionado à CONCESSÃO, exceto com o propósito de execução do CONTRATO.

37.3. A CONCESSIONÁRIA não poderá explorar a divulgação das informações operacionais relativas aos dados de USUÁRIOS que utilizem os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO.

37.4. Salvo prévio consentimento, por escrito, do PODER CONCEDENTE, qualquer identificação de marca por parte da CONCESSIONÁRIA deverá permanecer em segundo plano, em relação à marca do PODER CONCEDENTE.

CAPÍTULO IX. USUÁRIOS

Cláusula 38. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

38.1. Adicionalmente ao disposto na legislação aplicável, são direitos e obrigações dos USUÁRIOS:

- (i) Receber um serviço adequado e poder usufruir dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, dentro dos padrões de qualidade e desempenho estabelecidos neste CONTRATO e seus ANEXOS, nos termos da legislação em vigor;
- (ii) Receber, do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA, informações para a defesa de interesses individuais e coletivos relativos às ATIVIDADES objeto do CONTRATO, bem como para o uso correto e seguro dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO;
- (iii) Comunicar-se com a CONCESSIONÁRIA por meio dos diferentes canais de atendimento, como o 0800, ouvidoria, mídias sociais, aplicativo de celular, entre outros;
- (iv) Contribuir para permanência das boas condições dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO;
- (v) Usufruir dos equipamentos instalados nos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO com liberdade de escolha, em atenção à legislação vigente de proteção ao direito do consumidor;
- (vi) Levar ao conhecimento do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA as irregularidades de que tenham conhecimento relacionadas às ATIVIDADES objeto do CONTRATO;

- (vii) Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela CONCESSIONÁRIA na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO;
- (viii) Cumprir as obrigações legais e regulamentares pertinentes à utilização dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO;
- (ix) Ter acesso a órgão inserido na estrutura organizacional da CONCESSIONÁRIA, no mínimo no nível imediatamente abaixo dos órgãos de sua direção, com atribuição para cuidar exclusivamente das relações com os USUÁRIOS, coordenado por um ouvidor;
- (x) Estar garantido pelos seguros previstos neste CONTRATO;

38.2. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer a Lei Estadual nº 10.294/1999, que dispõe sobre a proteção e defesa do USUÁRIO do serviço público no âmbito do Estado de São Paulo, devendo zelar pela garantia de cumprimentos das normas básicas de proteção e defesa do USUÁRIO.

38.3. A CONCESSIONÁRIA deverá assegurar ao usuário os seus direitos básicos, no que couber, bem como ter os seguintes canais de comunicação:

- a) atendimento pessoal, por telefone ou outra via eletrônica;
- b) informação computadorizada, sempre que possível;
- c) sistemas de comunicação visual adequados, com a utilização de cartazes, indicativos, roteiros, folhetos explicativos, além de outros.

38.4. A CONCESSIONÁRIA, de acordo com a Lei Estadual n.º 12.806/2008 e a Lei Estadual n.º 10.294/1999, que estipulam regras sobre a comunicação visual ao USUÁRIO, deverá garantir que seja afixada em local de ampla visualização, em todas as instalações e estabelecimentos de acesso permitido aos USUÁRIOS, comunicação visual adequada com a utilização de placas facilmente legíveis sobre números de telefones, outras vias eletrônicas e endereços das respectivas ouvidorias, de modo a deixar claro que é empresa diversa do PODER CONCEDENTE, ou outros órgãos públicos que vierem a existir.

Cláusula 39. SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO E OUVIDORIA

39.1. A CONCESSIONÁRIA deverá instituir um Serviço de Atendimento ao Usuário e Ouvidoria permanente para receber e processar as críticas e sugestões dos USUÁRIOS dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO ou de terceiros afetados por sua exploração.

CAPÍTULO X. RISCOS DA CONCESSÃO, EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REVISÕES CONTRATUAIS

Cláusula 40. ALOCAÇÃO DE RISCOS DA CONCESSÃO

40.1. A CONCESSIONÁRIA assume integral responsabilidade pelos riscos inerentes à execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, excetuados unicamente aqueles em que o contrário resulte expressamente deste CONTRATO.

40.2. É de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o levantamento pormenorizado e o conhecimento dos riscos por ela assumidos, na execução de suas atribuições no âmbito deste CONTRATO, devendo adotar as soluções, processos e técnicas que julgar mais adequados e eficientes para mitigar os riscos assumidos, responsabilizando-se pelas consequências decorrentes.

40.3. A relação de riscos expressamente alocados à CONCESSIONÁRIA, na Cláusula 41, não é exaustiva, de forma que todo e qualquer risco que não tenha sido expressamente alocado ao PODER CONCEDENTE, na Cláusula 42 ou nas demais disposições contratuais que apontem inequivocamente neste sentido, serão tratados como risco assumido pela CONCESSIONÁRIA, não dando ensejo, caso materializados, à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em favor da CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 41.DOS RISCOS EXCLUSIVOS DA CONCESSIONÁRIA

41.1. A CONCESSIONÁRIA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à presente CONCESSÃO, excetuados, exclusivamente, aqueles alocados ao PODER CONCEDENTE na Cláusula 42 deste CONTRATO.

41.2. A CONCESSIONÁRIA é responsável, inclusive, mas sem limitação, pelos seguintes riscos, sendo que a ocorrência dos fatos previstos não ensejará a recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro do CONTRATO a seu favor:

- i. A aprovação junto aos órgãos responsáveis e à CONTRATANTE dos projetos necessários à realização dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventualmente dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS e INVESTIMENTOS ASSOCIADOS.
- ii. A obtenção das aprovações e das licenças ambientais necessárias ao desenvolvimento dos NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITAS envolvendo os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, INVESTIMENTOS ADICIONAIS e os INVESTIMENTOS ASSOCIADOS.
- iii. A realização das obras e investimentos previstos neste CONTRATO para a viabilização dos NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITAS.
- iv. Passivos e/ou irregularidades ambientais.

- v. Variação de custos de insumos, custos operacionais, de manutenção, investimentos ou qualquer outro custo incorrido pela CONCESSIONÁRIA na execução do objeto contratual.
- vi. Os riscos associados a quaisquer investimentos, custos e/ou despesas decorrentes da execução de serviços que gerem RECEITAS ACESSÓRIAS.
- vii. Variação nas RECEITAS em relação às estimadas pela CONCESSIONÁRIA, inclusive quando em decorrência de criação e/ou extinção de tributos ou alterações na legislação ou na regulação tributárias.
- viii. Atraso no cumprimento dos cronogramas e prazos estabelecidos neste CONTRATO, especialmente nos prazos dos MARCOS CONTRATUAIS, sempre que o atraso estiver relacionado a obrigações e riscos que não tenham sido expressamente alocados à ARTESP ou ao PODER CONCEDENTE, ou não ocorram por fato atribuível à administração pública.
- ix. Prejuízos decorrentes de falha de segurança no local de realização das obras.
- x. Circunstâncias geológicas nas áreas compreendidas pela CONCESSÃO.

- xi. Tratamento das INTERFERÊNCIAS e todas as consequências a elas relacionadas, inclusive ônus decorrente da necessidade de remoção ou deslocamento e demais custos associados às providências eventualmente necessárias, tais como aquelas relacionadas aos projetos de engenharia e investimentos associados.
- xii. Alterações propostas pela CONCESSIONÁRIA no PLANO DE INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO em relação aos termos do ANEXO 01 do CONTRATO.
- xiii. Riscos relacionados à contratação dos seguros e garantias obrigatórios, respeitando os prazos, os limites e as regras estabelecidas neste CONTRATO e nos respectivos PLANOS DE GARANTIAS e PLANOS DE SEGUROS, inclusive risco de eventual dificuldade ou inviabilidade de execução de seguros e garantias pela ARTESP nas hipóteses que ensejariam direito à sua execução.
- xiv. Erro de projeto, erro na estimativa de custos e/ou gastos, mesmo nos casos que demandaram prévia aprovação pela ARTESP.
- xv. Falhas na prestação de serviços, defeitos nas obras ou equipamentos, bem como erros ou falhas causadas pelos terceirizados ou subcontratados no âmbito do objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO.

- xvi. Todos os riscos inerentes à prestação do serviço adequado, incluindo, entre outros, variações nos investimentos, custos ou despesas, e inovações tecnológicas necessárias para o atendimento dos níveis de serviços estabelecidos no ANEXO 01, bem como das normas técnicas e regras contratuais.
- xvi. Roubos, furtos, destruição, perdas ou avarias nos locais de obras ou em seus ativos, cuja materialização não tenha sido provocada pelo PODER CONCEDENTE ou pela ARTESP.
- xvii. Segurança e saúde dos trabalhadores envolvidos nas atividades decorrentes da implantação e exploração dos NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITAS, que estejam subordinados à CONCESSIONÁRIA, seus subcontratados ou terceirizados.
- xviii. Greves e dissídios coletivos de funcionários da CONCESSIONÁRIA, de seus fornecedores, subcontratados ou terceirizados.
- xix. Alteração do cenário macroeconômico, aumento do custo de capital, variação nas taxas de câmbio e alteração de taxas de juros praticados no mercado.
- xx. Atraso na entrada em OPERAÇÃO COMERCIAL, salvo quando comprovado que o atraso decorreu exclusivamente de fato imputável ao PODER CONCEDENTE ou à ARTESP.

- xx. Custos de ações judiciais de terceiros contra a CONCESSIONÁRIA ou suas subcontratadas, decorrentes da execução da CONCESSÃO, salvo se por fato imputável ao PODER CONCEDENTE ou CONTRATANTE.
- xxi. Necessidade de realização de investimentos com vistas à adequação tecnológica.
- xxi. Adequação à regulação exercida pela CONTRATANTE, quando meramente procedimental ou para fins de padronização e desde que não gerem custos adicionais à CONCESSIONÁRIA.
- xxii. Adequação à regulação exercida por quaisquer outros órgãos ou entidades distintos da CONTRATANTE, cuja competência inclua as atividades objeto deste CONTRATO.
- xxiii. Atrasos decorrentes da não obtenção de autorizações, licenças e permissões perante entes da Administração Pública federal, estadual ou municipal, exigidas para construção ou operação dos NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITAS, exceto se decorrentes de fato imputável unicamente ao PODER CONCEDENTE ou à CONTRATANTE, ou ainda se tais licenças, autorizações ou permissões sejam de responsabilidade do PODER CONCEDENTE, nos termos deste Contrato.

- xxiv. Fatores imprevisíveis, fatores previsíveis e de consequências incalculáveis, caso fortuito ou força maior que, em condições normais de mercado, possam ser objeto de cobertura de seguro oferecido no Brasil se, à época da materialização do risco, este seja segurável há pelo menos 2 (dois) anos e por pelo menos duas empresas seguradoras, até o limite da média dos valores indenizáveis por apólices normalmente praticados no mercado, independentemente de a CONCESSIONÁRIA as ter contratado.

- xxv. Prejuízos causados a terceiros pela CONCESSIONÁRIA, seus empregados, prestadores de serviço, terceirizados, subcontratados ou qualquer outra pessoa física ou jurídica vinculada à CONCESSIONÁRIA, no exercício das atividades abrangidas neste CONTRATO.

- xxvi. Planejamento tributário da CONCESSIONÁRIA.

- xxvii. Capacidade financeira e/ou de captação de recursos da CONCESSIONÁRIA, assim como os custos de empréstimos e financiamentos obtidos para arcar com as obrigações decorrentes deste CONTRATO.

- xxviii. Inadimplência dos USUÁRIOS.

- xxviii. Decisões judiciais, administrativas ou arbitrais que suspendam a exploração dos NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITAS

decorrentes de atos comissivos ou omissivos da CONCESSIONÁRIA.

- xxix. Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia, omissão ou das próprias atividades da CONCESSIONÁRIA no cumprimento do objeto deste CONTRATO.
- xxx. Constatação superveniente de erros ou omissões no PLANO DE INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO, bem como nos projetos de engenharia relacionados a cada INVESTIMENTO ADICIONAL e INVESTIMENTO ASSOCIADO, inclusive nos levantamentos que o subsidiaram.
- xxxi. Variação nos custos, prazos ou quaisquer outras circunstâncias relacionadas à imissão na posse ou à condução e conclusão dos processos expropriatórios dos imóveis necessários à execução das atividades de exploração dos NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITAS, ressalvado o caso de atraso na expedição de DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA ou DECLARAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, por culpa exclusiva da ARTESP ou do PODER CONCEDENTE;
- xxxi. Variação da demanda dos NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITAS.

- xxxii. Fato do Príncipe que efetivamente onere a execução do CONTRATO, nos casos em que o ato ou fato impactar risco que já tenha sido atribuído expressamente à CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO.
- xxxiii. Tratamento de passivos, inclusive distorções em relação ao projeto executivo que onerem a CONCESSIONÁRIA à exceção daqueles expressamente atribuídos ao PODER CONCEDENTE neste CONTRATO.
- xxxiv. Variação nos custos, prazos ou quaisquer outras circunstâncias relacionadas ao uso, gozo e disposição das ÁREAS PRIVADAS.
- xxxv. Vícios, defeitos ou irregularidades, aparentes ou ocultos, constatados nas novas construções realizadas pela CONCESSIONÁRIA, durante ou após a sua execução.
- xxxvi. Prejuízos decorrentes de erros na realização das obras que ensejem a necessidade de refazer parte ou totalidade destas.
- xxxvii. Investimentos, custos ou despesas adicionais necessários para manter a boa qualidade da prestação dos serviços.

- xxxviii. Investimentos, custos ou despesas adicionais decorrentes da elevação dos custos operacionais e de manutenção dos equipamentos.
- xxxix. Incidência de responsabilidade civil, administrativa, ambiental, tributária e criminal por fatos que possam ocorrer durante a execução do CONTRATO, incluídos os custos gerados por condenações ou pelo acompanhamento de ações judiciais.
- xl. Quaisquer interferências com órgãos da Administração Pública direta e indireta de qualquer nível Federativo, inclusive seus concessionários, permissionários e autorizatários de serviços públicos.
- xli. Embargo do empreendimento, novos custos, não cumprimento de prazos, necessidade de nova aprovação dos projetos e/ou emissão de novas autorizações pelos órgãos competentes em razão da não observância pela CONCESSIONÁRIA e/ou seus subcontratados das diretrizes e exigências decorrentes do processo de obtenção das licenças prévia, de instalação e de operação.
- xlii. Alteração das concepções, projetos ou especificações que impliquem em emissão de nova(s) licença(s), arcando integralmente com os custos socioambientais direta ou indiretamente decorrentes da não observância da respectiva diretriz socioambiental e/ou decorrentes da necessidade de emissão de nova(s) licença(s) por culpa da CONCESSIONÁRIA.

xliii. Outros riscos não alocados a CONTRATANTE.

41.3. É de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o conhecimento e assunção dos riscos a ela atribuídos neste CONTRATO e ANEXOS, promovendo, às suas expensas e por sua conta e risco, levantamento pormenorizado das possíveis consequências em face da eventual materialização dos riscos a ela atribuídos.

41.4. A CONCESSIONÁRIA deverá adotar as soluções, processos e técnicas que julgar mais adequados e eficientes para mitigar os riscos a ela atribuídos, responsabilizando-se pelas consequências decorrentes.

41.5. A CONCESSIONÁRIA declara ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no CONTRATO, bem como tê-los levado em consideração na formulação de sua Proposta Comercial e assinatura do Contrato de CONCESSÃO.

41.6. A CONCESSIONÁRIA não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO caso quaisquer dos riscos não alocados expressamente ao PODER CONCEDENTE, em especial, a não realização da demanda projetada pela CONCESSIONÁRIA, venham a se materializar.

Cláusula 42.DOS RISCOS EXCLUSIVOS DO PODER CONCEDENTE

42.1. Somente os riscos a seguir listados serão suportados pelo PODER CONCEDENTE:

- (i) Decisões judiciais, arbitrais ou administrativas, inclusive aquelas decorrentes de fatos não imputáveis às PARTES, que impeçam ou impossibilitem, no todo ou em parte, a CONCESSIONÁRIA de executar o CONTRATO DE CONCESSÃO nos termos considerados para elaboração da PROPOSTA COMERCIAL, exceto nos casos em que a CONCESSIONÁRIA tiver dado causa à decisão ou na hipótese de haver previsão neste CONTRATO que alocue o risco associado à CONCESSIONÁRIA.

- (ii) Atrasos ou inexecução das obrigações da CONCESSIONÁRIA causados pela demora ou omissão do PODER CONCEDENTE ou da CONTRATANTE na realização das atividades e obrigações a eles atribuídas neste CONTRATO.

- (iii) Fatores imprevisíveis, fatores previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito ou força maior que, em condições normais de mercado, não possam ser objeto de cobertura de seguro oferecido no Brasil e, à época da materialização do risco, este não seja segurável há pelo menos 2 (dois) anos no mercado brasileiro, por pelo menos duas empresas seguradoras, ou com relação à parcela que supere média dos valores indenizáveis por apólices normalmente praticados no mercado.

- (iv) Danos causados às ÁREAS EXPLORADAS, aos BENS REVERSÍVEIS, à CONCESSIONÁRIA, a terceiros ou aos usuários, quando em decorrência da materialização dos riscos atribuídos ao PODER CONCEDENTE ou quando por sua culpa.

- (v) Atos de reponsabilidade das concessionárias de rodovias que venham a impactar direta ou indiretamente o objeto do CONTRATO.
- (vi) Descobertas arqueológicas ou paleológicas nas áreas envolvidas com a CONCESSÃO.
- (vii) Impactos decorrentes da criação, revogação ou revisão das normas exaradas pela ARTESP sobre as atividades objeto deste CONTRATO, exceto as meramente procedimentais e de padronização.
- (viii) Modificação unilateral, imposta pela CONTRATANTE, das condições de execução do CONTRATO.
- (ix) Fato do Príncipe que efetivamente onere a execução do CONTRATO, salvo quando o ato ou fato caracterizar risco que já tenha sido atribuído expressamente à CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO.
- (x) Atrasos nas obras decorrentes da demora na obtenção de licenças e autorizações a cargo da CONCESSIONÁRIA nos casos em que os prazos de análise dos órgãos ambientais e demais órgãos envolvidos ultrapassem as previsões legais, exceto se decorrente de fato imputável à CONCESSIONÁRIA.

42.2. Presume-se como fato imputável à CONCESSIONÁRIA qualquer atraso decorrente da não entrega de todos os documentos, estudos e informações exigidos pelos órgãos competentes, ou em qualidade inferior à

mínima estabelecida pelo órgão licenciador, prévia ou posteriormente ao pedido de licenciamento e autorização.

Cláusula 43.EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

43.1. Sempre que forem atendidas as condições do CONTRATO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

43.2. A análise da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro pressupõe a verificação das condições econômicas globais do CONTRATO, mas restringe-se à neutralização dos efeitos financeiros dos eventos causadores de desequilíbrio contratual, conforme disciplinado nesta Cláusula.

43.3. Considera-se caracterizado o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando qualquer das PARTES sofrer os efeitos financeiros, positivos ou negativos, de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado.

43.4. Nenhuma PARTE fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no CONTRATO venham a se materializar.

43.5. Considera-se caracterizado o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, igualmente, nas hipóteses em que a CONCESSIONÁRIA sofrer efeitos financeiros positivos de descumprimento, ou atraso no cumprimento, de obrigação prevista neste CONTRATO ou na lei, hipótese na qual, para além da aplicação das penalizações e demais medidas previstas neste CONTRATO, deverá ser realizado o reequilíbrio econômico-financeiro do

CONTRATO no montante necessário para neutralizar os efeitos financeiros positivos à CONCESSIONÁRIA decorrentes do descumprimento da obrigação, ou do atraso em seu cumprimento.

43.6. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 43.3, 43.4 e 43.5, também caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nas hipóteses abaixo descritas, quando dos eventos a seguir elencados resultar efetivo impacto na equação econômico-financeira do CONTRATO, o qual deverá ser demonstrado pela PARTE pleiteante, que deverá comprovar a exata medida do desequilíbrio:

43.6.1. Modificação unilateral, imposta pelo PODER CONCEDENTE, das condições de execução do CONTRATO, desde que, como resultado direto dessa modificação, verifique-se efetiva alteração dos custos ou da receita da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos.

43.6.2. Fato do Príncipe que efetivamente onere a execução do CONTRATO, salvo quando o ato ou fato caracterizar risco que já tenha sido atribuído expressamente à CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO.

43.6.3. Solicitação, pelo PODER CONCEDENTE, de emprego de nova tecnologia ou técnica nas atividades executadas pela CONCESSIONÁRIA, quando não decorrer de obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA para garantir a continuidade e a atualidade na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO.

- 43.6.4. Redução de custos e encargos setoriais, gerados por fatores externos à CONCESSIONÁRIA.
- 43.6.5. Materialização de qualquer um dos riscos descritos no CONTRATO e ANEXOS, desde que o risco não tenha sido alocado à PARTE pleiteante, devendo ser demonstrado o efetivo impacto econômico-financeiro e a exata medida do desequilíbrio ensejado pela materialização do evento.
- 43.7. Não caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA:
- 43.7.1. Se ficar caracterizado, mediante relatório fundamentado pelo PODER CONCEDENTE, que os eventos motivadores do pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro tenham sido, direta ou indiretamente, causados pela negligência, inépcia ou omissão da CONCESSIONÁRIA, ou ainda que, ou por qualquer forma, a CONCESSIONÁRIA, tenha concorrido, direta ou indiretamente, para o evento causador do desequilíbrio.
- 43.7.2. Se a materialização dos eventos motivadores do pedido por parte da CONCESSIONÁRIA não ensejarem efetivo impacto nas condições do CONTRATO e não acarretarem efetivo desequilíbrio na equação econômico-financeira do CONTRATO, que possa ser demonstrado em sua exata medida.
- 43.8. Se ficar caracterizado que os impactos dos eventos motivadores do pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderiam ter sido mitigados ou minorados por medidas ao alcance da CONCESSIONÁRIA, ou mediante esforço razoavelmente exigível da CONCESSIONÁRIA, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será calculada levando em

consideração apenas o valor do desequilíbrio que persistiria, mesmo na hipótese de atuação diligente da CONCESSIONÁRIA.

43.9. Caso fique apurado que mais de uma PARTE tenha concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do evento, pela negligência, inépcia ou omissão de ambas as PARTES, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá considerar apenas o valor do prejuízo a que a PARTE prejudicada não tenha causado.

Cláusula 44. PROCEDIMENTO DO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

44.1. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA ou por determinação do PODER CONCEDENTE, observado o procedimento constante deste CAPÍTULO X.

44.2. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO não poderão ocorrer em prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias do fato gerador do pleito, e o seu efeito financeiro não poderá retroagir mais do que 180 (cento e oitenta) dias da data de protocolo do pedido.

44.3. Quando o pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro for iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA, o pedido deverá ser devidamente fundamentado, e estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, inclusive quanto à:

- 44.3.1. Identificação precisa do evento de desequilíbrio, acompanhado, quando pertinente, de evidência da responsabilidade do PODER CONCEDENTE.
- 44.3.2. Projeção de Fluxo de Caixa Marginal decorrente do evento de desequilíbrio, considerando: (i) os fluxos marginais, positivos ou negativos, calculados com base na diferença entre as situações com e sem evento; e (ii) os fluxos marginais necessários à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
- 44.3.3. Comprovação dos gastos, diretos e indiretos, efetivamente incorridos pela CONCESSIONÁRIA, decorrentes do evento que deu origem ao pleito, acompanhado de sumário explicativo contendo o regime contábil e tributário aplicável às receitas ou custos supostamente desequilibrados.
- 44.3.4. Em caso de avaliação de eventuais desequilíbrios futuros, demonstração circunstanciada dos pressupostos e parâmetros utilizados para as estimativas dos impactos do evento gerador do desequilíbrio sobre o fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA.
- 44.4. Os seguintes procedimentos deverão ser observados para os cálculos que levarão à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO:
- 44.4.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será realizada de forma que seja nulo o valor presente líquido da diferença entre: (i) o fluxo de caixa do negócio estimado sem os fluxos de capital de terceiros e sem considerar o impacto do evento; e (ii) o fluxo de caixa projetado, em caso de eventos futuros, ou observado, em caso de eventos passados, tomando-se em conta o evento que ensejou o desequilíbrio;

44.4.2. Para fins de determinação dos fluxos dos dispêndios marginais, deverão ser utilizadas as melhores informações disponíveis para estimar o valor dos investimentos, dos custos e das despesas, bem como eventuais receitas e outros ganhos, resultantes do evento de desequilíbrio, por meio das melhores referências de preço do setor público e/ou do setor privado disponíveis no momento do pleito, bem como de dados reais que ocasionem impacto sobre a CONCESSÃO, a exemplo da demanda de USUÁRIOS, custos efetivos de insumos ou de atividades desempenhadas ou contratadas pela CONCESSIONÁRIA, bem como outros elementos passíveis de obtenção, e, na indisponibilidade de informações mais atuais e a critério do PODER CONCEDENTE, das projeções realizadas por ocasião da LICITAÇÃO.

44.4.3. O valor do desequilíbrio poderá ser calculado antes ou depois do efetivo impacto, no fluxo financeiro da CONCESSIONÁRIA, do evento que o ensejou, sendo, para tanto, calculado o valor presente dos fluxos de desequilíbrios, na data da avaliação.

44.4.4. A taxa de desconto real anual a ser utilizada no cálculo do valor presente de que trata a Cláusula 44.4.3 será formada com um acréscimo de [•]% ([•] por cento) à média dos últimos 12 (doze) meses da taxa bruta de juros de venda das NTN-B, ex-ante à dedução do Imposto de Renda, com vencimento compatível com o término do CONTRATO (NTN-B de 15/08/2050), publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada na data do efetivo impacto do evento de desequilíbrio no fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA.

44.4.5. Para impactos futuros, a taxa de desconto real anual será formada com um acréscimo de $[\bullet]\%$ ($[\bullet]$ por cento) à média dos últimos 12 (doze) meses da taxa de juros de venda das NTN-B, com vencimento compatível com o término do CONTRATO (NTN-B de 15/08/2050), publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada na data de formalização do reequilíbrio mediante assinatura do correspondente termo aditivo entre as PARTES.

44.4.6. Quando os fluxos de caixa do negócio a que se refere a Cláusula 44.4., forem apurados em reais (R\$) correntes, a taxa de desconto descrita no item 44.4.4. deverá incorporar o IPCA.

44.5. Na avaliação do pleito iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer tempo, solicitar laudos técnicos e/ou econômicos específicos, elaborados por entidades independentes.

44.6. A critério do PODER CONCEDENTE poderá ser realizada, por intermédio de entidade independente, especializada e com capacidade técnica publicamente reconhecida, auditoria para constatação da situação que ensejou o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

44.7. O PODER CONCEDENTE, ou quem por ele indicado, terá livre acesso a informações, bens e instalações da CONCESSIONÁRIA ou de terceiros por ela contratados para aferir o quanto alegado no procedimento para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

44.8. Recebida a notificação sobre o evento de desequilíbrio, o PODER CONCEDENTE terá 60 (sessenta) dias, prorrogáveis mediante justificativa apresentada por escrito neste prazo, para apresentar resposta ao pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

44.8.1. A superação do prazo previsto na Cláusula 44.8., caso não seja objeto de prorrogação, não implicará em aceitação tácita ou concordância com o pleito, servindo apenas para constituir o PODER CONCEDENTE em mora, observando-se o disposto na Cláusula 44.16..

44.9. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro iniciado pelo PODER CONCEDENTE deverá ser objeto de notificação à CONCESSIONÁRIA, acompanhada de cópia dos laudos e estudos pertinentes. Não havendo manifestação pela CONCESSIONÁRIA no prazo consignado na comunicação, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a omissão será considerada como concordância em relação ao mérito da proposta do PODER CONCEDENTE.

44.9.1. O prazo previsto na Cláusula 44.9. deverá levar em consideração a eventual necessidade de dilação probatória e a complexidade das provas a serem produzidas.

44.10. Após manifestação de ambas as PARTES, a ARTESP resolverá, em prazo compatível, sobre o cabimento ou não da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, observadas as disposições deste CAPÍTULO X e o disposto na Cláusula 44.16.

44.11. O PODER CONCEDENTE terá a prerrogativa de escolher, dentre as seguintes opções, ou outras que forem legalmente admitidas, a forma pela

qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, buscando sempre assegurar a continuidade da prestação dos SERVIÇOS, e desde que assegurada a efetiva recomposição do desequilíbrio econômico-financeiro reconhecido:

- (i) Alteração do prazo de CONCESSÃO;
- (ii) Revisão do valor devido pela CONCESSIONÁRIA a título de ÔNUS VARIÁVEL;
- (iii) Alteração das obrigações previstas neste CONTRATO;
- (iv) Ressarcimento ou indenização à CONCESSIONÁRIA;
- (v) Combinação das modalidades anteriores, ou outras permitidas pela legislação, a critério do PODER CONCEDENTE.

44.11.1. Na escolha da medida destinada a implementar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, o PODER CONCEDENTE considerará a periodicidade e o montante dos pagamentos vencidos e vincendos a cargo da CONCESSIONÁRIA, relativo aos contratos de financiamento celebrados por esta para a execução do objeto do CONTRATO.

44.12. Além das modalidades listadas na Cláusula 44.11., a implementação da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO também poderá se dar pelas seguintes modalidades, nestes casos dependendo de prévia concordância da CONCESSIONÁRIA:

- (i) dação em pagamento de bens e/ou cessão de receitas patrimoniais;

- (ii) assunção pelo PODER CONCEDENTE de custos atribuídos pelo CONTRATO à CONCESSIONÁRIA;
- (iii) exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS para além do prazo de vigência do CONTRATO;
- (iv) combinação das modalidades anteriores ou outras permitidas pela legislação.

44.13. Para fins de determinação do valor a ser reequilibrado, deverão ser considerados os efeitos dos tributos diretos e indiretos efetivamente incidentes sobre o fluxo dos dispêndios marginais.

44.14. Todas as comunicações trocadas pela CONCESSIONÁRIA e pelo PODER CONCEDENTE no âmbito dos procedimentos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverão ser encaminhadas, em cópia, para a ARTESP, para ciência e adoção das providências que lhe competirem.

44.15. Não caberá, durante o prazo da CONCESSÃO, qualquer solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO por conta de diferenças de quantidades ou alegação de desconhecimento das ATIVIDADES previstas no objeto deste CONTRATO, em especial aquelas decorrentes de fatores que possam ser identificados e solucionados pelas técnicas conhecidas à época da PROPOSTA.

44.16. Ocorrida a mora do PODER CONCEDENTE, conforme previsto na Cláusula 44.8.1. ou na Cláusula 44.10., ou existindo discordância quanto às decisões adotadas pelo PODER CONCEDENTE ao final do procedimento

previsto nesta Cláusula, poderão ser adotados os mecanismos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.

CAPÍTULO XI. GARANTIAS E SEGUROS

Cláusula 45. GARANTIA DE EXECUÇÃO

45.1. O cumprimento cabal e tempestivo das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA junto ao PODER CONCEDENTE será garantido nos termos, valores e condições constantes desta Cláusula.

45.2. A CONCESSIONÁRIA prestou garantia para o fiel cumprimento das obrigações contratuais no valor mínimo de:

- a) R\$ [●] ([●]), data base de [●]/[●]/[●], para o período compreendido entre o início da concessão até o início da Operação Comercial dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, correspondentes a 30% (trinta por cento) do valor total dos investimentos constantes do EVTE
- b) R\$ [●] ([●]), data base de [●]/[●]/[●], para o período compreendido entre o início da Operação Comercial dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e o final da concessão, correspondentes a 5% (cinco por cento) do valor total dos investimentos constantes do EVTE.

45.3. A GARANTIA DE EXECUÇÃO tem como beneficiário o PODER CONCEDENTE, devendo ser executada:

- (i) para pagamento de multas que forem aplicadas à CONCESSIONÁRIA;

(ii) para o ressarcimento de custos e despesas incorridas pelo PODER CONCEDENTE, face ao eventual inadimplemento das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA; e

(iii) para pagamento de outros valores por ela devidos ao PODER CONCEDENTE, inclusive os valores devidos a título de ÔNUS VARIÁVEL e ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO, observados os termos das Cláusulas 46.16.1., 52.9.1., 53.3., inciso (iv) e 56.8., inciso (iii).

45.3.1. Não sendo a GARANTIA DE EXECUÇÃO suficiente para cumprir com as obrigações mencionadas na Cláusula 45.3, responderá a CONCESSIONÁRIA pela diferença.

45.4. Durante a vigência da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA poderá substituir a garantia por qualquer das modalidades admitidas nos termos do artigo 56 da Lei Federal n.º 8.666/1993, e a seguir arroladas, mediante prévia aprovação do PODER CONCEDENTE:

(i) caução em moeda corrente do país;

(ii) caução em títulos da dívida pública;

(iii) seguro-garantia; ou,

(iv) fiança bancária.

45.5. A GARANTIA DE EXECUÇÃO prestada em moeda corrente nacional deverá ser depositada em conta-corrente, de titularidade do PODER CONCEDENTE, a ser indicada a partir de solicitação da CONCESSIONÁRIA, apresentando-se o comprovante de depósito, ou em cheque administrativo

de instituição financeira nacional, sob pena de ineficácia da prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO.

45.5.1. A GARANTIA DE EXECUÇÃO apresentada na modalidade Títulos da Dívida Pública do Tesouro Nacional deverá ser prestada pelo valor nominal dos títulos, não podendo estar onerados com cláusula de impenhorabilidade, inalienabilidade, intransferibilidade ou aquisição compulsória. Os Títulos ofertados deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, com cotação de mercado e acompanhados de comprovante de sua validade atual quanto à liquidez e ao valor.

45.5.2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO apresentada na modalidade de seguro-garantia será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia, acompanhada de comprovante de pagamento do prêmio, quando pertinente, bem como de Certidão de Regularidade Operacional expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em nome da seguradora que emitir a apólice, com vigência mínima de 36 (trinta e seis) meses, e observadas as seguintes condições:

- (i) deverá ser emitida por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação vigente à época de sua apresentação, com vigência mínima de 36 (trinta e seis) meses;
- (ii) das condições especiais ou das condições particulares da respectiva apólice deverá constar expressamente a cobertura de todos os eventos descritos nas Cláusulas 45.3, 45.8 e 45.9 deste CONTRATO, ou, excepcionalmente, vir

acompanhada de declaração, firmada pela seguradora emitente da apólice, atestando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos descritos nas Cláusulas 45.3, 45.8 e 45.9 deste CONTRATO.

45.5.3. A GARANTIA DE EXECUÇÃO apresentada na modalidade de fiança bancária deverá ter vigência mínima de 36 (trinta e seis) meses a contar da contratação, ser emitida por instituição financeira classificada no último Relatório dos 50 (cinquenta) maiores Bancos – Critério de Ativo Total menos Intermediação, emitido trimestralmente pelo Banco Central do Brasil, devendo ser apresentada na sua forma original e estar acompanhada da comprovação dos poderes de representação do responsável pela assinatura do documento.

45.6. As despesas referentes à prestação da garantia serão exclusivamente de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

45.7. Em até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência da GARANTIA DE EXECUÇÃO, deverá a CONCESSIONÁRIA apresentar ao PODER CONCEDENTE documento comprobatório de renovação e atualização da GARANTIA DE EXECUÇÃO.

45.8. A GARANTIA DE EXECUÇÃO, prestada em qualquer das modalidades previstas na Cláusula 45.4, não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pela CONCESSIONÁRIA, relativamente ao previsto neste CONTRATO, nem conter qualquer tipo de ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam deixar dúvidas quanto à firmeza da

garantia oferecida, que não as ressalvas ou cláusulas excludentes decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

45.9. A GARANTIA DE EXECUÇÃO deverá abranger todos os fatos ocorridos durante a sua vigência, ainda que o sinistro seja comunicado pelo PODER CONCEDENTE após a superação do termo final de vigência da GARANTIA DE EXECUÇÃO, devendo abranger as hipóteses de responsabilização do PODER CONCEDENTE por qualquer ato ou fato decorrente da atuação da CONCESSIONÁRIA, seus prepostos ou subcontratados, incluindo, mas não se limitando, a danos ambientais, responsabilidade civil, fiscal e trabalhista, penalidades regulatórias, dentre outros.

45.10. A ocorrência de qualquer inadimplemento contratual da CONCESSIONÁRIA que, nos termos desta Cláusula, se qualifique como fato coberto pela GARANTIA DE EXECUÇÃO, dará ensejo à imediata execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO, desde que, após prévia e formalmente notificada para satisfazer voluntariamente a obrigação inadimplida, a CONCESSIONÁRIA não a regularize no prazo de 15 (quinze) dias.

45.11. Executada a GARANTIA DE EXECUÇÃO, a CONCESSIONÁRIA procederá à sua reposição e/ou complementação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da respectiva notificação, observadas as condições estabelecidas neste CONTRATO.

45.11.1. Não ocorrendo a reposição, no prazo determinado no item 45.11, a CONCESSIONÁRIA será penalizada mensalmente, observada a disciplina da Cláusula 60, até que se restabeleça o valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO.

- 45.12. O valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO deverá ser reajustado anualmente pelo IPCA, tendo como data base o mês indicado na Cláusula 45.2..
- 45.13. A renovação, em tempo hábil para garantir sua continuidade, bem como a reposição e o reajuste periódico da GARANTIA DE EXECUÇÃO, deverão ser executados pela CONCESSIONÁRIA, independentemente de prévia notificação do PODER CONCEDENTE para constituição em mora.
- 45.14. A CONCESSIONÁRIA permanecerá integralmente responsável pelo cumprimento do objeto deste CONTRATO, assim como pelas demais obrigações a ele inerentes, incluindo pagamentos de multas, indenizações e demais penalidades a ele eventualmente aplicadas, independente da execução total ou parcial da GARANTIA DE EXECUÇÃO.
- 45.15. A falta de cumprimento da obrigação de manter a GARANTIA DE EXECUÇÃO ensejará a aplicação de penalidade prevista no ANEXO 02 do CONTRATO (PENALIDADES), podendo motivar a decretação da caducidade da CONCESSÃO.
- 45.16. A GARANTIA DE EXECUÇÃO, quando da extinção da CONCESSÃO, somente será liberada após a comprovação de que a CONCESSIONARIA adimpliu todo e qualquer valor devido ao PODER CONCEDENTE, já líquido e exigível, observado o disposto na Cláusula 19.

Cláusula 46. SEGUROS

46.1. Durante todo o prazo de vigência da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá manter, com companhia seguradora autorizada a funcionar e operar no Brasil e de porte compatível com o objeto segurado, apólices de seguros necessárias para garantir a efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, sem prejuízo dos seguros exigíveis pela legislação aplicável.

46.2. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA deverão ser cossegurados nas apólices de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA, devendo o cancelamento, a suspensão, a modificação, a renovação ou a substituição de quaisquer das condições dos seguros ser previamente aprovada pela ARTESP.

46.3. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e fornecer à ARTESP o PLANO DE SEGUROS, que será desenvolvido a partir de avaliação do valor em risco, da importância segurada e das condições das coberturas, observadas as disposições contratuais desta Cláusula.

46.3.1. A ARTESP e a CONCESSIONÁRIA avaliarão as necessidades de revisão anual do PLANO DE SEGUROS.

46.3.2. O PLANO DE SEGUROS contemplará os seguros a serem mantidos pela CONCESSIONÁRIA para a execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO.

46.3.3. Os seguros relacionados às ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO deverão ser submetidos à aprovação da ARTESP.

46.4. O PLANO DE SEGUROS deve conter, sem a eles se limitar, os seguintes seguros:

46.4.1. Seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais cobrindo perda, destruição ou dano em todos os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, devendo tal seguro contemplar:

- (i) tumultos, vandalismos, atos dolosos;
- (ii) incêndio, raio e explosão de qualquer natureza;
- (iii) equipamentos eletrônicos (baixa voltagem);
- (iv) roubo e furto qualificado (exceto valores);
- (v) danos elétricos;
- (vi) vendaval;
- (vii) fumaça;
- (viii) vidros;
- (ix) danos materiais causados aos equipamentos;
- (x) alagamento ou inundação.

46.4.2. Seguro de Responsabilidade Civil, incluindo:

- (i) danos causados a terceiros;
- (ii) acidentes envolvendo terceiros nos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO; e
- (iii) acidentes de trabalho para os empregados envolvidos, conforme legislação em vigor.

46.4.3. Seguro de Riscos de Engenharia do tipo “todos os riscos”, vigente enquanto executadas pela CONCESSIONÁRIA obras ou serviços de engenharia nos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, envolvendo a cobertura de quaisquer investimentos, custos e/ou despesas pertinentes a eventuais obras civis e à infraestrutura (Construção e Instalações e Montagem, englobando todos os testes de aceitação), bem como:

- (i) cobertura básica de riscos de engenharia;
- (ii) erros de projetos;
- (iii) risco do fabricante;
- (iv) despesas extraordinárias;
- (v) despesas de desentulho;
- (vi) alagamento, inundação;
- (vii) danos externos causados aos equipamentos utilizados nas obras;
- (viii) danos ambientais causados pelas obras; e

(ix) danos patrimoniais.

46.5. Os valores contratados deverão ser definidos pela CONCESSIONÁRIA, devendo as franquias ser aquelas praticadas pelo mercado segurador em negócios desta natureza.

46.5.1. Todas as apólices de seguro deverão ter vigência mínima de 36 (trinta e seis) meses, à exceção das obras e/ou serviços de engenharia que tenham prazo de execução menor do que 36 (trinta e seis) meses.

46.6. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer, em prazo não superior a 30 (trinta) dias do início de cada ano da CONCESSÃO, certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que todas as apólices de seguros contratadas estão válidas, e que os respectivos prêmios se encontram pagos.

46.7. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer, no final da vigência do seguro, caso não possua a nova apólice, certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que os riscos envolvidos foram colocados no mercado segurador, conforme período determinado e de acordo com as coberturas e franquias solicitadas por ela, aguardando apenas a conclusão de procedimentos regulatórios e/ou burocráticos para emissão da nova apólice.

46.8. A CONCESSIONÁRIA deverá fazer constar das apólices de seguro a obrigação da seguradora de informar por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE, quaisquer fatos que possam implicar o cancelamento, total ou parcial, dos

seguros contratados, redução de cobertura, aumento de franquia ou redução de importâncias seguradas, observadas as situações previstas em lei.

46.9. A CONCESSIONÁRIA deverá estipular, por sua conta e risco, as coberturas, os valores segurados e os níveis de franquia mais adequados aos riscos envolvidos.

46.9.1. A CONCESSIONÁRIA é responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto no CONTRATO.

46.9.2. Eventuais diferenças entre os valores contratados e as indenizações/sinistros pagos não ensejarão direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e nem elidirão a obrigação da CONCESSIONÁRIA de cumprir todas as obrigações previstas no CONTRATO, não podendo servir de motivo para a não realização de qualquer investimento objeto deste CONTRATO, especialmente outros investimentos que se mostrem necessários em função da ocorrência do sinistro, cujos valores não tenham sido cobertos integralmente pelas apólices.

46.10. Os seguros deverão ter como beneficiários a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, de acordo com sua característica, finalidade e a titularidade dos bens envolvidos.

46.11. As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO ou a regulação setorial.

- 46.12. As apólices de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA deverão conter expressamente a cláusula de recomposição automática dos valores segurados, inclusive para o seguro de Responsabilidade Civil de que trata a Cláusula 46.4.3, a não ser que essa cobertura não esteja disponível no mercado segurador.
- 46.13. Todos os seguros contratados para os fins deste CONTRATO deverão ser contratados com seguradoras e resseguradoras autorizadas a operar no Brasil, apresentando, sempre, Certidão de Regularidade Operacional expedida pela SUSEP, em nome da seguradora que emitir cada apólice.
- 46.14. Qualquer indenização devida em decorrência de sinistros cobertos pelo seguro previsto nesta Cláusula deverá ser objeto de comunicação à ARTESP com 15 (quinze) dias de antecedência ao pagamento, sendo o pagamento válido apenas após prévia e expressa anuência da ARTESP, condição esta que sempre deverá constar explicitamente da apólice correspondente.
- 46.14.1. A CONCESSIONÁRIA deverá registrar, na comunicação referida na Cláusula 46.14, o montante devido, bem como as causas que deram origem à indenização e a data de ocorrência.
- 46.14.2. Os recursos provenientes das indenizações decorrentes dos seguros contratados pela CONCESSIONÁRIA deverão ser utilizados para a garantia da continuidade na execução das ATIVIDADES de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, exceto se o evento resultar em caducidade da CONCESSÃO ou se o PODER CONCEDENTE vier a responder pelo sinistro,

hipótese na qual as indenizações decorrentes das apólices deverão se destinar à sua indenização direta.

46.15. A CONCESSIONÁRIA assume toda a responsabilidade pela abrangência ou omissões decorrentes da realização dos seguros de que trata este CONTRATO, inclusive para fins dos riscos assumidos.

46.16. Ocorrendo o descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de contratar e manter em plena vigência as apólices de seguro, o PODER CONCEDENTE, independentemente da sua faculdade de decretar a intervenção ou a caducidade da CONCESSÃO, poderá proceder à contratação e ao pagamento direto dos prêmios respectivos, correndo a totalidade dos custos às expensas da CONCESSIONÁRIA, que deverá reembolsar o PODER CONCEDENTE, conforme o caso, em 5 (cinco) dias úteis, a contar de sua notificação, sob pena de incidência de juros de mora correspondentes à variação pro rata temporis da taxa SELIC, a contar da data do respectivo vencimento e até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

46.16.1. Caso o reembolso não ocorra no prazo e condições assinalados na Cláusula, poderá o PODER CONCEDENTE acrescer a respectiva quantia ao montante devido a título de ÔNUS VARIÁVEL ou descontar da GARANTIA DE EXECUÇÃO do CONTRATO.

CAPÍTULO XII. FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO

Cláusula 47.FISCALIZAÇÃO

47.1. A alusão, ao longo desta Cláusula, ao PODER CONCEDENTE, inclui não apenas o exercício da fiscalização pelo PODER CONCEDENTE, diretamente, mas, inclusive, o exercício de atividades de fiscalização que, a critério do PODER CONCEDENTE, forem designadas à ARTESP, a qualquer outro órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta, ou mesmo a terceiros contratados para esta finalidade.

47.2. O PODER CONCEDENTE exercerá a mais ampla e completa fiscalização sobre as ATIVIDADES objeto deste CONTRATO, buscando verificar o cumprimento das obrigações nele estabelecidas, bem como sobre a CONCESSIONÁRIA, tomando todas as medidas necessárias para garantir a continuidade das ATIVIDADES de obrigação da CONCESSIONÁRIA, inclusive sustando qualquer atividade em execução que, embasadamente, esteja sendo realizada em desconformidade com o previsto no CONTRATO, imputando as devidas responsabilidades.

47.2.1. O PODER CONCEDENTE, no exercício da fiscalização, poderá, conjuntamente com a CONCESSIONÁRIA, buscar o realinhamento de qualquer inconformidade que verificar na execução do CONTRATO, sustando o exercício de qualquer atividade em caso de impossibilidade de sua correção.

47.2.2. O PODER CONCEDENTE terá, no exercício da fiscalização, livre acesso, em qualquer época, às áreas, instalações e locais referentes à CONCESSÃO, aos livros e documentos relativos à CONCESSIONÁRIA, bem como a livros, registros e documentos

relacionados às ATIVIDADES e serviços abrangidos pela CONCESSÃO, incluindo estatísticas e registros administrativos e contábeis, dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONCESSIONÁRIA, devendo ser prestados, pela CONCESSIONÁRIA, no prazo que lhe for estabelecido, os esclarecimentos que lhe forem formalmente solicitados.

47.3. Para assegurar a adequada fiscalização do PODER CONCEDENTE, em especial a aferição do valor devido a título de ÔNUS VARIÁVEL, a CONCESSIONÁRIA deverá, como condição para o início da OPERAÇÃO COMERCIAL:

- (i) Implantar e manter em perfeito funcionamento, durante todo o período de vigência da CONCESSÃO, o SISTEMA DE CONTROLE E GESTÃO, registrando a totalidade da RECEITA PRINCIPAL e RECEITAS ACESSÓRIAS auferidas pela CONCESSIONÁRIA, franqueando acesso livre e irrestrito ao PODER CONCEDENTE aos registros do sistema eletrônico;
- (ii) conceder ao PODER CONCEDENTE livre e irrestrito acesso a todos os contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros que gerem RECEITA PRINCIPAL e/ou RECEITAS ACESSÓRIAS, especialmente contratos de locação de espaços comerciais, de publicidade, adotando-se, no que pertinente, o procedimento previsto na Cláusula 12.9 e seguintes.

47.4. As determinações que vierem a ser emitidas no âmbito da fiscalização serão imediatamente aplicáveis e vincularão a CONCESSIONÁRIA, que

poderá, em caso de discordância, se valer dos mecanismos de solução de controvérsias estabelecidas neste CONTRATO.

47.5. No exercício da fiscalização, o PODER CONCEDENTE poderá:

- i. Acompanhar a execução das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO, bem como a conservação dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO;
- ii. Proceder às vistorias para a verificação da adequação das instalações e equipamentos, determinando as necessárias correções, reparos, remoções ou substituições, às expensas da CONCESSIONÁRIA;
- iii. Intervir na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, quando necessário, de modo a assegurar a respectiva regularidade e o fiel cumprimento deste CONTRATO e das normas legais pertinentes;
- iv. Exigir a substituição imediata de qualquer empregado que negligencie ou tenha comportamento indevido durante a execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO;
- v. Determinar que sejam refeitas as ATIVIDADES objeto do CONTRATO, sem ônus para o PODER CONCEDENTE, se as já executadas não estiverem satisfatórias; e
- vi. Aplicar as sanções e penalidades previstas neste CONTRATO.

47.6. A fiscalização do PODER CONCEDENTE anotarà em termo próprio de registro as ocorrências apuradas nas fiscalizações realizadas nas ATIVIDADES objeto do CONTRATO executadas pela CONCESSIONÁRIA, encaminhando formalmente as eventuais não conformidades para regularização das faltas ou defeitos verificados, sem prejuízo da imediata aplicação do resultado da fiscalização para os efeitos previstos neste CONTRATO e para fins de instauração de processo administrativo sancionatório.

47.6.1. O processo administrativo sancionatório seguirá o rito da Lei Estadual nº 10.177/1998.

47.6.2. A posterior regularização das faltas apontadas na Fiscalização:

- (i) não afasta o descumprimento havido ou a aplicação da correspondente penalidade, quando cabível.
- (ii) será considerada como atenuante para fins de aplicação da correspondente penalidade no âmbito do processo administrativo.

47.7. O PODER CONCEDENTE poderá acompanhar a execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO por parte da CONCESSIONÁRIA, bem como qualquer aspecto tratado pelo CONTRATO, podendo solicitar esclarecimentos ou modificações, caso entenda haver desconformidades com as obrigações previstas no CONTRATO, seus ANEXOS e normas expedidas pelo PODER CONCEDENTE com base em seu poder regulamentar.

47.8. Sem prejuízo da incidência de qualquer tipo de penalidade, a CONCESSIONÁRIA está obrigada a reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir, às suas expensas e no prazo estipulado pelo PODER CONCEDENTE, as ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO em que se verifiquem vícios, inclusive ocultos, defeitos e/ou incorreções.

47.8.1. O PODER CONCEDENTE poderá exigir que a CONCESSIONÁRIA apresente um plano de ação visando a reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir qualquer atividade executada de maneira viciada, defeituosa e/ou incorreta, relacionada com o objeto deste CONTRATO, em prazo a ser por ele estabelecido.

47.9. Em caso de omissão da CONCESSIONÁRIA em cumprir as determinações do PODER CONCEDENTE, a este será facultado proceder à correção da situação, para remediar os vícios, defeitos e/ou incorreções identificados ou realizar as obrigações de investimento não adimplidas, diretamente ou por intermédio de terceiro, inclusive se valendo de compensação com valores devidos à CONCESSIONÁRIA, pelo PODER CONCEDENTE, ou da GARANTIA DE EXECUÇÃO, correndo os respectivos custos por conta da CONCESSIONÁRIA.

47.10. Para o adequado exercício da fiscalização e acompanhamento contratual pelo PODER CONCEDENTE, e sem prejuízo de qualquer outra obrigação de prestação de informações estabelecida neste CONTRATO, na legislação ou na regulação aplicável, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

- (i) Dar conhecimento imediato ao PODER CONCEDENTE de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações deste CONTRATO e/ou

que possa constituir causa de intervenção na CONCESSIONÁRIA, declaração de caducidade da CONCESSÃO ou rescisão contratual;

- (ii) Apresentar, até 31 de agosto de cada ano, relatório auditado da sua situação contábil, incluindo, dentre outros, o balanço patrimonial e a demonstração de resultados correspondentes ao semestre encerrado em 30 de junho do respectivo ano;
- (iii) Apresentar, até 30 de abril de cada ano, atendendo às disposições da Lei Federal n.º 6.404/1976 e da Lei Federal n.º 11.638/2007, as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior, incluindo, dentre outros, o relatório da administração, o balanço patrimonial, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, a demonstração de resultados do exercício e a demonstração dos fluxos de caixa, as notas explicativas do balanço patrimonial, parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal da SPE, se existente, e ainda, caso a SPE seja companhia aberta, a demonstração de valor adicionado;
- (iv) Publicar, na forma da lei, as demonstrações financeiras e manter os registros contábeis de todas as operações em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, as normas técnicas brasileiras de contabilidade aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
- (v) Dar conhecimento imediato de toda e qualquer situação que corresponda a fatos que alterem de modo relevante o normal desenvolvimento das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, apresentando, por escrito e no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre tais fatos, incluindo, se o caso, contribuição de entidades especializadas, externas à CONCESSIONÁRIA, com as

medidas tomadas ou em curso para superar ou sanar referidos fatos ou circunstâncias;

- (vi) Apresentar, em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados do encerramento de cada trimestre, as demonstrações contábeis em conformidade com a legislação societária, bem como os balancetes mensais de fechamento, devidamente assinados pelo contador responsável;
- (vii) Apresentar, no prazo estabelecido pelo PODER CONCEDENTE, outras informações adicionais ou complementares, que este venha formalmente solicitar;
- (viii) Atender a todas as determinações do PODER CONCEDENTE, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO;
- (ix) Apresentar, trimestralmente, relatório com as providências adotadas para resolução das reclamações dos USUÁRIOS encaminhadas pelo PODER CONCEDENTE, bem como o tempo necessário à sua implementação;

47.11. Pela execução da fiscalização da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE, ou o órgão ou entidade responsável pela fiscalização, fará jus ao recebimento do valor correspondente a 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o FATURAMENTO BRUTO da CONCESSIONÁRIA, conforme previsto na Cláusula 14.

CAPÍTULO XIII. RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS

Cláusula 48. RESPONSABILIDADE GERAL

48.1. A CONCESSIONÁRIA responderá, nos termos da legislação aplicável, por quaisquer prejuízos causados a terceiros, por si ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços, ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das ATIVIDADES abrangidas pela CONCESSÃO, não sendo assumida pelo PODER CONCEDENTE ou por qualquer outra entidade da Administração Pública Direta ou Indireta Estadual qualquer espécie de responsabilidade dessa natureza.

Cláusula 49. CONTRATOS COM TERCEIROS

49.1. É permitida a contratação de terceiros, por conta e risco da CONCESSIONÁRIA, nos termos admitidos legalmente, desde que isso não implique transferência do exercício da posição de CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO, devendo a CONCESSIONÁRIA permanecer responsável pela gestão da execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, e desde que não implique em oneração de seu custo ou detrimento de sua qualidade e segurança.

49.2. A CONCESSIONÁRIA deverá, obrigatoriamente, informar ao PODER CONCEDENTE a contratação de terceiros para a prestação de serviços relevantes para o desenvolvimento de ATIVIDADES inerentes, acessórias ou complementares àquelas constantes do objeto da CONCESSÃO, tais como elaboração dos projetos, manutenção, conservação e construção.

49.2.1. O fato de o contrato com terceiros ter sido de conhecimento do PODER CONCEDENTE ou de qualquer outra entidade da Administração Pública Direta ou Indireta Estadual não poderá ser alegado pela CONCESSIONÁRIA para eximir-se do cumprimento total ou parcial de suas obrigações decorrentes do CONTRATO, ou justificar qualquer atraso ou modificação nos investimentos exigidos nesta CONCESSÃO.

49.3. Os contratos de prestação de serviços entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não estabelecendo relação de qualquer natureza entre os terceiros e o PODER CONCEDENTE.

49.4. A CONCESSIONÁRIA deverá exigir dos seus contratados a comprovação de regularidade dos recolhimentos fiscais e previdenciários, bem como do cumprimento das obrigações trabalhistas, e demais regularidades pertinentes, mantendo tais documentos sob sua guarda e responsabilidade.

49.5. A CONCESSIONÁRIA deverá submeter à prévia anuência do PODER CONCEDENTE a contratação de terceiro que tenha figurado como LICITANTE na LICITAÇÃO, que tenha sido inabilitado, desclassificado ou vencido na LICITAÇÃO.

49.5.1. No pedido de anuência, a CONCESSIONÁRIA deverá explicitar as razões que justificam a contratação pretendida e a justificativa da escolha de terceiro que tenha participado da LICITAÇÃO.

49.5.2. O PODER CONCEDENTE decidirá, ao seu exclusivo critério, quanto à anuência para a contratação, deixando de

aprovar quando identificar que a contratação decorre, real ou potencialmente, de qualquer espécie de vício, conluio ou composição entre as partes no processo licitatório.

49.6. A regra prevista na Cláusula 49.5. aplica-se, igualmente, às hipóteses de alteração da composição acionária da SPE.

49.7. A CONCESSIONÁRIA será integralmente responsável por todos e quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações tributária, trabalhista e previdenciária, além de quaisquer outros que decorrerem do desenvolvimento de suas atividades.

Cláusula 50.DA SUBCONTRATAÇÃO

50.1. A CONCESSIONÁRIA somente poderá subcontratar a execução das ATIVIDADES descritas na Cláusula 5.1, inclusive por meio de empresas estrangeiras, caso sejam respeitadas as obrigações previstas na Cláusula 49. e ANEXO 01.

50.2. Em nenhuma hipótese a CONCESSIONÁRIA poderá subcontratar a gestão total dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

50.3. Na hipótese de substituição de qualquer dos subcontratados previstos nesta Cláusula 50, deverá haver a expressa não objeção do PODER CONCEDENTE, sendo obrigatória a comprovação de que a nova empresa subcontratada também detenha as condições técnicas e financeiras suficientes para a perfeita execução do contrato.

50.4. A CONCESSIONÁRIA se responsabiliza por todos os atos praticados pelas subcontratadas, não podendo invocar qualquer disposição em sentido contrário, ainda que previstas no contrato de subcontratação.

Cláusula 51.DA SUBCONCESSÃO

51.1. Fica vedada qualquer tipo de subconcessão em relação às ATIVIDADES objeto do presente CONTRATO, assim entendida a transferência, total ou parcial, dos encargos da CONCESSIONÁRIA a terceiros, que passariam a assumir, diretamente, direitos e obrigações da CONCESSIONÁRIA, previstos neste CONTRATO.

CAPÍTULO XIV. INTERVENÇÃO

Cláusula 52. INTERVENÇÃO

52.1. O PODER CONCEDENTE poderá, sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a qualquer tempo, intervir na CONCESSÃO nas hipóteses abaixo, mediante prévia e expressa justificativa, para assegurar a regularidade, a adequação e a continuidade da execução das ATIVIDADES previstas no objeto do CONTRATO e/ou o cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

- (i) Cessação ou interrupção, total ou parcial, das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO, por culpa da CONCESSIONÁRIA;
- (ii) Deficiências graves na organização da CONCESSIONÁRIA ou no normal desenvolvimento das ATIVIDADES abrangidas pela CONCESSÃO;
- (iii) Situações que ponham em risco a exploração e manutenção adequada dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, o erário público, a saúde e a segurança dos USUÁRIOS, de pessoas e de bens;
- (iv) Utilização dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO para fins ilícitos; e
- (v) Prática reincidente de infrações graves, nos termos deste CONTRATO.

52.2. Verificando-se qualquer situação que possa ensejar a decretação de intervenção da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE deverá notificar a CONCESSIONÁRIA para, no prazo que lhe for fixado, sanar as irregularidades indicadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades que se revelarem cabíveis.

52.3. Decorrido o prazo fixado na notificação de que trata a Cláusula 52.2, sem que a CONCESSIONÁRIA sane as irregularidades ou tome providências que, a critério do PODER CONCEDENTE, demonstrem o efetivo propósito de saná-las, poderá ser decretada a intervenção, por ato motivado do Governador do Estado de São Paulo, devidamente publicado no DOE/SP, indicando, no mínimo, os motivos da intervenção, a designação do interventor, o prazo e os limites da intervenção.

52.4. Decretada a intervenção na CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE, ou a qualquer outro órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta do Estado de São Paulo, assumirá, temporariamente, diretamente ou através de interventor nomeado no decreto de intervenção, a execução das ATIVIDADES objeto do presente CONTRATO, bem como a posse dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, inclusive os BENS PRIVADOS, e, ainda, os contratos, direitos e obrigações relacionadas com o objeto do CONTRATO ou necessários à sua manutenção.

52.4.1. A função do interventor poderá ser exercida por agente dos quadros do PODER CONCEDENTE, ou, ainda, pessoa especificamente nomeada, colegiado ou empresas, assumindo, nestes últimos casos, a CONCESSIONÁRIA os custos da remuneração.

52.4.2. A intervenção implica, automaticamente, a transferência compulsória e temporária, para o interventor, da administração da CONCESSIONÁRIA.

52.5. Decretada a intervenção, o PODER CONCEDENTE, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurará procedimento administrativo, que deverá estar concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para comprovar as causas determinantes da intervenção e apurar as respectivas responsabilidades, assegurando à CONCESSIONÁRIA amplo direito de defesa.

52.5.1. Será declarada inválida a intervenção se ficar comprovado que não foram observados os pressupostos legais e regulamentares para sua decretação, devendo as ATIVIDADES objeto do CONTRATO retornar imediatamente à CONCESSIONÁRIA.

52.6. Cessada a intervenção, o PODER CONCEDENTE deverá reconduzir a CONCESSIONÁRIA à execução das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO, retornando-lhe a posse dos bens cuja posse tenha sido assumida pelo interventor, e o exercício da posição contratual, direitos e obrigações inerentes a tal execução, exceto se decretada a caducidade da CONCESSÃO.

52.7. Com a cessação da intervenção, deverá ser realizada prestação de contas pelo PODER CONCEDENTE, diretamente ou na pessoa de interventor nomeado para esse fim, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão. O PODER CONCEDENTE indenizará a CONCESSIONÁRIA por eventuais danos diretos que tenha causado durante o período da intervenção.

52.8. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a disponibilizar instalações adequadas e meios operacionais para o interventor, incluindo recursos humanos e materiais, imediatamente após a decretação da intervenção.

52.9. As receitas realizadas durante o período da intervenção serão utilizadas para cobertura dos encargos resultantes do desenvolvimento das ATIVIDADES correspondentes ao objeto do CONTRATO, necessárias para restabelecer a sua normal execução, pagamento dos encargos com seguros e garantias, dos encargos decorrentes de financiamento e ressarcimento dos custos de administração.

52.9.1. Eventuais custos adicionais decorrentes da intervenção caberão à CONCESSIONÁRIA. Se o valor correspondente à RECEITA PRINCIPAL e RECEITAS ACESSÓRIAS que seriam devidas à CONCESSIONÁRIA não for suficiente para cobrir as despesas necessárias à continuidade das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, em regime de intervenção, o PODER CONCEDENTE poderá utilizar a GARANTIA DE EXECUÇÃO para obter os recursos faltantes. Caso a garantia não seja suficiente, a CONCESSIONÁRIA deverá ressarcir o PODER CONCEDENTE nos prazos por ele fixados.

52.9.2. Finda a intervenção, o eventual saldo remanescente decorrente da exploração da CONCESSÃO será entregue à CONCESSIONÁRIA, salvo se esta for extinta, situação em que se aplicarão as disposições específicas.

CAPÍTULO XV. EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

Cláusula 53.CASOS DE EXTINÇÃO

53.1. A CONCESSÃO extinguir-se-á por:

- (i) Advento do termo contratual;
- (ii) Encampação;
- (iii) Caducidade;
- (iv) Rescisão;
- (v) Anulação decorrente de vício ou irregularidade não convalidável constatada no procedimento ou no ato de sua outorga; e
- (vi) Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.

53.2. Extinta a CONCESSÃO, haverá a assunção imediata das ATIVIDADES objeto do presete CONTRATO e dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE, revertendo-se os equipamentos, instalações e outros bens, direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO, incluindo aqueles transferidos à CONCESSIONÁRIA e os por ela adquiridos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, nos termos previstos neste CONTRATO.

53.3. No caso de extinção da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE poderá, a depender do evento motivador da extinção do CONTRATO, e conforme previsões deste CAPÍTULO XV:

- (i) Assumir, direta ou indiretamente, a execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, no estado em que se encontrar;
- (ii) Ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e valer-se de pessoal empregado na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, necessários à sua continuidade;
- (iii) Aplicar as penalidades cabíveis;
- (iv) Reter e executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO, para recebimento de multas administrativas e ressarcimento de prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA; e
- (v) Manter, sempre que possível, os contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros pelo prazo e nas condições inicialmente ajustadas, respondendo os terceiros pelos prejuízos decorrentes do não cumprimento das obrigações assumidas.

Cláusula 54. ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

54.1. A CONCESSÃO extingue-se quando se verificar o termo do prazo de sua duração, de conformidade com a Cláusula 8, terminando, por consequência, as relações contratuais entre as PARTES, com exceção daquelas expressamente previstas neste CONTRATO e de obrigações pós-contratuais atribuídas à CONCESSIONÁRIA.

54.2. Verificando-se o advento do termo contratual, sem prejuízo de eventual sub-rogação contratual de eventual futuro concessionário, a CONCESSIONÁRIA será inteira e exclusivamente responsável pelo

encerramento de quaisquer contratos de que seja parte e que seja decorrente da execução das ATIVIDADES objeto deste CONTRATO.

54.2.1. O PODER CONCEDENTE não assumirá, salvo quando do exercício da prerrogativa mencionada na Cláusula 53.3, v, qualquer responsabilidade ou ônus quanto aos contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA, não sendo devida nenhuma indenização à CONCESSIONÁRIA ou a terceiros pelo encerramento de tais relações contratuais.

54.2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá tomar as medidas necessárias à facilitação das tratativas entre o PODER CONCEDENTE e os terceiros por ela contratados visando a garantir a possibilidade de exercício da prerrogativa mencionada na Cláusula 53.3, v.

54.3. Antes da data do término de vigência contratual, o PODER CONCEDENTE estabelecerá, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, programa de desmobilização operacional, a fim de definir as regras e procedimentos para a assunção dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE, ou por terceiro autorizado, conforme Cláusula 19.

54.3.1. Constitui obrigação da CONCESSIONÁRIA cooperar com o PODER CONCEDENTE para que não haja qualquer interrupção na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, com o advento do termo contratual e consequente extinção deste CONTRATO, devendo, dentre outros, cooperar na capacitação de servidores do PODER CONCEDENTE, outro ente da Administração Pública que este indique ou de eventual novo concessionário, colaborando na transição e no que demais for

necessário à continuidade da exploração e manutenção dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, resguardadas as situações de sigilo empresarial devidamente justificadas e que contem com a concordância do PODER CONCEDENTE.

54.4. Com o advento do termo contratual, a CONCESSIONÁRIA não fará jus a qualquer indenização relativa a investimentos em BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO previstos originalmente neste CONTRATO, observada a disciplina e as ressalvas previstas nas Cláusula 18 e 19.

Cláusula 55. ENCAMPAÇÃO

55.1. O PODER CONCEDENTE poderá, durante a vigência da CONCESSÃO, promover sua retomada, por motivo de interesse público devidamente justificado em processo administrativo precedido de lei autorizativa, garantindo-se o devido processo legal, após prévio pagamento à CONCESSIONÁRIA da indenização estabelecida neste CONTRATO.

55.2. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA, em caso de encampação, nos termos do artigo 36 da Lei Federal nº 8.987/1995, deverá ser paga previamente à encampação, e cobrirá, necessariamente:

- (i) As parcelas dos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para garantir a continuidade e atualidade das ATIVIDADES objeto do CONTRATO ou para o cumprimento das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA;

- (ii) Todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidos, por decorrência da encampação, a fornecedores, contratados e terceiros em geral, em decorrência do rompimento dos vínculos contratuais, devendo tais valores serem compatíveis aos praticados no mercado, em especial no caso de contratação de PARTES RELACIONADAS à CONCESSIONÁRIA;
- (iii) Indenizações devidas a título de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO, já apurados em procedimento administrativo específico, em favor da CONCESSIONÁRIA;
- (iv) Lucros cessantes.

55.3. Exclusivamente para fins da indenização para o caso de encampação:

- (i) o método de amortização utilizado no cálculo será o da linha reta (amortização constante), considerando o prazo de vigência do CONTRATO;
- (ii) não serão considerados eventuais ágios de aquisição;

55.3.1. Os custos contabilizados terão como limite máximo os valores aprovados pelo PODER CONCEDENTE na forma deste CONTRATO, e atualizados conforme o IPC do ano contratual do reconhecimento do investimento até o ano contratual do pagamento da indenização.

55.3.2. Os componentes indicados na Cláusula 55.2, (i) e (ii), deverão ser atualizados conforme o IPC do período

compreendido entre (i) o início do ano contratual em que ocorre o reconhecimento do investimento ou (i) o fato gerador dos encargos e ônus, e até o ano contratual da data do pagamento da indenização.

55.3.3. O componente indicado na Cláusula 55.2, (iv), será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$LC = A \times [(1 + NTN\text{B}')^n - 1]$$

Onde:

LC = lucros cessantes indicados na Cláusula 55.2, (iv);

A = os investimentos indicados na Cláusula 55.2, (i);

NTNB' = taxa bruta de juros real de venda das NTN-B, ex-ante a dedução do Imposto de Renda, com vencimento compatível com o término do CONTRATO, caso não houvesse a extinção antecipada, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, considerando a média das cotações disponíveis nos 3 (três) meses anteriores à data do pagamento da indenização; e

n = período restante entre a data do pagamento da indenização e o advento do termo contratual, caso não houvesse a extinção antecipada do CONTRATO, na mesma base da NTN\text{B}'.

55.4. O pagamento realizado na forma estabelecida nesta Cláusula corresponderá à quitação completa, geral e irrestrita quanto ao devido pelo PODER CONCEDENTE em decorrência da indenização por encampação, não podendo a CONCESSIONÁRIA exigir, administrativamente, a qualquer título, outras indenizações, inclusive por lucros cessantes e danos emergentes, servindo tal pagamento, no caso de acordo entre as PARTES, como termo de quitação geral e irrestrito, hipótese na qual a CONCESSIONÁRIA não poderá pleitear outras indenizações em arbitragem ou junto ao Poder Judiciário.

55.5. A desoneração da CONCESSIONÁRIA em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamento por ela contraídos para o cumprimento do CONTRATO poderá ser realizada por:

- (i) assunção, pelo PODER CONCEDENTE ou por terceiros, por sub-rogação, perante os FINANCIADORES credores, das obrigações contratuais remanescentes da CONCESSIONÁRIA, limitada ao montante de indenização calculado conforme disposto na Cláusula 55.2; ou
- (ii) prévia indenização à CONCESSIONÁRIA, limitada ao montante de indenização calculado conforme disposto na Cláusula 55.2, da totalidade dos débitos remanescentes que esta mantiver perante FINANCIADORES credores.

55.5.1. O valor indicado na Cláusula 55.5, (ii), poderá ser pago pelo PODER CONCEDENTE diretamente aos FINANCIADORES, conforme aplicável.

55.5.2. O valor referente à desoneração constante da Cláusula 55.5 55.5 deverá ser descontado do montante da indenização devida.

55.6. O prévio pagamento da indenização, previsto no artigo 37 da Lei Federal n.º 8.987/1995, corresponde ao pagamento do valor devido na forma da Cláusula 55.2 no dia imediatamente posterior à retomada do objeto da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE.

55.7. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização devida.

Cláusula 56. CADUCIDADE

56.1. A inexecução total ou parcial do CONTRATO, ou dos deveres impostos em lei ou regulamento acarretará, a critério do PODER CONCEDENTE, a decretação de caducidade da CONCESSÃO, que será precedida de competente processo administrativo, garantindo-se o devido processo legal, depois de esgotadas as possibilidades de solução pela via administrativa previstas neste CONTRATO, sem prejuízo das aplicações das sanções contratuais.

56.2. A caducidade da CONCESSÃO poderá ser decretada, nos seguintes casos, além daqueles enumerados pela Lei Federal nº 8.987/1995, com suas alterações:

- (i) Execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO de forma inadequada ou deficiente, com inobservância das normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade e dos níveis de serviços exigidos neste CONTRATO, nos ANEXOS, e nos demais instrumentos de gestão e controle aplicados pelo PODER CONCEDENTE;
- (ii) Descumprimento de cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à CONCESSÃO, que comprometam a sua continuidade ou a segurança de USUÁRIOS, empregados, ou terceiros;
- (iii) Ocorrência de desvio da CONCESSIONÁRIA de seu objeto social;
- (iv) Alteração do controle societário da CONCESSIONÁRIA, ou oneração de suas ações, sem a prévia e expressa aprovação do PODER CONCEDENTE, observando-se a disciplina prevista no CAPÍTULO V;
- (v) Paralisação das ATIVIDADES objeto do CONTRATO por ato da CONCESSIONÁRIA, ou caso esta contribua para tanto, ressalvados os casos de força maior previstos neste CONTRATO;
- (vi) Ocorrência de reiterada oposição ao exercício da fiscalização, não acatamento das determinações do PODER CONCEDENTE, ou ainda desobediência reiterada às normas de operação e às demais penalidades previstas neste CONTRATO e nos seus anexos;
- (vii) Omissão na contabilização da RECEITA PRINCIPAL ou RECEITAS ACESSÓRIAS, quando comprovada a atuação deliberada e consciente da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo da aplicação da penalidade prevista no ANEXO 02 do CONTRATO (PENALIDADES);

- (viii) Perda ou comprometimento das condições econômico-financeiras, técnicas ou operacionais para manter os níveis de serviço adequados, em especial, o patrimônio líquido exigido para fins de habilitação na LICITAÇÃO;
- (ix) Falta de cumprimento das penalidades impostas por infrações, nos prazos estabelecidos;
- (x) Desatendimento à determinação do PODER CONCEDENTE para atender aos níveis de serviços e/ou regularizar a realização das ATIVIDADES objeto do CONTRATO; Condenação da CONCESSIONÁRIA, por sentença transitada em julgado, por sonegação tributária, incluindo contribuições sociais;
- (xi) Descumprimento do dever de manter íntegra a GARANTIA DE EXECUÇÃO, ou não complementá-la até o valor estabelecido em tempo hábil, caso seja utilizada, por qualquer motivo;
- (xii) Descumprimento do dever de manter íntegros os seguros exigidos na Cláusula 46;
- (xiii) Transferência da CONCESSÃO a terceiros, salvo no caso do *step-in-rights*, conforme previsto em lei;
- (xiv) Não atendimento da CONCESSIONÁRIA à intimação do PODER CONCEDENTE para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa à regularidade fiscal, na vigência do CONTRATO, na forma do art. 29 da Lei Federal nº 8.666/1993.

56.3. A instauração do processo administrativo para decretação da caducidade será precedida de comunicação à CONCESSIONÁRIA, apontando, detalhadamente, os descumprimentos contratuais e a situação de inadimplência, e concedendo-lhe prazo razoável, não inferior a 30 (trinta) dias, para sanar as irregularidades apontadas.

56.4. e a CONCESSIONÁRIA, no prazo que lhe for fixado pelo PODER CONCEDENTE, não corrigir as falhas e transgressões apontadas, ou deixar de tomar providências que, a critério do PODER CONCEDENTE, demonstrem o efetivo propósito de saná-las, será instaurado o competente processo administrativo para configurar a inadimplência da CONCESSIONÁRIA e, ao final e se melhor ao interesse público, a decretação da caducidade da CONCESSÃO, por ato do Governador do Estado de São Paulo.

56.5. A decretação da caducidade da CONCESSÃO implicará na imissão imediata, pelo PODER CONCEDENTE, da posse de todos os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, inclusive os BENS PRIVADOS, e na responsabilidade da CONCESSIONÁRIA por toda e qualquer espécie de ônus, multas, penalidades, indenizações encargos ou compromissos com terceiros, notadamente em relação a obrigações de natureza trabalhista, tributária e previdenciária.

56.6. Declarada a caducidade não resultará para o PODER CONCEDENTE qualquer espécie de ônus ou responsabilidade em relação aos encargos, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.

56.7. A decretação da caducidade da CONCESSÃO ocorrerá independentemente do pagamento de indenização prévia à CONCESSIONÁRIA, a qual eventualmente será apurada no curso do referido processo administrativo, abrangendo as parcelas dos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir o estrito cumprimento das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do CONTRATO, descontado o valor das multas contratuais, dos danos

causados pela concessionária, bem como quaisquer valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejam a declaração de caducidade.

56.8. A caducidade da CONCESSÃO acarretará para a CONCESSIONÁRIA a retenção de seus eventuais créditos decorrentes do CONTRATO, cabendo ao PODER CONCEDENTE:

- (i) Assumir a execução do objeto do CONTRATO, no local e no estado em que se encontrar;
- (ii) Ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e recursos humanos empregados na execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, necessários à sua continuidade;
- (iii) Reter e executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO, para ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo PODER CONCEDENTE;
- (iv) Reter eventuais créditos da CONCESSIONÁRIA decorrentes do CONTRATO, nos casos em que a GARANTIA DE EXECUÇÃO não se mostrar suficiente para ressarcir o PODER CONCEDENTE, e até o limite dos prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE; e
- (v) Aplicar penalidades.

56.9. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA em caso de caducidade da CONCESSÃO restringir-se-á ao valor dos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, e indenizações devidas a título de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, já apurados em procedimento administrativo específico, em favor da

CONCESSIONÁRIA, descontado o valor das multas contratuais e dos danos por ela causados e indenizações devidas a título de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, já apurados em procedimento administrativo específico, em favor do PODER CONCEDENTE.

56.9.1. O componente descrito na Cláusula 56.9 deverá ser atualizado conforme o IPC do período compreendido entre o início do ano contratual em que ocorre o reconhecimento do investimento e o início do ano contratual da data do pagamento da indenização.

56.9.2. Exclusivamente para fins da indenização para o caso de caducidade:

- (i) o método de amortização utilizado no cálculo será o da linha reta (amortização constante), considerando o prazo de vigência da CONCESSÃO;
- (ii) não serão considerados eventuais valores contabilizados a título de despesas pré-operacionais;
- (iii) não serão considerados eventuais ágios de aquisição;

56.9.3. Os custos contabilizados terão como limite máximo os valores aprovados pelo PODER CONCEDENTE, na forma prevista neste CONTRATO, devidamente atualizados conforme o IPC do ano contratual do reconhecimento do investimento até o ano contratual do pagamento da indenização.

56.9.4. Do montante previsto na Cláusula 56.9, serão ainda descontados:

- (i) os prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE;
- (ii) as multas contratuais aplicadas à CONCESSIONÁRIA que não tenham sido pagas;
- (iii) quaisquer valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de caducidade; e
- (iv) outros valores, a título de RECEITA PRINCIPAL ou RECEITAS ACESSÓRIAS, que eventualmente sejam percebidos pela CONCESSIONÁRIA após a decretação da caducidade.

56.10. O PODER CONCEDENTE poderá promover nova licitação para a concessão da execução de todas ou de algumas das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, atribuindo ao futuro vencedor o ônus do pagamento da indenização aos FINANCIADORES, ou diretamente à CONCESSIONÁRIA, conforme o caso.

56.11. A aplicação de penalidade, bem como a caducidade da CONCESSÃO, não eximem a CONCESSIONÁRIA do pagamento de indenização dos prejuízos que esta tenha causado ao PODER CONCEDENTE ou a terceiros, ainda que seus efeitos repercutam após a extinção da CONCESSÃO.

56.12. Declarada a caducidade e paga a respectiva indenização eventualmente devida, não resultará ao PODER CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou

compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA, inclusive débitos trabalhistas e previdenciários.

56.13. O pagamento realizado na forma estabelecida nesta Cláusula corresponderá à quitação completa, geral e irrestrita quanto ao devido pelo PODER CONCEDENTE em decorrência da indenização por caducidade, não podendo a CONCESSIONÁRIA exigir, administrativamente, a qualquer título, outras indenizações, inclusive, por lucros cessantes e danos emergentes, servindo tal pagamento, no caso de acordo entre as partes, como termo de quitação geral e irrestrito, hipótese na qual a CONCESSIONÁRIA não poderá pleitear outras indenizações em arbitragem ou junto ao Poder Judiciário .

Cláusula 57.RESCISÃO

57.1. Este CONTRATO poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, no caso de descumprimento pelo PODER CONCEDENTE de suas obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para este fim.

57.1.1. As ATIVIDADES objeto deste CONTRATO de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA não poderão ser interrompidas ou paralisadas até decisão judicial transitada em julgado, decretando a rescisão do CONTRATO.

57.1.2. Quando o pedido de rescisão for formulado pela CONCESSIONÁRIA, cumpre ao PODER CONCEDENTE, após o término da ação judicial prevista na Cláusula 57.1, em caso de determinação judicial, ou caso esta seja a melhor opção para resguardar o interesse público, assumir a execução das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, ou promover novo

certame licitatório e adjudicar um vencedor, antes de rescindir o CONTRATO em vigência.

57.2. No caso de rescisão do CONTRATO por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, a indenização eventualmente devida à CONCESSIONÁRIA será equivalente àquela exigível na hipótese de encampação, e será calculada nos termos da Cláusula 55.

57.2.1. As multas, as indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização prevista para o caso de rescisão do CONTRATO.

57.3. A rescisão poderá ser ainda amigável, por acordo entre as PARTES, desde que haja conveniência para o PODER CONCEDENTE.

57.4. Para fins de cálculo da indenização indicada nesta Cláusula, considerar-se-ão os valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.

57.5. Declarada a rescisão, cumprirá ao PODER CONCEDENTE assumir a imediata execução do objeto contratual, se antes já não o tiver feito, ou promover novo certame licitatório, adjudicando a CONCESSÃO a um vencedor preferencialmente antes da rescisão definitiva deste CONTRATO.

Cláusula 58.FALÊNCIA E EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

- 58.1. A CONCESSÃO será extinta caso a CONCESSIONÁRIA tenha sua falência decretada, por sentença transitada em julgado, ou no caso de recuperação judicial que prejudique a execução deste CONTRATO.
- 58.2. Decretada a falência, o PODER CONCEDENTE imitir-se-á na posse de todos os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO e assumirá imediatamente a execução do objeto do presente CONTRATO.
- 58.3. Na hipótese de extinção da CONCESSIONÁRIA ou de qualquer de seus acionistas por decretação de falência fraudulenta ou dissolução da CONCESSIONÁRIA por deliberação de seus acionistas, aplicar-se-ão as mesmas disposições referentes à caducidade da CONCESSÃO, com instauração do devido processo administrativo para apuração do efetivo prejuízo e determinação das sanções aplicáveis.
- 58.4. Não será realizada partilha do eventual acervo líquido da CONCESSIONÁRIA extinta, entre seus acionistas, antes dos pagamentos de todas as obrigações com o PODER CONCEDENTE e com terceiros, e sem a emissão do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO pelo PODER CONCEDENTE.

Cláusula 59. ANULAÇÃO DA CONCESSÃO

- 59.1. O CONTRATO poderá ser anulado em caso de ilegalidade não convalidável no processo licitatório, em sua formalização ou em cláusula essencial que comprometa a execução das ATIVIDADES objeto do CONTRATO, por meio do devido processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo o procedimento de anulação iniciado a

partir da notificação emitida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA.

59.2. Se a ilegalidade mencionada na Cláusula 59.1 acima não decorrer de ato praticado pela ADJUDICATÁRIA, o PODER CONCEDENTE poderá manter a validade do CONTRATO, caso se revele legalmente possível o aproveitamento dos atos realizados.

59.3. Na hipótese de anulação da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA será indenizada com o ressarcimento dos investimentos realizados e não amortizados, desde que não tenha concorrido para o vício que motivou a anulação, sendo vedado o pagamento de lucros cessantes.

59.3.1. As multas e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA serão descontados da indenização prevista nesta Cláusula 59.3.

59.4. O PODER CONCEDENTE poderá promover nova licitação do objeto do CONTRATO, atribuindo ao futuro vencedor o ônus do pagamento da indenização diretamente aos FINANCIADORES, ou diretamente à CONCESSIONÁRIA, conforme o caso.

59.5. Para fins de cálculo da indenização indicada nesta Cláusula, considerar-se-ão os valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a anulação do contrato.

CAPÍTULO XVI. SANÇÕES E PENALIDADES

Cláusula 60. SANÇÕES E PENALIDADES

60.1. As penalidades aplicáveis no âmbito deste CONTRATO, bem como sua gradação, deverão seguir o procedimento previsto nesta Cláusula, bem como o regramento estabelecido pelo ANEXO 02 do CONTRATO (PENALIDADES), e sua imposição será efetivada mediante processo administrativo sancionador, que obedecerá ao rito estabelecido na Lei Estadual n.º 10.177/1998, garantida a ampla defesa e o contraditório, nos termos e prazos legais.

60.2. Na aplicação das sanções, o PODER CONCEDENTE observará o disposto no ANEXO 02 do CONTRATO (PENALIDADES).

60.3. O não cumprimento de obrigações previstas neste CONTRATO, em seus ANEXOS e no Edital, na legislação e/ou regulamentação aplicáveis, ensejará, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e penal eventualmente cabíveis, na aplicação das seguintes penalidades contratuais:

- (i) advertência;
- (ii) multa pecuniária;
- (iii) declaração de caducidade da CONCESSÃO;
- (iv) suspensão temporária do direito de licitar e/ou impedimento de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA do ESTADO, por prazo não superior a 2 (dois) anos; ou

- (v) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos da punição.

60.4. O PODER CONCEDENTE poderá, nas hipóteses especificadas neste CONTRATO e desde que atendido o interesse público, conceder período adicional para correção de irregularidades, pela CONCESSIONÁRIA, promovendo assim a suspensão da aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA e do cômputo de eventual multa diária em curso, visando com isso ao não agravamento de situações já danosas que comprometam a continuidade das ATIVIDADES objeto da CONCESSÃO, e sem prejuízo das penas já aplicadas, cuja exigibilidade será restabelecida ao final do período adicional outorgado.

60.4.1. O período adicional para correção de irregularidades concedido nos termos da Cláusula 60.4 não suspende a tramitação de processo(s) sancionador(es), salvo decisão expressa em contrário.

60.4.2. O período adicional para correção de irregularidades concedido nos termos da Cláusula 60.4 se estenderá por prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis a critério do PODER CONCEDENTE.

60.4.3. Findo o período adicional para correção de irregularidades concedido nos termos da Cláusula 60.4 e não resolvida a situação gravosa que o originou, serão retomadas as aplicações de penalidades e exigidas aquelas já aplicadas pelo PODER CONCEDENTE e avaliada a pertinência da instauração de processo de caducidade, nos termos deste CONTRATO, caso esse já não estivesse em curso.

- 60.5. As penalidades previstas neste CONTRATO poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, dependendo da gravidade do ato.
- 60.6. O benefício que tenha a CONCESSIONÁRIA auferido em razão da prática de ato tido como infração deverá ser repassado ao PODER CONCEDENTE, de modo a se evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.
- 60.7. A aplicação das multas contratuais não se confunde com a possibilidade de execução da GARANTIA DA EXECUÇÃO, prevista na Cláusula 45.
- 60.8. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas, comprovadamente devidas em processo administrativo transitado em julgado, reverterão em favor do PODER CONCEDENTE, sendo somadas os valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE.
- 60.8.1. O não recolhimento de qualquer multa aplicada, nos termos e prazo fixados pelo PODER CONCEDENTE neste CONTRATO, caracterizará falta grave, e poderá ensejar a intervenção na CONCESSIONÁRIA, além de implicar a incidência de correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado pro rata die, podendo o PODER CONCEDENTE executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO.
- 60.9. As multas previstas serão aplicadas sem prejuízo da caracterização das hipóteses de intervenção ou declaração de caducidade, ambas previstas neste CONTRATO, ou, ainda, da aplicação de outras sanções previstas neste CONTRATO.

60.10. Na hipótese de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de qualquer de suas obrigações previstas neste CONTRATO, no EDITAL e em seus ANEXOS, na legislação e/ou regulamentação aplicáveis, ainda que não haja no ANEXO 02 do CONTRATO (PENALIDADES) ou no CONTRATO tipificação expressa da ação ou omissão praticada pela CONCESSIONÁRIA, esta ficará sujeita à aplicação de penalidades, respeitados os valores mínimos e máximos das penalidades previstas no ANEXO 02 do CONTRATO (PENALIDADES), observado o procedimento previsto na Lei Estadual n.º 10.177/1998, garantindo-se a proporcionalidade entre a infração e a correspondente sanção mediante observância dos seguintes critérios:

- (i) a natureza e a gravidade da infração;
- (ii) o dano dela resultante ao PODER CONCEDENTE, aos USUÁRIOS ou ao níveis de segurança e qualidade das ATIVIDADES executadas pela CONCESSIONÁRIA;
- (iii) as vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- (iv) as circunstâncias atenuantes e agravantes; e
- (v) os antecedentes da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventual reincidência; e

60.10.1. Considera-se reincidência, para fins deste CONTRATO, a prática da mesma infração que já tenha sido objeto de condenação no âmbito de processo administrativo instaurado pelo PODER CONCEDENTE, dentro do período de 12 (doze)

meses, contados da data da primeira infração cometida pela CONCESSIONÁRIA, quando se tratar de medição mensal, ou dentro do período de 03 (três) anos, quando se tratar de medição anual.

Cláusula 61.DO PROCEDIMENTO

61.1. As penalidades aplicáveis no âmbito deste CONTRATO, seja em função do regramento estabelecido no ANEXO 02 do CONTRATO ou da Cláusula 60, serão efetivadas mediante processo administrativo sancionador, que obedecerá o rito estabelecido na Lei Estadual n.º 10.177/1998, garantida a ampla defesa e o contraditório, nos termos e prazos legais.

61.2. A fiscalização das ATIVIDADES executadas pela CONCESSIONÁRIA será feita, preferencialmente, de forma eletrônica, diretamente pelo PODER CONCEDENTE, por outro órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do ESTADO, ou por terceiros contratados para esta finalidade.

61.3. Constatado algum tipo de infração contratual no exercício da fiscalização, que importe em potencial aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA, o responsável pela fiscalização deverá fazer um relatório de fiscalização, contendo:

- (i) descrição pormenorizada do(s) fato(s) constatado(s);
- (ii) indicação de eventual reincidência, constando a data da última ocorrência, se o caso;

- (iii) enquadramento do fato constatado com os fatos geradores previstos no ANEXO 02 do CONTRATO (PENALIDADES) ou no CONTRATO;
- (iv) indicação da penalidade cabível; e
- (v) identificação do agente fiscalizador.

61.3.1. Eventuais erros de enquadramento ou de indicação da penalidade cabível pelo agente fiscalizador poderão ser sanados no âmbito do processo administrativo sancionador, devendo sempre ser devolvido o prazo de defesa para que a CONCESSIONÁRIA tenha a possibilidade de se manifestar novamente.

61.4. Caso não haja tipificação expressa da ação ou omissão praticada pela CONCESSIONÁRIA, o relatório de fiscalização deverá conter, além do conteúdo previsto no inciso (iii) da Cláusula 61.3, todas as informações listadas na Cláusula 60.10.

61.5. Finalizado o relatório de fiscalização, ele deverá ser encaminhado para a autoridade competente do PODER CONCEDENTE, para fins de avaliação quanto à instauração de processo administrativo sancionador, seguindo-se o regular trâmite legal previsto no artigo 63 da Lei Estadual n.º 10.177/1998.

61.5.1. Intimada, caberá à CONCESSIONÁRIA a apresentação de defesa no prazo previsto no artigo 63, inciso III, da Lei Estadual n.º 10.177/1998, instruindo-a com os elementos probatórios que julgar convenientes.

61.6. Não acolhidas as razões apresentadas pela CONCESSIONÁRIA, ou transcorrido o prazo legal sem apresentação de defesa, e concluindo-se pela ocorrência de infração contratual, será aplicada a sanção cabível, mediante intimação da CONCESSIONÁRIA.

61.6.1. A intimação sobre a aplicação de penalidades será realizada por meio de notificação escrita, mediante recibo ou enviada eletronicamente, determinando, quando se tratar de multa, o seu pagamento, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis a contar de seu recebimento, se outro prazo não for definido.

61.6.2. A CONCESSIONÁRIA deverá manter atualizado junto ao PODER CONCEDENTE o endereço eletrônico pelo qual receberá quaisquer notificações, intimações ou comunicações relativas ao presente CONTRATO, adotando-se como termo inicial para a contagem de prazos o dia útil imediatamente subsequente ao envio da comunicação eletrônica.

61.7. Na hipótese de eventual penalidade aplicada pelo PODER CONCEDENTE, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da intimação pela CONCESSIONÁRIA, uma única vez, diretamente à autoridade hierarquicamente superior, no âmbito do PODER CONCEDENTE, à que prolatou a decisão, observado o disposto no artigo 44 da Lei Estadual n.º 10.177/1998.

CAPÍTULO XVII. INTERVENIENTES-ANUENTES

Cláusula 62. RESPONSABILIDADE

62.1. A ADJUDICATÁRIA da LICITAÇÃO, ou os consorciados que a compõem, conforme o caso, responderá (ão), em conjunto ou isoladamente e de forma solidária, por todos os atos praticados pela CONCESSIONÁRIA durante a execução deste CONTRATO, mantendo-se esta solidariedade até a total integralização do capital social da SPE, responsabilidade esta limitada ao valor da parcela faltante para integralização do capital inicialmente subscrito.

62.2. A ADJUDICATÁRIA da LICITAÇÃO, ou os consorciados que a compõem, conforme o caso, figurá (ão) como interveniente(s)-anuente(s) no CONTRATO, obrigando-se a assinar conjuntamente com a SPE o termo aditivo de que trata a Cláusula 9.3, assumindo as responsabilidades previstas para os membros ou acionistas da CONCESSIONÁRIA, em especial as previstas no CAPÍTULO XVI.

CAPÍTULO XVIII. MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Cláusula 63.DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS CONTRATUAIS

63.1. As PARTES deverão envidar os melhores esforços para resolver amigavelmente, utilizando-se do princípio da boa fé, por meio de negociação direta, qualquer divergência/conflito de interesse que venha a surgir em decorrência do presente CONTRATO.

63.2. Na ocorrência de divergências/conflito de interesse nos termos desta Cláusula, a PARTE interessada notificará por escrito a outra PARTE, apresentando todas as suas alegações acerca da divergência/conflito de interesse, devendo também ser acompanhada de uma sugestão para a solução e/ou elucidação da divergência/conflito de interesse.

63.2.1. Após o recebimento da notificação, a PARTE notificada terá um prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para responder se concorda com a solução proposta.

63.2.2. Caso a PARTE notificada concorde com a solução apresentada, as PARTES darão por encerrado a divergência/conflito de interesse e tomarão as medidas necessárias para implementar o que foi acordado.

63.2.3. Caso não concorde, a PARTE notificada, no mesmo prazo acima estipulado, deverá apresentar à PARTE interessada os motivos pelos quais discorda da solução apresentada, devendo, nessa hipótese, apresentar uma solução alternativa para o caso.

63.3. No caso de discordância da solução alternativa proposta pela PARTE notificada, poderá ser constituída JUNTA TÉCNICA para a solução de eventuais divergências/conflito de interesse de natureza técnica, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a fim de debater e solucionar a divergência/conflito de interesse em causa.

63.4. A convocação da JUNTA TÉCNICA é uma faculdade das PARTES, razão pela qual somente será constituída mediante concordância prévia de ambas as PARTES.

63.5. A constituição da JUNTA TÉCNICA não é condição prévia necessária para encaminhamento de conflitos/divergências à Arbitragem ou ao Poder Judiciário.

63.6. A adoção dos procedimentos indicados na Cláusula 63.2, ou eventual discordância acerca do exercício da faculdade apontada na Cláusula 63.4, não exonera as PARTES de dar seguimento e cumprimento às suas obrigações contratuais, sendo dever das PARTES assegurar a continuidade da execução das ATIVIDADES e o cumprimento de eventuais cronogramas de obras.

63.7. Se constituída, a JUNTA TÉCNICA será competente para emitir relatórios técnicos fundamentados sobre as questões que lhe forem submetidas pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, relativamente a divergência/conflito de interesse que venham a surgir quanto aos aspectos de natureza estritamente técnica.

63.7.1. Os membros da JUNTA TÉCNICA serão designados da seguinte forma:

- (i) Um membro efetivo e o respectivo suplente, pelo PODER CONCEDENTE;
- (ii) Um membro efetivo e o respectivo suplente, pela CONCESSIONÁRIA; e
- (iii) Um membro efetivo, que será o presidente da JUNTA TÉCNICA, escolhido em comum acordo entre as PARTES, devendo recair sobre profissional independente e de conhecimento reconhecido no assunto.

63.7.2. Cada uma das PARTES arcará com as despesas de seus representantes/membros e os honorários do presidente da JUNTA TÉCNICA serão divididos igualmente entre as PARTES.

63.8. Os membros da JUNTA TÉCNICA não poderão estar enquadrados em situações de impedimento e suspeição impostas aos juízes, previstas no Código de Processo Civil, bem como deverão proceder com imparcialidade, independência, competência e discrição.

63.9. Uma vez deliberada a constituição da JUNTA TÉCNICA, o procedimento para solução de divergências/conflito de interesse iniciar-se-á mediante a comunicação, pela PARTE que solicitar a instauração da JUNTA TÉCNICA, à outra PARTE, fornecendo cópia de todos os documentos relacionados ao objeto da divergência/conflito de interesse.

63.9.1. No prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação referida na Cláusula 63.9, ambas as PARTES apresentarão as suas alegações relativamente à questão

formulada, encaminhando à JUNTA TÉCNICA cópia de todos os elementos pertinentes.

63.9.2. O relatório conclusivo da JUNTA TÉCNICA será emitido em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento, pela JUNTA TÉCNICA, das alegações apresentadas pelas PARTES, se outro prazo não for estabelecido pelas PARTES de comum acordo, e aceito pela JUNTA TÉCNICA.

63.10. Os relatórios conclusivos da JUNTA TÉCNICA serão considerados aprovados se contarem com o voto favorável de, pelo menos, 2 (dois) de seus membros, e apresentarem proposta de solução das divergências/conflitos que forem submetidos à JUNTA TÉCNICA.

63.10.1. Os relatórios técnicos exarados pela JUNTA TÉCNICA possuem natureza opinativa e constituirão referência para as atividades, métodos e procedimentos a serem empregados pelas PARTES para tentativa de solução das divergências/conflitos que forem submetidas à JUNTA TÉCNICA.

63.10.2. Caso aceita pelas PARTES, a solução amigável proposta pela JUNTA TÉCNICA será considerada para o CONTRATO, por meio de termo circunstanciado, e valerá como instrumento do CONTRATO, ou outra forma que as PARTES decidirem.

63.10.3. Caso a divergência não seja resolvida pela JUNTA TÉCNICA, ou a solução proposta pela JUNTA TÉCNICA não seja aceita por qualquer uma das PARTES, a resolução da divergência/conflito de interesse poderá ser encaminhada para Arbitragem ou ao Poder Judiciário, nos termos da Cláusula 64 e da 65, respectivamente.

63.11. A submissão de qualquer questão à JUNTA TÉCNICA não exonera as PARTES de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais, incluindo as emitidas após a apresentação da questão, nem permite qualquer interrupção no desenvolvimento das ATIVIDADES relacionadas com a CONCESSÃO.

63.11.1. Somente se admitirá, em caráter excepcional, a paralisação das ATIVIDADES relacionadas com a CONCESSÃO, após a anuência do PODER CONCEDENTE, quando o objeto da divergência/conflito de interesse que for submetida à JUNTA TÉCNICA implicar riscos à segurança de pessoas e/ou do empreendimento.

63.12. A autocomposição do conflito ainda poderá ocorrer perante câmara de prevenção e resolução administrativa de conflitos, ou por mediação, nos termos da Lei n. 13.140/15.

Cláusula 64.ARBITRAGEM

64.1. As PARTES se comprometem a buscar solução amigável para qualquer controvérsia surgida ao longo da execução deste CONTRATO. Em caso de controvérsia não solucionada pelos modos amigáveis de solução de divergências contratuais especificados na Cláusula 63, representantes das PARTES se reunirão, dentro de 10 (dez) dias úteis contados da notificação de qualquer uma das PARTES à outra, estabelecendo a controvérsia, com vistas a solucioná-la. Caso a reunião não ocorra, ou as PARTES não cheguem a um consenso em até 10 (dez) dias úteis após a realização da reunião, qualquer uma delas poderá solicitar a formação de um TRIBUNAL ARBITRAL, caso a controvérsia verse sobre alguma das matérias especificadas na Cláusula 64.2.

64.2. As PARTES acordam que somente poderão ser submetidas à arbitragem as controvérsias em virtude de:

- (i) solicitação realizada pelo PODER CONCEDENTE de emprego de nova tecnologia ou nova técnica nas ATIVIDADES objeto do CONTRATO;
- (ii) exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS;
- (iii) mora do PODER CONCEDENTE, ou discordância entre as PARTES quanto às decisões adotadas pelo PODER CONCEDENTE, ao final dos procedimentos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;
- (iv) cálculo e aplicação dos reajustes;

64.3. As PARTES poderão, ainda, submeter à arbitragem, de comum acordo, outras controvérsias relativas a direitos patrimoniais disponíveis, relacionadas com a interpretação ou execução deste CONTRATO, delimitando claramente o seu objeto no compromisso arbitral.

64.4. A instauração do procedimento arbitral não desonera as PARTES de cumprirem suas obrigações contratuais.

64.5. Caberá ao PODER CONCEDENTE indicar, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da controvérsia por qualquer das PARTES, via comunicação formal à outra PARTE, uma Câmara de Arbitragem, regularmente constituída e atuante no Brasil.

64.5.1. A Câmara Arbitral a ser indicada pelo PODER CONCEDENTE deverá ser instituição de notório reconhecimento, preferencialmente com regulamento adaptado às arbitragens estatais, e que possuam profissionais com experiência na matéria em litígio.

64.5.2. O procedimento arbitral observará o Regulamento da Câmara de Arbitragem adotada, bem como o disposto na Lei Federal n.º 9.307/1996 e subseqüentes alterações, assim como com as disposições constantes deste CONTRATO. Caso o PODER CONCEDENTE não indique a Câmara de Arbitragem no prazo acima indicado, caberá à CONCESSIONÁRIA fazê-lo, em igual prazo.

64.5.3. O PODER CONCEDENTE poderá regulamentar o credenciamento de câmaras arbitrais para a solução das controvérsias decorrentes da execução do CONTRATO, observados os requisitos previstos na Cláusula 64.5.1.

64.6. O TRIBUNAL ARBITRAL será composto de 03 (três) árbitros, sendo que a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE poderão indicar 01 (um) árbitro cada, os quais, conjuntamente, indicarão o terceiro árbitro, que atuará como presidente do TRIBUNAL ARBITRAL.

64.6.1. Os árbitros indicados pelas PARTES devem ser, cumulativamente, profissionais vinculados a instituições especializadas em arbitragem e possuir comprovada experiência na questão que será discutida no processo arbitral.

64.7. Caso os árbitros nomeados pelas PARTES não cheguem a uma decisão consensual sobre o nome do terceiro árbitro, este será nomeado de

acordo com o Regulamento da Câmara de Arbitragem adotada, preferencialmente com base nos mesmos critérios indicados na Cláusula 64.6.1, cabendo às PARTES tomar todas as medidas cabíveis para a implementação de tal nomeação.

64.8. O TRIBUNAL ARBITRAL será instalado na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, podendo se reunir em qualquer localidade, conquanto notificadas as PARTES.

64.9. A arbitragem será realizada em língua portuguesa, de acordo com as leis de direito material do Brasil.

64.9.1. Poderão ser utilizados documentos técnicos redigidos em outros idiomas, com tradução apenas em caso de discordância das PARTES quanto ao seu significado.

64.9.2. Por solicitação da CONCESSIONÁRIA e mediante o consentimento do PODER CONCEDENTE, a arbitragem poderá ser parcialmente bilíngue, sendo as decisões produzidas em versões em português e em inglês ou outra língua estrangeira.

64.9.3. Caso a arbitragem seja parcialmente bilíngue, a CONCESSIONÁRIA deverá arcar com as despesas relacionadas à tradução dos documentos, mesmo quando os materiais traduzidos sejam decorrentes de atos realizados pelo PODER CONCEDENTE, e estes custos não comporão os custos e despesas processuais para fins de sucumbência.

64.9.4. Havendo divergências entre o conteúdo das decisões ou dos documentos nas versões em língua portuguesa e em língua estrangeira prevalecerá o conteúdo das versões confeccionadas em língua portuguesa.

64.10. O TRIBUNAL ARBITRAL não poderá se valer de equidade em suas decisões relacionadas a este CONTRATO.

64.11. A responsabilidade pelo pagamento dos custos do procedimento, incluindo os honorários dos árbitros, serão objeto de definição pelo TRIBUNAL ARBITRAL, de acordo com o resultado da decisão arbitral, excluídos apenas eventuais honorários advocatícios contratuais, que serão arcados pelas próprias PARTES que os contrataram.

64.11.1. As custas serão adiantadas pela PARTE que suscitar a instauração do procedimento arbitral.

64.12. Caso uma das PARTES se recuse a tomar as providências cabíveis para que o procedimento arbitral tenha início, a PARTE que tiver requisitado a instauração da arbitragem poderá recorrer a uma das Varas da Comarca de São Paulo, no Estado de São Paulo, para obter as medidas judiciais cabíveis, com fundamento no artigo 7º, da Lei Federal nº 9.307/1996 e subsequentes alterações.

64.13. A sentença será considerada como decisão final em relação à controvérsia entre as PARTES, irrecorrível e vinculante entre elas, ressalvados os recursos previstos em lei.

64.14. Os autos do processo arbitral serão públicos, ressalvadas as hipóteses de sigilo decorrentes da lei, de segredo de justiça, de segredo industrial ou quando imprescindível à segurança da sociedade e do ESTADO.

64.15. A instauração do procedimento arbitral não desonera as PARTES de cumprirem suas obrigações contratuais, incluindo as emitidas após a apresentação da questão, nem permite qualquer interrupção no desenvolvimento das ATIVIDADES relacionadas com a CONCESSÃO.

64.16. Qualquer das PARTES poderá recorrer às Varas da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir qualquer controvérsia não sujeita à arbitragem, bem como obter (a) medida cautelar porventura necessária antes da formação do TRIBUNAL ARBITRAL; ou (b) promover a execução de medida cautelar, decisão liminar ou da sentença proferida pelo TRIBUNAL ARBITRAL.

64.17. As PARTES reconhecem que as decisões proferidas pelo TRIBUNAL ARBITRAL poderão ser regularmente executadas no Brasil, seguindo o procedimento para execução contra a Fazenda Pública, não dispondo o PODER CONCEDENTE de qualquer imunidade soberana que iniba a execução.

Cláusula 65.FORO

65.1. Será competente o Foro da Comarca de São Paulo, no ESTADO, para dirimir qualquer controvérsia sobre direitos manifestamente indisponíveis, ou aqueles não passíveis de sujeição à arbitragem, nos termos deste CONTRATO.

CAPÍTULO XIX. DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Cláusula 66. COMUNICAÇÕES

66.1. Todas as comunicações recíprocas, relativas ao CONTRATO, serão consideradas como efetuadas, se entregues por correspondência endereçada como segue:

(i) PODER CONCEDENTE:

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DELEGADOS DE
TRANSPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARTESP

Rua Iguatemi, 105, Itaim Bibi – São Paulo – SP – CEP 01451-011

(ii) CONCESSIONÁRIA:

66.2. A entrega de qualquer correspondência, inclusive a que encaminha documentos, será feita por portador, com protocolo de recebimento, ou por correspondência com Aviso de Recebimento – AR ou mensagem eletrônica com registro de recebimento. Em qualquer dos casos, deverá sempre constar o número do CONTRATO, o assunto, a data de recebimento e o nome do remetente.

66.3. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA deverão no prazo de 15 (quinze) dias, contados da DATA DE ASSINATURA, apresentar por

escrito, os nomes e cargos dos respectivos empregados ou representantes designados para serem responsáveis pela gestão do CONTRATO, nos aspectos técnicos e nos aspectos administrativos e recebimento das correspondências aqui previstas.

Cláusula 67. CONTAGEM DE PRAZOS

67.1. Os prazos estabelecidos em dias, neste CONTRATO, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência em dias úteis.

67.2. A contagem dos prazos iniciar-se-á no primeiro dia útil subsequente ao fato gerador da contagem do prazo.

67.3. Quando os prazos se encerrarem em finais de semana, feriados ou dias em que não houver expediente na administração pública do ESTADO, o prazo será automaticamente postergado para o primeiro dia útil subsequente.

Cláusula 68. EXERCÍCIO DE DIREITOS

68.1. O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial, de qualquer direito que assista a qualquer das PARTES por este CONTRATO, não importa na sua renúncia, nem impede o seu exercício posterior, nem constitui novação da respectiva obrigação.

Cláusula 69. INVALIDADE PARCIAL

69.1. Se qualquer das disposições deste CONTRATO for declarada nula ou inválida, essa declaração não afetará a validade das demais disposições contratuais, que se manterão em pleno vigor.